

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

## **Dimensões e Métricas Fundamentais na Análise de Países e Mercados: Do Desenvolvimento à Seleção de Mercados para IDE**

Jéssica Daniela Galvão Pinheiro

Mestrado em Economia da Empresa e da Concorrência

Orientador:

Professor Doutor Nuno Miguel Pascoal Simões Crespo,  
Professor Associado com Agregação.

Departamento de Economia,  
na Iscte Business School

outubro, 2025



BUSINESS  
SCHOOL

---

Departamento de Economia

**Dimensões e Métricas Fundamentais na Análise de Países e Mercados: Do Desenvolvimento à Seleção de Mercados para IDE**

Jéssica Daniela Galvão Pinheiro

Mestrado em Economia da Empresa e da Concorrência

Orientador:

Professor Doutor Nuno Miguel Pascoal Simões Crespo,  
Professor Associado com Agregação.

Departamento de Economia,  
na Iscte Business School

outubro, 2025





## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Professor Nuno, sem o qual a conclusão deste projeto não seria possível. Agradeço-lhe pelo seu apoio e disponibilidade ao longo, não só do desenvolvimento desta dissertação, mas também durante todo o mestrado, bem como pela sua compreensão.

Em seguida, gostaria de agradecer aos meus pais, por tudo o que me proporcionaram ao longo da vida e por me transmitirem valores que levarei comigo para sempre, bem como por me incentivarem a procurar ser sempre uma pessoa melhor.

Por fim, agradeço também às minhas amigas, que me acompanharam ao longo da minha jornada, estiveram sempre presentes e me incentivaram com palavras de apoio, e ao Vasco, com quem sei que posso contar sempre e que torna a minha vida mais leve e feliz.



## **Resumo**

A análise macroeconómica de países e mercados constitui um domínio central em diversos contextos, tanto macroeconómicos como microeconómicos, nomeadamente no que respeita à compreensão das dinâmicas de desenvolvimento e à consequente formulação e avaliação de políticas e linhas de intervenção, bem como no processo de seleção de mercados para o investimento direto estrangeiro.

Não obstante à sua relevância, esta análise tende, frequentemente, a concentrar-se na dimensão económica, o que limita a perceção global da realidade dos diferentes países e mercados. Paralelamente, trata-se de um processo tradicionalmente oneroso e complexo, restringindo a sua aplicação em múltiplos contextos.

Neste sentido, a presente dissertação visa colmatar estas limitações, propondo um modelo abrangente de análise de países e mercados, desenvolvido a partir de uma perspetiva própria e distinta das adotadas por instituições nacionais e internacionais, bem como por autores individuais. Para tal, são identificadas as que se consideram ser as principais dimensões e sub-dimensões de análise, selecionadas com base na relevância intrínseca de cada uma, entre as quais se incluem as dimensões económica, social, de justiça e segurança, de valores, de relações internacionais e ambiental. Adicionalmente, apresenta-se um conjunto diversificado de métricas, de diferentes naturezas, tais como quantitativas e qualitativas, objetivas e subjetivas, e individuais e compósitas, que permitem uma compreensão mais ampla e aprofundada destas dimensões.

Assim, esta dissertação propõe uma ferramenta multidimensional de análise, que vai além de uma vertente meramente económica, procurando contribuir para a simplificação e aprofundamento da análise de países e mercados.

**Palavras-chave:** Análise Macroeconómica, Desenvolvimento Económico, Investimento Direto Estrangeiro, Análise Multidimensional, Métricas Multidimensionais.

**Classificação JEL:** O11, F21



## **Abstract**

The macroeconomic analysis of countries and markets constitutes a central field in various contexts, both macroeconomic and microeconomic, particularly in understanding development dynamics and in the consequent formulation and evaluation of policies and intervention strategies, as well as in the process of selecting markets for foreign direct investment.

Despite its relevance, this analysis often focuses predominantly on the economic dimension, limiting the overall perception of the realities of different countries and markets. Furthermore, it is traditionally a costly and complex process, restricting its application across multiple contexts.

In this regard, the present dissertation seeks to address these limitations by proposing a comprehensive model for the analysis of countries and markets, developed from an original perspective, distinct from those adopted by national and international institutions, as well as individual authors. To this end, the main dimensions and subdimensions of analysis are identified, selected according to their intrinsic relevance, including the economic, social, justice and security, values, international relations, and environmental dimensions. Additionally, a diversified set of metrics of different natures, such as quantitative and qualitative, objective and subjective, and individual and composite, is presented, enabling a broader and more in-depth understanding of these dimensions.

Thus, this dissertation proposes a multidimensional analytical tool, which goes beyond a purely economic perspective, aiming to contribute to the simplification and deepening of the assessment of countries and markets.

**Keywords:** Macroeconomic Analysis, Economic Development, Foreign Direct Investment, Multidimensional Analysis, Multidimensional Metrics.

**JEL Classification:** O11, F21



## Índice

1. Introdução .....	1
2. Revisão de Literatura .....	5
2.1. Desenvolvimento.....	5
2.1.1. Definição e Multidimensionalidade do Desenvolvimento .....	5
2.1.2. Teorias Contemporâneas do Desenvolvimento .....	6
2.1.3. Medição do Desenvolvimento: além do PIB .....	8
2.2. Investimento Direto Estrangeiro (IDE): Benefícios, Teorias e Seleção de Mercados.....	10
2.2.1. Definição e Benefícios do IDE .....	10
2.2.2. Teorias Fundamentais do IDE .....	11
2.2.3. Seleção de Mercado Internacionais para IDE.....	13
2.2.3.1. Conceito e Importância da Seleção de Mercados Internacionais .....	13
2.2.3.2. Abordagens da Seleção de Mercados Internacionais.....	13
2.2.3.3. Etapas da Abordagem Sistemática da Seleção de Mercados Internacionais .....	14
3. Dimensões e Métricas de Análise de Países e Mercados .....	17
3.1. Dimensão Económica .....	18
3.1.1. Crescimento Económico .....	18
3.1.2. Inflação .....	18
3.1.2.1. Métricas de Inflação .....	19
3.1.3. Infraestruturas.....	20
3.1.3.1. Infraestruturas de Transportes .....	20
3.1.3.2. Infraestruturas de Informação e Comunicação.....	21
3.1.3.3. Métricas de Infraestruturas.....	21
3.2. Dimensão Social .....	24
3.2.1. Trabalho.....	24
3.2.1.1. Métricas Quantitativas de Trabalho .....	25
3.2.1.2. Métricas Qualitativas de Trabalho .....	26
3.2.2. Desigualdade e Pobreza .....	30
3.2.2.1. Desigualdade .....	30
3.2.2.1.1. Métricas de Desigualdade.....	30
3.2.2.2. Pobreza .....	33
3.2.2.2.1. Métricas de Pobreza .....	34
3.2.3. Educação .....	38
3.2.3.1. Métricas de Educação.....	38
3.2.4. Saúde .....	41
3.2.4.1. Métricas de Saúde .....	41

3.2.5.	Demografia .....	43
3.2.5.1.	Envelhecimento Populacional .....	43
3.2.5.2.	Migração .....	45
3.2.5.3.	Métricas de Demografia .....	46
3.3.	Dimensão Justiça e Segurança.....	48
3.3.1.	Justiça.....	48
3.3.1.1.	Métricas de Justiça .....	49
3.3.2.	Segurança.....	50
3.3.2.1.	Métricas Gerais de Segurança .....	51
3.3.2.2.	Terrorismo.....	52
3.3.2.2.1.	Métricas de Terrorismo.....	52
3.3.2.3.	Cibersegurança.....	53
3.3.2.3.1.	Métricas de Cibersegurança .....	53
3.4.	Dimensão Valores.....	54
3.4.1.	Liberdade Económica.....	54
3.4.1.1.	Métricas da Liberdade Económica .....	55
3.4.2.	Corrupção .....	56
3.4.2.1.	Métricas de Corrupção .....	57
3.4.3.	Democracia.....	58
3.4.3.1.	Métricas de Democracia.....	59
3.5.	Dimensão Relações Internacionais .....	59
3.5.1.	Competitividade .....	59
3.5.1.1.	Métricas de Competitividade .....	60
3.5.2.	Comércio.....	61
3.5.2.1.	Métricas de Comércio .....	62
3.5.3.	Diplomacia .....	63
3.5.3.1.	Métricas de Diplomacia.....	64
3.6.	Dimensão Ambiente .....	65
3.6.1.	Energia .....	65
3.6.2.	Sustentabilidade Ambiental.....	68
3.6.2.1.	Métricas de Sustentabilidade Ambiental.....	69
4.	Conclusões .....	71
4.1.	Limitações e Recomendações .....	72
	Referências Bibliográficas .....	75
	Webgrafia.....	99
	Anexos .....	103

A. Logistic Performance Index .....	103
C. Global Knowledge Index.....	107
E. Rule of Law Index.....	109
F. Global Peace Index .....	111
G. Conflict Index .....	112
H. Global Terrorism Index.....	112
I. Economic Freedom of the World Index .....	113
J. Democracy Index .....	117
L. World Competitiveness Yearbook .....	119
M. World Competitiveness Ranking .....	120
N. Global Diplomacy Index.....	121
O. Soft Power Index.....	123
P. Energy Trilemma Index .....	124
Q. Environmental Performance Index .....	126
R. Climate Change Performance Index.....	127
S. Notre Dame Global Adaptation Index .....	128



## Índice de Quadros

Quadro 2.1 – Definições de Desenvolvimento .....	6
Quadro 2.2 – Medidas Alternativas ao PIB .....	10
Quadro 3.1 – Indicadores de Infraestruturas de Transporte .....	22
Quadro 3.2 – Indicadores de Infraestruturas de Informação e Comunicação.....	23
Quadro 3.3 – Sistemas de Indicadores de Qualidade do Trabalho .....	28
Quadro 3.4 – Indicadores Compósitos de Qualidade do Trabalho .....	28
Quadro 3.5 – Indicadores de Recursos em Educação .....	39
Quadro 3.6 – Indicadores de Recursos em Saúde .....	42
Quadro A.1 – Ranking do Logistic Performance Index e Respetivas Pontuações .....	103
Quadro B.1 – Indicadores Compósitos de Qualidade do Trabalho.....	106
Quadro C.1 – Sub-índices e Respetivos Ponderadores do Global Knowledge Index .....	107
Quadro I.1 – Ranking do Economic Freedom of the World Index 2023 e Respetivas Pontuações .....	113
Quadro K.1 – Categorias e Pilares da Competitividade .....	118
Quadro L.1 – Fatores e Sub-fatores do World Competitiveness Yearbook .....	119
Quadro M.1 – Top 50 do World Competitiveness Yearbook Ranking 2025 e Respetivas Pontuações .....	120
Quadro N.1 – Ranking do Global Diplomacy Index e Respetivos Postos Diplomáticos ...	121

## Índice de Figuras

Figura 2.1 – Pilares do Desenvolvimento Sustentável .....	8
Figura 2.2 – Paradigma de OLI .....	12
Figura 2.3 – Abordagens da Seleção de Mercados Internacionais .....	13
Figura 2.4 – Etapas da Seleção de Mercados Internacionais .....	15
Figura 2.5 – Proposta de Dimensões e Sub-dimensões de Análise de Países e Mercados .....	17

Figura 3.1 – Posições de Quatro Países no Ranking do Logistic Performance Index 2023 e Respetivas Pontuações .....	24
Figura 3.2 – Surveys para o Estudo de Qualidade do Trabalho .....	29
Figura 3.3 – Representação Gráfica do Índice de Pietra .....	33
Figura 3.4 – Posição de Três Países no Ranking do Global Multidimensional Poverty Index 2024 e Respetivas Pontuações .....	38
Figura 3.5 – Testes Internacionais no Âmbito das Competências .....	40
Figura 3.6 – Posição de Quatro Países no Ranking do Global Knowledge Index 2024 e Respetivas Pontuações .....	40
Figura 3.7 – Posição de Quatro Países no Ranking do Global Health Security Index 2021 e Respetivas Pontuações .....	43
Figura 3.8 – Posição de Quatro Países no Ranking do Global Retirement Index 2025 e Respetivas Pontuações .....	48
Figura 3.9 – Posição de Quatro Países no Ranking do Rule of Law Index 2024 e Respetivas Pontuações .....	50
Figura 3.10 – Posição de Quatro Países no Ranking do Global Peace Index 2025 .....	51
Figura 3.11 – Posição de Três Países no Ranking do Global Terrorism Index 2025 .....	53
Figura 3.12 – Posição de Quatro Países no Ranking do Economic Freedom of the World Index 2023 e Respetivas Pontuações .....	56
Figura 3.13 – Posição de Quatro Países no Ranking do Corruption Perception Index 2024 e Respetivas Pontuações .....	58
Figura 3.14 – Posição de Quatro Países no Ranking do World Competitiveness Yearbook 2025 e Respetivas Pontuações .....	61
Figura 3.15 – Posição de Quatro Países no Ranking do Global Diplomacy Index 2023 e Respetivas Pontuações .....	65
Figura 3.16 – Posição de Quatro Países no Ranking do Energy Trilemma Index 2023 .....	68
Figura 3.17 – Posição de Quatro Países no Ranking do Environmental Performance Index 2024 e Respetivas Pontuações .....	69
Figura D.1 – Ranking do Global Retirement Index 2025 e Respetivas Pontuações .....	108

Figura E.1 – Ranking do Rule of Law Index 2024 e Respetivas Pontuações .....	109
Figura F.1 – Ranking do Global Peace Index 2025 e Respetivas Pontuações .....	111
Figura G.1 – Mapa Coroplético do Conflict Index 2024 .....	112
Figura H.1 – Ranking do Global Terrorism Index 2025 e Respetivas Pontuações .....	112
Figura J.1 – Mapa Coroplético do Democracy Index 2024 .....	117
Figura O.1 – Top 20 no Ranking do Global Soft Power Index 2025 e Respetivas Pontuações .....	123
Figura P.1 – Ranking do Energy Trilemma Index 2023 e Respetivas Pontuações .....	124
Figura Q.1 – Ranking do Environmental Performance Index 2024 e Respetivas Pontuações .....	126
Figura R.1 – Ranking do Climate Performance Index 2025 e Respetivas Pontuações .....	127
Figura S.1 – Mapa Coroplético Notre Dame Global Adaption Index 2025 .....	128



## **Glossário de siglas**

ACLED – Armed Conflict Location & Event Data Project

BGHI – Bloomberg Global Health Index

CCPI – Climate Change Performance Index

CI – Conflict Index

CPI – Corruption Perception Index

CRF – Contribuição das Energias Renováveis para o Consumo Final de Energia

DE – Dependência Energética

DI – Democracy Index

EFI – Economic Freedom Index

EFWI – Economic Freedom of the World Index

EPI – Environmental Performance Index

ETI – Energy Trilemma Index

G20 – Grupo dos 20

GCI – Global Competitiveness Index

GDI – Global Diplomacy Index

GHSI – Global Health Security Index

GKI – Global Knowledge Index

GMPI – Global Multidimensional Poverty Index

GPI – Global Peace Index

GRI – Global Retirement Index

GTI – Global Terrorism Index

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

IEP – Institute for Economics and Peace

IG – Índice de Gini

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPC – Índice de Preços do Consumidor

IP – Índice de Pietra

LPI – Logistic Performance Index

NATO – North Atlantic Treaty Organization

ND-GAIN – Notre Dame Global Adaptation Index

OECD – Organization for Economic Cooperation and Development

OLI – Ownership, Location and Internalization

OPHI – Oxford Poverty and Human Development Initiative

OWID – Our World in Data

PIB – Produto Interno Bruto

PISA – Programme for International Student Assessment

RLI – Rule of Law Index

RP – Rácio de Palma

TBN – Taxa Bruta de Natalidade

TBM – Taxa Bruta de Mortalidade

TC – Taxa de Cobertura

TD – Taxa de Desemprego

TIMA – Taxa de Inflação Média Anual

UE – União Europeia

UE-27 – União Europeia dos 27

UN – United Nations

UNDP – United Nations Development Programme

WCED – World Commission on Environment and Development

WCY – World Competitiveness Yearbook

WEF – World Economic Forum

WB – World Bank



## 1. Introdução

A análise macroeconómica de países e mercados constitui uma área de estudo amplamente abordada por diversas instituições nacionais e internacionais, bem como por vários autores a título individual, que procuram compreender a sua realidade através das suas múltiplas dimensões constituintes. Neste âmbito destacam-se os trabalhos desenvolvidos por instituições como a Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) e o World Bank (WB) a nível internacional, e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e a Fundação Francisco Manuel dos Santos, através da plataforma PORDATA, a nível nacional, entre outros.

A análise macroeconómica revela-se fundamental em diversos contextos, tanto de natureza macroeconómica como microeconómica. No que concerne o primeiro, destaca-se a leitura do desenvolvimento dos países que visa, além de outras coisas, apoiar o alinhamento estratégico dos governos, a avaliação do impacto das suas políticas macroeconómicas e o debate público (Exton & Shinwell, 2018; Frey & Gallus, 2012; Jean-Paul & Martine, 2018).

Já no contexto microeconómico, destaca-se o processo de seleção de mercados para o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), no qual a análise macroeconómica assume um papel fulcral, uma vez que o IDE deve ocorrer apenas quando o mercado recetor oferece condições vantajosas à prossecução de tal investimento, e que uma avaliação deficiente dos mercados pode acarretar custos significativos e colocar em causa outras decisões estratégicas, comprometendo, conseqüentemente, o sucesso da empresa (Gaston-Breton & Martín, 2011; Grimstad et al., 2021; Papadopoulos & Martín Martín, 2011).

A importância da análise de países e mercados é ainda reforçada pelo próprio impacto que decisões como o IDE exercem no desenvolvimento dos países recetores (Agostinho, 2022; Camino-Mogro et al., 2023; Crespo & Simões, 2024; Denisia, 2010; Feng & Wang, 2021; Forte & Moura, 2013; Islam & Beloucif, 2024; Lehnert et al., 2013).

Tal como se percebe pelos fenómenos que envolvem a análise macroeconómica de países e mercados, esta não se limita à sua dimensão económica, pelo que se torna necessário ir além desta vertente, abrangendo diferentes dimensões que permitam compreender de forma completa a realidade dos mesmos, e recorrendo a métricas de distintas naturezas, tais como quantitativas, qualitativas, objetivas, subjetivas, individuais e compósitas.

Dada a relevância que a análise de países e mercados assume em diversos contextos, especialmente nos contextos macro e microeconómicos, surge a presente dissertação, que tem como objetivo geral propor e apresentar aquelas que se consideram ser as principais dimensões, e respetivas sub-dimensões, de análise de países e mercados, bem como as

métricas destinadas a obter uma visão mais abrangente da realidade dos mesmos. Este objetivo geral desdobra-se nos seguintes objetivos específicos:

- i) Propor um conjunto de dimensões de análise que permitam conhecer a realidade de um país/mercado de forma extensiva e abrangente;
- ii) Apresentar através da leitura desagregada dessas dimensões, enquadrada na natureza multidimensional intrínseca à análise de países e mercados, as respetivas sub-dimensões e métricas fundamentais à sua análise, contribuindo para ultrapassar a divulgação recorrente de métricas meramente económicas e colmatar lacunas associadas a essa visão limitada;
- iii) Fornecer uma ferramenta detalhada e organizada, construída na ótica dos múltiplos utilizadores a que se destina, que crie valor para a área de estudo em questão.

A concretização destes objetivos visa contribuir para a literatura e prática da análise macroeconómica, oferecendo uma perspetiva própria, sustentada nas vertentes macro e microeconómica, e uma ferramenta concebida para combater algumas das lacunas existentes, nomeadamente no que diz respeito à dispersão de dados e ao foco excessivo na vertente económica, tornando esta análise num processo mais simples e menos oneroso.

Este estudo encontra-se estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo, correspondente à presente secção, que introduz a contextualização, os objetivos e a estrutura do estudo.

O segundo capítulo, dedicado à revisão da literatura, onde se abordam os dois fenómenos que sustentam o *core* da tese, um de natureza macroeconómica e outro de natureza microeconómica.

Na secção 2.1., discute-se o conceito de desenvolvimento e a sua evolução para um paradigma multidimensional, analisam-se as teorias que sustentam esta transição e explora-se a evolução, conseqüente, das métricas de medição do desenvolvimento para além do Produto Interno Bruto (PIB), sublinhando-se ainda a sua importância no contexto político. Já na secção 2.2., aborda-se o fenómeno do IDE através da exploração do seu conceito e importância nos contextos micro e macroeconómico. Ainda nesta secção, são discutidas as principais teorias do IDE, com destaque para o papel estratégico da localização dos mercados e, por fim, o processo de seleção de mercados, sublinhando a importância da análise macroeconómica multidimensional neste contexto, e a necessidade de existência de ferramentas que tornem o acesso a esta informação mais eficiente e estruturado.

Já o terceiro capítulo é dedicado ao objetivo central da tese, apresentando a proposta de análise de países e mercados através das dimensões selecionadas, e das suas respetivas sub-dimensões e métricas. Ainda ao longo deste capítulo são apresentados dados concretos de diversos países e mercados, que permitem uma leitura mais completa da realidade macroeconómica dos mesmos.

A secção 3.1. foca-se na análise da dimensão económica, que, embora insuficiente por si só, permanece fundamental, abordando-se neste sentido o crescimento económico, a inflação e as infraestruturas fundamentais para o funcionamento e desenvolvimento dos países e das empresas.

Já a secção 3.2. centra-se na dimensão social, uma das mais relevantes, dado o seu impacto direto no bem-estar da população, onde são analisadas as sub-dimensões do trabalho, nas suas vertentes quantitativa e qualitativa, da desigualdade e pobreza, da educação e da saúde, fundamentais para o desenvolvimento do capital humano, bem como da demografia, com foco no envelhecimento populacional e nas migrações, fenómenos demográficos particularmente marcantes na atualidade.

Por sua vez, a secção 3.3. aborda a dimensão da justiça, sustentada pelo Estado de Direito, e segurança, onde se incluem fenómenos específicos e contemporâneos, como o terrorismo e a cibersegurança.

A secção 3.4. trata a dimensão dos valores, composta pela liberdade económica, pela corrupção e pela democracia.

Enquanto a secção 3.5. se dedica às relações internacionais, refletidas através da competitividade, do comércio e da diplomacia.

Por fim, a secção 3.6. aborda a dimensão ambiente, na qual se evidencia o papel da energia enquanto variável estratégica para a prossecução de outros objetivos, e da sustentabilidade ambiental, essencial no contexto atual e estreitamente associada ao desenvolvimento sustentável.

Já no quarto e último capítulo apresentam-se as conclusões do estudo, os desafios encontrados, limitações do mesmo e recomendações futuras que dele decorrem.



## 2. Revisão de Literatura

### 2.1. Desenvolvimento

#### 2.1.1. Definição e Multidimensionalidade do Desenvolvimento

A emergência do conceito de desenvolvimento remota para o período imediatamente a seguir à 2ª Guerra Mundial (Amaro, 2003), quando o desenvolvimento dos países se encontrava limitado ao seu próprio crescimento económico, que era visto como condição *sine qua non* para o mesmo (Baltazar & Reis, 2018; Crespo & Simões, 2024; Moreira & Crespo, 2009).

No entanto, este paradigma começou a alterar-se no final dos anos 60/início dos anos 70, motivado por fatores como (Amaro, 2003): i) frustração sentida pelos países subdesenvolvidos perante os modelos de desenvolvimento propostos e impostos; ii) surgimento de sintomas de mal-estar social em países desenvolvidos; iii) aparecimento de uma consciência ambiental relativamente aos problemas do desenvolvimento; iv) multiplicação dos sinais de crise social, económica, ambiental e política nos países, etc.

A mudança de paradigma foi ainda impulsionada pela perceção de que o crescimento económico gera diversos custos sociais e ambientais (Howarth & Kennedy, 2016), uma vez que visto apenas sob uma perspetiva económica, o desenvolvimento pode conduzir à insatisfação das necessidades humanas básicas, ao aumento do desemprego, da pobreza e da desigualdade social, bem como à utilização irracional dos recursos existentes (Baltazar & Reis, 2018). Assim, embora o crescimento económico seja fundamental, este deve ser considerado apenas como um instrumento ao serviço do desenvolvimento, sendo insuficiente por si só para o assegurar (Baltazar & Reis, 2018).

O desenvolvimento apresenta-se, portanto, como um fenómeno complexo e multidimensional (Baltazar & Reis, 2018; Crespo & Simões, 2021), abrangendo vertentes como a educação, a saúde, o ambiente, o trabalho, as infraestruturas, que se distribuem por diferentes dimensões, tais como económica, social, ambiental, política, entre outras (Crespo & Simões, 2021; Crespo & Simões, 2024; Goulet & Dame, 1992). Além disso, o desenvolvimento interage com conceitos de bem-estar e qualidade de vida, refletindo globalmente os benefícios que as pessoas obtêm das suas várias dimensões (Moreira & Crespo, 2009).

Dada a multidimensionalidade deste fenómeno, verifica-se a inexistência de uma definição única e inequívoca (Baltazar & Reis, 2018; Mensah, 2019; Simon, 2003). Posto isto diferentes definições de desenvolvimento podem ser encontradas ao longo da literatura, algumas das quais sintetizadas no Quadro 2. 1.

Quadro 2. 1 Definições de Desenvolvimento

Autor (es)	Definição
Simon (2003)	“Processo diversificado e multifacetado de mudança predominantemente positiva na qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade, tanto em aspetos materiais como não materiais.”
Todaro e Smith (2009)	“Processo multidimensional envolvendo grandes mudanças nas estruturas sociais, atitudes populares, e instituições nacionais, bem como a aceleração do crescimento económico, a redução da desigualdade, e a erradicação da pobreza.”
Giovannini et al. (2010)	“É um conceito multidimensional, abrangendo tanto aspetos materiais como imateriais do bem-estar.”
Jędrzejczak-Gas et al. (2021)	“Processo a longo prazo e multifacetado relacionado com transformações não só em todo o sistema económico, mas também no domínio social, e ao mesmo no ambiente natural. Diz respeito às mudanças orientadas e duradouras que ocorrem no campo de toda a atividade económica, bem como nas relações sociais, sócio produtivas, e políticas.”

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Giovannini et al. (2011), Jędrzejczak-Gas et al. (2021), Simon (2003) e Todaro e Smith (2009)

### 2.1.2. Teorias Contemporâneas do Desenvolvimento

Dada a evolução do conceito de desenvolvimento e o afastamento de uma visão centrada exclusivamente no crescimento económico surgiram, ao longo das décadas, novas abordagens. Entre estas, destacam-se as teorias do desenvolvimento humano e do desenvolvimento sustentável, que procuram atenuar os efeitos nefastos de uma perspetiva puramente económica (Biao, 2011).

A teoria do desenvolvimento humano, formalizada por Mahbub ul Haq, Amartya Sen e outros membros do United Nations Development Programme (UNDP) na década de 1990, coloca as pessoas no centro das estratégias de desenvolvimento. Esta abordagem defende que o progresso deve ser avaliado pela capacidade dos indivíduos de escolherem a vida que

desejam, destacando que o crescimento económico por si só não é suficiente para assegurar o desenvolvimento (Singh & Cheemalapati, 2025; Welzel et al., 2003).

O desenvolvimento humano é, portanto, multidimensional, incorporando não apenas a satisfação das necessidades básicas, mas também a criação de um ambiente que permita às pessoas viverem vidas longas, saudáveis, com qualidade e culturalmente enriquecedoras (Crespo & Simões, 2024; Lind, 2019). Entre as suas dimensões centrais destacam-se o rendimento, a educação e a longevidade, que se refletem diretamente no bem-estar e na qualidade de vida dos indivíduos.

Neste contexto, surge também um novo campo de estudo que analisa a felicidade, colocando-a como fundamento do desenvolvimento humano e considerando-a um indicador subjetivo de bem-estar, em contraste com abordagens que priorizam apenas indicadores objetivos (Crespo & Simões, 2024).<sup>1</sup>

Por sua vez, a teoria do desenvolvimento sustentável, remete ao ano de 1987, com a publicação do relatório *Our Common Future* pela World Commission on Environment and Development (WCED) (Ruggerio, 2021). Neste documento, o desenvolvimento sustentável é definido como o “desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (WCED, 1987:43).

Esta abordagem pressupõe a preservação de recursos para as gerações futuras, solidariedade entre gerações, adoção de um ritmo sustentável na interação entre o sistema ecológico e o subsistema económico, bem como a gestão cuidadosa dos recursos naturais nas estratégias de desenvolvimento (Amaro, 2003). Posto isto, o desenvolvimento sustentável assenta fundamentalmente em três pilares – económico, social e ambiental - apresentados na Figura 2. 1. (Mensah, 2019; Mirghaderi & Mohit-Ghiri, 2019).

---

<sup>1</sup>Para uma visão mais detalhada acerca dos problemas e implicações adversas do uso da abordagem da felicidade enquanto guia para políticas de desenvolvimento ver Stewart (2014).

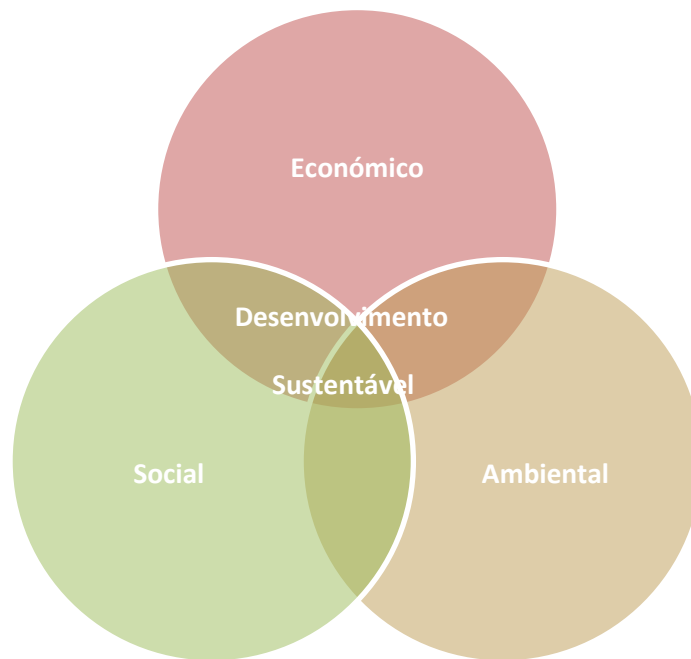


Figura 2. 1 Pilares do Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Elaboração Própria

O pilar económico evidencia a necessidade de um sistema de produção capaz de satisfazer o consumo presente sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das gerações futuras. O pilar social sublinha que a redução da pobreza não deve ocorrer à custa da destruição ambiental injustificada ou da instabilidade económica (Mensah, 2019). Por fim, o pilar ambiental enfatiza a minimização dos impactos sobre o meio ambiente, bem como a criação e proteção de recursos para o futuro (Mirghaderi & Mohti-Ghiri, 2019).

As recentes preocupações com o desenvolvimento sustentável materializam-se nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que funcionam como uma sequência desta agenda global (Mensah, 2019).

### 2.1.3. Medição do Desenvolvimento: além do PIB

Durante muitos anos, a avaliação do desenvolvimento dos países baseou-se principalmente em indicadores de crescimento económico, como o PIB e o PIB per capita, devido à estreita relação percebida entre crescimento económico e desenvolvimento (Baltazar & Reis, 2018; Amaro, 2003; Moreira & Crespo, 2009). No entanto, com o surgimento de novas teorias de desenvolvimento e a mudança de paradigma, a utilização destes indicadores como *proxy* do bem-estar social e do progresso começou a ser amplamente criticada (Bergh, 2009).

Entre as principais críticas, Costanza et al. (2009) destacam que o PIB ignora mudanças nas componentes sociais, ambientais e humanas, essenciais para a existência e o bem-estar contínuo das comunidades. Não obstante, é importante sublinhar que o PIB não é um

indicador incorreto ou prejudicial, mas que o seu uso como medida de bem-estar global pode ser potencialmente enganoso (Giannetti et al., 2015).

Diante da complexidade do desenvolvimento torna-se, assim, evidente que um único indicador não é suficiente para captar todas as dimensões do fenómeno, sendo necessário recorrer a uma gama de medidas que reflitam a sua natureza multidimensional, conforme já discutido nas secções anteriores (Greco et al., 2019). Nesse sentido, várias medidas alternativas foram propostas, podendo ser categorizadas em quatro tipos (Costanza et al., 2009): (i) índices que corrigem o PIB; (ii) índices que medem o bem-estar de forma direta; (iii) índices compósitos; (iv) indicadores desagregados.

Os índices que corrigem o PIB procuram reparar importantes deficiências do mesmo (Bergh, 2009). Apesar de úteis, apresentam limitações como a subjetividade na inclusão/exclusão de variáveis e a classificação das variáveis e/ou indicadores que formam estes índices (Costanza et al., 2009; Giannetti et al., 2015).

Já os índices que medem o bem-estar diretamente captam atividades ambientais e sociais, mudanças no capital humano, social e ambiental, e o bem-estar das pessoas (Costanza et al., 2009).

O terceiro de tipo de medidas alternativas, os índices compósitos, afiguram-se como medidas que agregam informação fornecida por um conjunto de variáveis, representando uma visão alargada do desenvolvimento dos países (Moreira, 2011). Dentro dos diversos índices compósitos existentes, destaca-se o Índice de Desenvolvimento Humano, baseado na teoria do desenvolvimento humano, e que permite constatar quão favoráveis são as condições para que as pessoas de determinado país usufruam de vidas longas, saudáveis e criativas (Moran et al., 2008).

Estes apresentam como vantagens resumirem questões multidimensionais e complexas, serem fáceis de interpretar, facilitarem a comparação entre países em termos de performance e progresso ao longo dos anos, atraindo o interesse público, entre outras (Moreira & Crespo, 2017; Saisana & Tarantola, 2002). Não obstante, os índices compósitos apresentam também diversas desvantagens como a possível exclusão de componentes essenciais do desenvolvimento, o processo de seleção *ad hoc* das variáveis, derivado de motivações políticas e ideológicas e da disponibilidade e exatidão dos dados, entre outras (Booyesen, 2002; Moreira & Crespo, 2017).

Por último, os indicadores desagregados apresentam variáveis separadamente, sem agregação num índice único. Esta abordagem permite uma visão mais completa das múltiplas dimensões do desenvolvimento, sem pressupor uma medida agregada (Costanza et al., 2009; Moreira, 2011).

Além das medidas objetivas, os indicadores de bem-estar subjetivo têm ganho relevância (Boffo et al., 2020), existindo diversos países que os incluem nas suas estatísticas nacionais,

ou que tenham substituído o PIB por estes, para apurar o desenvolvimento, como é o caso do Butão com a Felicidade Interna Bruta (Nikolova, 2016). Estes indicadores permitem compreender como os indivíduos percebem e avaliam as suas próprias circunstâncias (Nikolova & Graham, 2021). Não obstante, a sua confiabilidade e validade são questionadas, considerando a existência de variações culturais, adaptações hedônicas, e o facto de grande parte dos determinantes da felicidade individual estar fora do alcance da política pública (Nikolova, 2016; Stewart, 2014).

Em conclusão, a multidimensionalidade do desenvolvimento é reforçada pela diversidade de medidas alternativas, sintetizadas no Quadro 2. 2.

Quadro 2. 2 Medidas Alternativas ao PIB

<b>Medidas Alternativas ao PIB</b>
Índices de Correção do PIB
Índices de Medição Direta do Bem-Estar
Índices Compósitos
Indicadores Desagregados
Indicadores de Bem-Estar Subjetivo

Fonte: Elaboração Própria

Posto isto, torna-se essencial articular medidas objetivas e subjetivas, de forma a construir uma visão mais abrangente deste fenómeno e fornecer aos decisores políticos uma visão mais completa das condições de vida das pessoas (não conseguida simplesmente através do PIB), que permita (Exton & Shinwell, 2018; Frey & Gallus, 2012; Jean-Paul & Martine, 2018): i) apoiar o alinhamento estratégico entre diversas áreas dos governos; ii) promover uma avaliação mais detalhada dos impactos de políticas já implementadas; iii) incentivar o debate público, entre outras.<sup>2</sup>

## **2.2. Investimento Direto Estrangeiro (IDE): Benefícios, Teorias e Seleção de Mercados**

### **2.2.1. Definição e Benefícios do IDE**

O investimento direto estrangeiro (IDE), considerado um dos fenómenos mais estudados no âmbito dos negócios internacionais (Paul & Feliciano-cestero, 2021), consiste num investimento, realizado por uma empresa, que envolve a transferência de diversos ativos, tais como capital, tecnologia, *know-how*, práticas de gestão, entre outros, e implica a detenção de uma participação no capital e/ou o controlo efetivo da gestão da empresa recetora (Forte &

<sup>2</sup>Para mais acerca do uso destas métricas no contexto das decisões políticas ver Exton e Shinwell (2018) e Jean-Paul e Martine (2018).

Moura, 2013). Posto isto, este investimento tem como objetivo desenvolver uma participação duradoura na economia do mercado recetor (Islam & Beloucif, 2024).

O IDE é realizado com vista à obtenção de vantagens para a empresa investidora, incluindo o aumento de lucros, a redução de custos, o acesso ampliado a novos mercados, o crescimento da quota de mercado e a aquisição de recursos humanos, físicos e naturais de maior qualidade a custos reduzidos. Além disso, o mesmo promove a melhoria da eficiência, a obtenção de economias de escala e, conseqüentemente, uma posição mais competitiva nos mercados internacionais (Agostinho, 2022; Islam & Beloucif, 2024).

Para além dos benefícios diretos para as empresas, o IDE assume uma importância significativa para a economia do mercado recetor. A nível macroeconómico, contribui para o desenvolvimento da capacidade produtiva, através da transferência de tecnologias, *know-how* e práticas de gestão eficientes, bem como pelo fortalecimento do capital físico e humano. Paralelamente, promove o crescimento económico e a competitividade, através da criação de empregos, aumento da produtividade e incremento das receitas fiscais. Estes efeitos podem manifestar-se tanto globalmente, refletindo-se no desempenho agregado da economia, quanto diretamente nas empresas do mercado recetor. Além disso, o IDE pode contribuir para a melhoria do bem-estar social, sendo considerado por diversos autores um elemento crucial para o desenvolvimento dos países. Trata-se, aliás, de uma relação bidirecional, uma vez que o desenvolvimento do mercado recetor também aumenta a atratividade do mesmo para investimentos estrangeiros (Agostinho, 2022; Camino-Mogro et al., 2023; Crespo & Simões, 2024; Denisia, 2010; Feng & Wang, 2021; Forte & Moura, 2013; Islam & Beloucif, 2024; Lehnert et al., 2013).

### **2.2.2. Teorias Fundamentais do IDE**

As principais teorias do IDE procuram explicar os motivos pelos quais as empresas decidem investir em mercados internacionais e as condições que tornam estes investimentos vantajosos, abordando diferentes perspetivas: desde o ciclo de vida do produto, defendida por Vernon; à exploração de vantagens específicas das empresas no contexto internacional, proposta por Hymer; e à combinação de fatores de propriedade, localização e internalização necessários para o sucesso do IDE, desenvolvida por Dunning.

Segundo a teoria do ciclo de vida do produto, este passa por quatro fases: inovação, crescimento, maturidade e declínio (Denisia, 2010). De acordo com esta teoria, o desenvolvimento do mesmo deve ocorrer inicialmente em mercados internos, com dotações fatoriais mais adequadas, seguindo-se várias fases até a expansão para mercados internacionais. Nesse contexto, a empresa assume o risco de investir em mercados

possivelmente menos vantajosos nas fases iniciais do ciclo de vida, em troca de melhores oportunidades em fases posteriores (Crespo & Simões, 2024; Paul & Feliciano-cestero, 2021).

A teoria da internalização, inicialmente desenvolvida por Hymer em 1976, identifica duas determinantes centrais do IDE: a remoção da competição e a exploração de vantagens específicas que as empresas possuem em atividades realizadas no mercado de origem, as quais podem ser transferidas para contextos internacionais. Segundo esta teoria, o IDE ocorre apenas quando essas vantagens compensam os custos e riscos associados à operação em mercados internacionais (Denisia, 2010; Paul & Feliciano-cestero, 2021).

Já a teoria eclética de Dunning, também conhecida como OLI, complementa estas explicações ao propor que o sucesso do IDE depende da coexistência de três tipos de vantagens: *Ownership* (O), *Location* (L) e *Internalization* (I) (Denisia, 2010; Paul & Feliciano-cestero, 2021).

As vantagens de propriedade referem-se a ativos intangíveis exclusivos da empresa, como patentes, tecnologias, conhecimento especializado, economias de escala e acesso a capital financeiro, que podem ser transferidos para o exterior a baixo custo e gerar lucros superiores aos concorrentes (Crespo & Simões, 2024; Denisia, 2010). As vantagens de localização relacionam-se com características específicas do mercado recetor (Denisia, 2010). Por fim, as vantagens de internalização dizem respeito à forma como as vantagens anteriores são exploradas, seja através da presença direta da empresa no mercado recetor, seja por meio de licenciamento ou *franchising* (Denisia, 2010).



Figura 2. 2 Paradigma de OLI

Fonte: Elaboração Própria

## 2.2.3. Seleção de Mercado Internacionais para IDE

### 2.2.3.1. Conceito e Importância da Seleção de Mercados Internacionais

Depois de abordar o conceito e as principais teorias do IDE, torna-se pertinente destacar a importância da localização como fator determinante do mesmo. Neste contexto, o estudo da seleção de mercados internacionais assume particular relevância, na medida em que permite operacionalizar esta dimensão.

A seleção de mercados refere-se ao processo de escolha do mercado internacional que melhor se adequa à estratégia global da empresa (Al Qur'an, 2020). Trata-se de uma decisão estratégica de elevada complexidade, uma vez que envolve a análise de um vasto leque de alternativas (Grimstad et al., 2021) e das múltiplas diferenças existentes entre os mercados (Cavusgil et al., 2004).

A escolha do mercado de destino tem impacto direto no desempenho e sucesso das empresas, já que a localização é crucial para captar os benefícios do IDE, nomeadamente no que respeita à competitividade, redução de custos de produção e eficiência operacional (He & Wei, 2011). A sua importância é ainda reforçada pela interdependência desta decisão com outras escolhas estratégicas do processo de internacionalização (Gaston-Breton & Martín, 2011; Papadopoulos & Martín Martín, 2011), bem como pelos custos associados a potenciais erros resultantes de uma avaliação inadequada dos mercados (Grimstad et al., 2021).

### 2.2.3.2. Abordagens da Seleção de Mercados Internacionais

De forma a ultrapassar os desafios associados à seleção de mercados internacionais, as empresas podem recorrer a diferentes abordagens, representadas na Figura 2. 3. A escolha da abordagem depende, em grande medida, dos recursos disponíveis, experiência prévia da organização e da natureza das suas relações externas (Costa e Silva et al., 2018).



Figura 2. 3 Abordagens da Seleção de Mercados Internacionais

Fonte: Elaboração Própria

Entre as diversas abordagens identificadas na literatura, duas assumem maior destaque: a abordagem sistemática e a abordagem não sistemática (Ashley et al., 2022; He et al., 2016; Musso & Francioni, 2014).

A abordagem sistemática caracteriza-se por um processo estruturado e racional de tomada de decisão (Grimstad et al., 2021), no qual se recorre a métodos estatísticos e a dados secundários para analisar o potencial dos diferentes mercados-alvo (Andersen & Buvik, 2002; Costa e Silva et al., 2018; Musso & Francioni, 2014). Este processo, composto por várias etapas que serão exploradas posteriormente, permite às empresas identificar a alternativa mais favorável e, assim, reforçar a sua vantagem competitiva (Oey et al., 2018). Apesar da sua relevância, estudos empíricos revelam que a abordagem sistemática não é recorrentemente utilizada por empresas de pequena e média dimensão (Musso & Francioni, 2014).

Paralelamente, algumas empresas recorrem a uma abordagem não sistemática, de natureza mais descritiva do que normativa (Andersen & Buvik, 2002; Grimstad et al., 2021; He et al., 2016). Nesta perspetiva, a escolha dos mercados não resulta de critérios formais de avaliação, mas sim da preferência por contextos geográfica ou psicologicamente mais próximos (Costa e Silva et al., 2018), o que reduz o esforço associado à recolha e ao tratamento de informação (Oey et al., 2018).

Para além destas duas abordagens tradicionais, a literatura aponta ainda para abordagens complementares, tais como a abordagem relacional, que valoriza o papel das redes de contactos e da aprendizagem resultante da interação entre atores (Andersen & Buvik, 2002; Costa e Silva et al., 2018), e a abordagem mimética, baseada na imitação das escolhas de empresas líderes ou *trend-setters* como forma de legitimação e redução da incerteza (Costa e Silva et al., 2018).

### **2.2.3.3. Etapas da Abordagem Sistemática da Seleção de Mercados Internacionais**

A abordagem sistemática de seleção de mercados é constituída por diversas etapas, que podem variar em tipo e número conforme o modelo adotado (Musso & Francioni, 2012). Apesar destas diferenças, a maioria dos modelos identifica três etapas principais, sintetizadas na Figura 2. 4: i) rastreio preliminar; ii) rastreio em profundidade; iii) seleção final (Bosáková et al., 2015; Cavusgil, 1985; Cavusgil et al., 2004; Koch, 2001; Kumar et al., 1994; Sakarya et al., 2007).

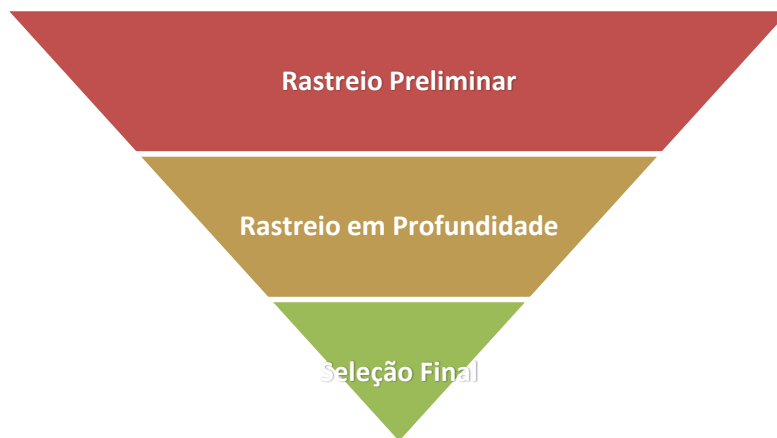


Figura 2. 4 Etapas da Seleção de Mercados Internacionais

Fonte: Elaboração Própria

A primeira etapa tem como objetivo reduzir de forma eficiente o número de mercados a serem analisados na fase seguinte, procurando fazê-lo de forma rápida e económica (Bosáková et al., 2015; Russow & Solocho, 1993). Nesta fase, eliminam-se mercados inacessíveis, inviáveis e desalinhados com os objetivos estratégicos da empresa (Grimstad et al., 2021; Koch, 2001; Kumar et al., 1994). O rastreio visa também minimizar dois tipos de erro (Grimstad et al., 2021): i) excluir mercados promissores; ii) analisar detalhadamente mercados pouco atrativos.

O rastreio para análise das localizações de IDE baseia-se na avaliação de fatores macroeconómicos, que se distribuem por diversas dimensões, tais como económica, social, ambiental, etc. Entre os fatores considerados como relevantes na literatura destacam-se, entre outros, o crescimento económico, a distribuição de rendimentos, os níveis de inflação, a abertura comercial, o controlo da corrupção, a qualidade das infraestruturas, a simplicidade da regulação, a estabilidade política, o grau de envolvimento do governo nas empresas e nos mercados, o crescimento populacional, a composição etária, a qualificação do capital humano e os níveis de poluição (Amador, 2019; Bosáková et al., 2015; Cavusgil, 1985; Crespo & Simões, 2024; Denisia, 2010; Douglas & Craig, 2011; Feng & Wang, 2021; Islam & Beloucif, 2024; Nguyen & Cho, 2025; Paul & Feliciano-cestero, 2021; Sabir et al., 2019; Bakar et al., 2022).

A segunda etapa, rastreio em profundidade, consiste na avaliação da atratividade da indústria de cada mercado, previamente selecionado na primeira etapa do processo de seleção (Grimstad et al., 2021; Koch, 2001; Kumar et al., 1994; Sakarya et al., 2007). Nesta fase, os critérios considerados são mais específicos da indústria, incluindo o tamanho e crescimento, o nível de competição e as barreiras à entrada (Amador, 2019; Cavusgil, 1985; Koch, 2001; Kumar et al., 1994; Rahman, 2003). Além disso, nesta fase avalia-se o potencial dos produtos através da análise dos perfis dos consumidores (Cavusgil, 1985; Amador, 2019).

Por fim, a etapa de seleção envolve a decisão final sobre o mercado mais adequado e que melhor atende os objetivos da empresa (Sakarya et al., 2007). Como tal, esta fase exige uma análise mais aprofundada (Grimstad et al., 2021), baseada em dados específicos da empresa, como potencial de vendas e rentabilidade (Amador, 2019; Cavusgil, 1985; Koch, 2001; Kumar et al., 1994; Rahman, 2003), sendo considerados como determinantes da rentabilidade indicadores como o volume de vendas esperado, custos de desembarque, custos de distribuição interna, entre outros (Amador, 2019; Cavusgil, 1985).

### 3. Dimensões e Métricas de Análise de Países e Mercados

O presente capítulo visa concretizar o objetivo geral desta dissertação, propondo e apresentando as diferentes dimensões para a análise de países e mercados, bem como as suas respetivas sub-dimensões, que procuram proporcionar uma leitura extensiva e abrangente da realidade destes, para além da sua vertente meramente económica.

A seleção destas dimensões e sub-dimensões baseou-se na relevância teórica e intrínseca de cada uma delas, tanto no contexto macroeconómico do desenvolvimento, como no contexto microeconómico da seleção de mercados para o IDE, devidamente fundamentada na literatura. Assim, foram selecionadas seis dimensões principais — económica, social, justiça e segurança, valores, relações internacionais e ambiente —, subdivididas em múltiplas sub-dimensões, sintetizadas na Figura 2. 5.

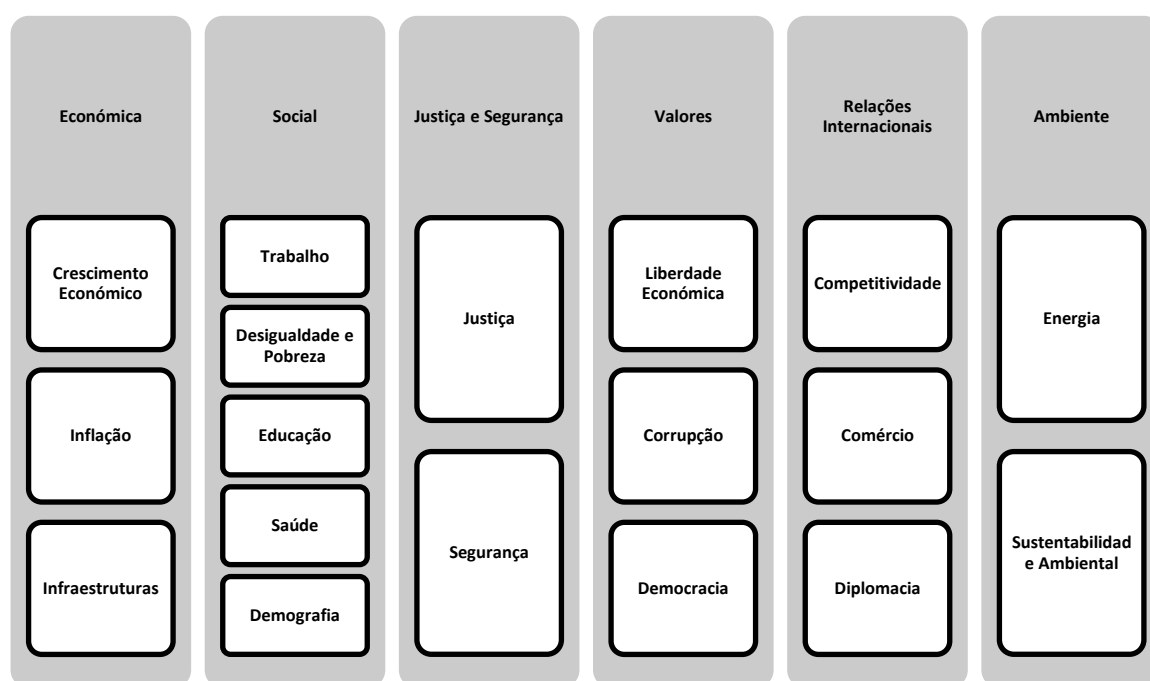


Figura 2. 5 Proposta de Dimensões e Sub-dimensões de Análise de Países e Mercados

Fonte: Elaboração Própria

Ainda de forma a cumprir os objetivos deste estudo, são igualmente apresentadas as métricas selecionadas para a análise quantitativa e qualitativa de cada sub-dimensão, abrangendo indicadores de natureza objetiva e subjetiva, bem como individual e compósita, de modo a captar as várias facetas da realidade em estudo.

A apresentação destas métricas é ainda acompanhada da respetiva caracterização metodológica e da identificação de algumas das suas vantagens e desvantagens, permitindo compreender de forma mais completa o seu potencial e as possíveis restrições associadas à sua aplicação na análises de países e mercados. Para além disto, sempre que pertinente e

possível, são também apresentados dados concretos com o intuito de ilustrar a realidade de alguns países e mercados específicos.

### **3.1. Dimensão Económica**

#### **3.1.1. Crescimento Económico**

Tal como percebido no início deste estudo, apesar de insuficiente por si só, o crescimento económico apresenta-se como uma condição indispensável para o desenvolvimento, motivando também a atração de fluxos de IDE (Baltazar & Reis, 2018; Crespo & Simões, 2024; Moreira & Crespo, 2009; Moudatsou & Kyrkilis, 2011). Posto isto, a sua análise continua a ser relevante, recorrendo-se, neste sentido, frequentemente ao PIB e ao PIB per capita.

Estes indicadores, amplamente utilizados na medição do crescimento económico, procuram medir o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos num dado período (geralmente um ano) com base nos fatores de produção localizados dentro das fronteiras de um país, e apurar o rendimento médio de cada indivíduo, respetivamente, podendo ser calculados através das fórmulas apresentadas em seguida (Crespo & Simões, 2021):

$$PIB = Consumo + Investimento + Gastos Públicos + Exportações - Importações \quad (1)$$

$$PIB \text{ per capita} = \frac{PIB}{População} \quad (2)$$

De acordo com o PORDATA (2025), com base em dados do INE, o PIB de Portugal em 2024 ascendia aos 289,4 mil milhões de euros, posicionando o país no 14º lugar do ranking da União Europeia dos 27 (UE-27).

#### **3.1.2. Inflação**

A inflação caracteriza-se pela subida contínua e sustentada dos preços de bens e serviços ao longo do tempo (Njoku & Nwaimo, 2023). Esta pode impactar de forma positiva ou negativa o desenvolvimento e a atração de IDE dependendo do seu nível.

Posto isto, taxas elevadas de inflação geram incerteza económica, reduzem os retornos sobre o investimento, afetam o poder de compra e desincentivam o consumo, tornando o país menos atrativo para investidores estrangeiros e retardando o crescimento económico, o que conseqüentemente também impacta o seu desenvolvimento. Por outro lado, taxas muito

baixas também podem desincentivar o consumo e o investimento, atrasando o desenvolvimento e desfavorecendo os fluxos de IDE. Em contrapartida, níveis moderados de inflação são considerados desejáveis, pois estimulam a economia, asseguram retornos adequados sobre o investimento e favorecem tanto o crescimento económico quanto a atração de IDE contribuindo de forma integrada para o desenvolvimento dos países e mercados (Agudze & Ibhagui, 2021; Kai et al., 2024; Mustafa & Lanka, 2019).

### 3.1.2.1. Métricas de Inflação

Dada a importância desta variável, torna-se crucial recorrer a métricas que possam apurar a evolução do preço de bens e serviços. No âmbito da medição da inflação, destacam-se entre as medidas mais comuns as taxas de inflação mensal, homóloga e média anual, que procuram comparar os índices de preços do consumidor (IPC) de diferentes horizontes temporais entre si (Crespo & Simões, 2021; Crespo & Simões, 2024).

A taxa de inflação mensal procura comparar o nível de preços de dois meses consecutivos, fornecendo uma indicação rápida do ritmo de evolução dos preços e permitindo um acompanhamento próximo dos mesmos, sendo, contudo, altamente influenciada por flutuações pontuais que possam ocorrer nesse período. A mesma calcula-se da seguinte forma (Crespo & Simões, 2021; Crespo & Simões, 2024):

$$\text{Taxa de Inflação Mensal} = \frac{IP_t - IP_{t-1}}{IP_{t-1}} \quad (3)$$

onde,  $IP_t$  corresponde ao índice de preços num determinado mês e  $IP_{t-1}$  ao índice de preços do mês anterior.

Por sua vez, a taxa de inflação homóloga compara o índice de preços do mesmo mês de anos consecutivos, evitando o efeito da sazonalidade, típico da taxa de inflação mensal, continuando, no entanto, a ser bastante suscetível a variações ocasionais. Para calcular esta taxa recorre-se à seguinte fórmula (Crespo & Simões, 2021; Crespo & Simões, 2024):

$$\text{Taxa de Inflação Homóloga} = \frac{IP_t - IP_{t-12}}{IP_{t-12}} \quad (4)$$

onde,  $IP_t$  corresponde ao índice de preços num determinado mês e  $IP_{t-12}$  ao índice de preços no mesmo mês do ano anterior.

Por fim, a taxa de inflação média anual (TIMA) compara o nível de preços médio dos últimos 12 meses com o dos 12 meses imediatamente anteriores, sendo por isso pouco

suscetível a variações casuais, mas refletindo mudanças nos níveis de preços com atraso. Este indicador calcula-se através da seguinte expressão:

$$TIMA = \frac{\frac{\sum_{t-11}^t IP_t}{12} - \frac{\sum_{t-23}^{t-12} IP_t}{12}}{\frac{\sum_{t-23}^{t-12} IP_t}{12}} \quad (5)$$

onde,  $\frac{\sum_{t-11}^t IP_t}{12}$  corresponde à média do índice de preços dos últimos 12 meses e  $\frac{\sum_{t-23}^{t-12} IP_t}{12}$  à média do índice de preços dos 12 meses anteriores.

Segundo dados do INE (2025), a TIMA em 2024 situou-se em 2,4%, refletindo uma diminuição face a 2023, ano em que esta se fixou em 4,3%.

Para além das métricas apresentadas, a inflação pode ainda ser medida através do deflator do PIB, que mede a evolução trimestral dos preços de cada um dos bens e serviços produzidos num país, não se limitando apenas à cesta fixa definida para o cálculo do IPC, procurando assim combater algumas desvantagens que as taxas anteriores possuem por se encontrarem estritamente ligadas a esta (Poza Lara, 2020).

### 3.1.3. Infraestruturas

As infraestruturas referem-se, de forma ampla, a instalações físicas que sustentam o desenvolvimento de atividades socioeconómicas (Halstead & Deller, 1997; Vilko et al., 2011), nas quais se englobam transportes, informação e comunicação, entre outras (Atioğlu & Şahin, 2022).

Estas reduzem os custos de produção e comercialização de bens e serviços, aumentam a eficiência e a produtividade, facilitam operações empresariais, reduzem riscos operacionais, entre outros, contribuindo para a atração de IDE e crescimento económico e, consequentemente, para o desenvolvimento (Atioğlu & Şahin, 2022; Drita, 2018; Khadaroo & Seetanah, 2007; Khadaroo & Seetanah, 2009; Maparu & Mazumder, 2017; Shah, 2014).

Para analisar o impacto concreto das infraestruturas, este estudo foca-se nos dois tipos mais relevantes, transportes e informação e comunicação.

#### 3.1.3.1. Infraestruturas de Transportes

As infraestruturas de transporte, consideradas das mais importantes pelos decisores políticos (Maparu & Mazumder, 2017) — que incluem estradas, autoestradas, portos, aeroportos, ferrovias e plataformas multimodais (Barzelaghi et al., 2012; Ejiogu et al., 2000; Moreira, 2011) — desempenham um papel central na redução dos custos de transporte e do tempo de deslocação. Consequentemente, aumentam a acessibilidade, nomeadamente a mercados externos, facilitam o comércio e o fluxo de bens entre regiões, fortalecem a competitividade

dos países e promovem ganhos de produtividade, sendo essenciais para o crescimento económico e para o desenvolvimento sustentável. Além disso, infraestruturas de transporte eficientes constituem um importante fator de atração para investidores internacionais (Alder, 2016; Atioğlu & Şahin, 2022; Barzelaghi et al., 2012; Cigu et al., 2018; Ejiogu et al., 2000; Ghosh & Dinda, 2022; Luz et al., 2016; Ma, 2021; Meersman & Nazemzadeh, 2017).

### **3.1.3.2. Infraestruturas de Informação e Comunicação**

Por sua vez, as infraestruturas de informação e comunicação — que incluem a rede telefónica, a internet e outras tecnologias digitais — contribuem também para a criação de um ambiente favorável à atração de IDE e ao desenvolvimento, através de diversos mecanismos.

Estas infraestruturas, promovem a atração de IDE através do aumento da eficiência e a produtividade das operações, da redução de custos de produção e manutenção de inventários e do enriquecimento da informação de mercado. Já o desenvolvimento, é promovido por estas infraestruturas através da melhoria das cadeias de abastecimento, da aceleração da difusão do conhecimento, do aperfeiçoamento da qualidade da tomada de decisões, da promoção da inovação e da competitividade e da criação de empregos. Para além disto, estes efeitos geram oportunidades económicas mais amplas e promovem o acesso mais eficiente a bens e serviços, contribuindo indiretamente para a redução da pobreza e da desigualdade (Audi & Ali, 2019; Crespo & Simões, 2024; Gholami et al., 2005; Khan & Raza, 2024; Min, 2022; Sarangi & Pradhan, 2020; Untari et al., 2019; Wang & Rukh, 2021).

### **3.1.3.3. Métricas de Infraestruturas**

Para avaliar de forma concreta o impacto das infraestruturas, é essencial recorrer a métricas que permitam medir a dotação e o desempenho das diferentes infraestruturas. No caso das infraestruturas de transporte, os indicadores seleccionados contemplam tanto a capacidade instalada ou dotação, como o nível de utilização e desempenho operacional.

O Quadro 3. 1 sintetiza alguns indicadores, apresentados por Crespo e Simões (2024) e Moreira (2011), para os principais tipos de infraestruturas de transporte, incluindo rede rodoviária, ferroviária, portos, aeroportos e plataformas multimodais.<sup>3</sup>

#### **Quadro 3. 1 Indicadores de Infraestruturas de Transporte**

---

<sup>3</sup>Para além destes indicadores, Crespo e Simões (2024) destacam ainda o TomTom Traffic Index.

<b>Infraestrutura</b>	<b>Indicadores de Dotação</b>	<b>Indicadores de Impacto</b>
Rede Rodoviária	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Extensão total de estradas (km/km<sup>2</sup>; km/1000 habitantes)</li> <li>- Extensão de autoestradas (km/km<sup>2</sup>)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tráfego médio diário nas estradas e autoestradas</li> <li>- Taxa de sinistralidade rodoviária</li> <li>- Número de veículos ligeiros de passageiros registados por 1000 habitantes</li> </ul>
Rede Ferroviária	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Extensão da rede ferroviária (km de linha/km<sup>2</sup>; km linha/1000 habitantes)</li> <li>- Percentagem de via eletrificada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de passageiros por ano</li> <li>- Número de passageiros transportados por ferrovia por 1000 habitantes</li> <li>- Toneladas transportadas por km em comboios regulares de mercadoria por ano</li> </ul>
Portos de Mar	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de terminais portuários</li> <li>- Comprimento de cais acostável (metro)</li> <li>- Capacidade de carga/descarga ao cais em TEU/ toneladas por hora</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de passageiros transportados por via marítima por ano</li> <li>- Número de contentores transportados por via marítima por ano</li> <li>- Toneladas de mercadorias transportados por via marítima por ano</li> <li>- Número de embarcações aportadas/ano por tipo embarcação</li> <li>- Tempo médio de espera por navio</li> </ul>
Aeroportos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de aeroportos por km<sup>2</sup></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de total de voos ano por 1000 habitantes</li> <li>- Toneladas de carga movimentada por via aérea por ano</li> </ul>
Plataformas Multimodais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de plataformas multimodais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de empresas utilizadoras de plataformas intermodais</li> </ul>

Fonte: Moreira (2011) e Crespo e Simões (2024)

No que se refere às infraestruturas de informação e comunicação, o Quadro 3. 2 apresenta uma síntese de indicadores destacados pela OECD (s.d.) e por Crespo e Simões (2024), centrados em duas dimensões principais, a penetração e uso de dados e a velocidade da conectividade.

Quadro 3. 2 Indicadores de Infraestruturas de Informação e Comunicação

Penetração e Uso de Dados	Velocidade
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Total de subscrições de banda larga fixa e móvel por país</li> <li>- Subscrição de banda larga fixa e móvel por 100 habitantes</li> <li>- Subscrição de banda larga fixa e móvel por tecnologia</li> <li>- Crescimento anual da penetração</li> <li>- Penetração da fibra nas subscrições de totais de banda larga</li> <li>- Crescimento das subscrições de fibra</li> <li>- Subscrições de máquina a máquina (M2M)</li> <li>- Uso de dados móveis por subscrição de banda larga móvel</li> <li>- Conectividade empresarial à Banda Larga, por dimensão da empresa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Subscrições de banda larga fixa por 100 habitantes, por categorias de velocidade</li> <li>- Subscrições de banda larga fixa com velocidades superiores a 30 Mbps e 100 Mbps</li> <li>- Speed test global index</li> </ul>

Fonte: OECD (s.d.) e Crespo e Simões (2024)

Além dos indicadores específicos de transportes e informação e comunicação, o desempenho logístico global de um país pode ser avaliado através do Logistics Performance Index (LPI). Este indicador, publicado pelo WB, é considerado uma das medidas mais completas de performance logística e tem registado um uso cada vez mais frequente (Bugarcic & Kleinert, 2024; Celebi & Id, 2021).

O LPI visa avaliar o desempenho logístico com base na perceção de profissionais da área, recolhida através de inquéritos que medem o grau de satisfação com os países com os quais mantêm relações comerciais, fornecendo dados objetivos sobre a velocidade do comércio global e incluindo informações detalhadas sobre o transporte marítimo, o rastreio de contentores e as atividades de frete postal e aéreo. Este índice, cujas pontuações variam de um (pior desempenho) a cinco (melhor desempenho), é constituído por seis dimensões principais (Bugarcic & Kleinert, 2024; Crespo & Simões, 2024): i) alfândega; ii) infraestruturas; iii) envios internacionais; iv) pontualidade; v) acompanhamento e rastreio; vi) competência logística e qualidade.

De acordo com os dados do WB acerca do LPI 2023, entre um total de 139 países, a Figura 3. 1 apresenta as posições de quatro países no ranking do LPI. O ranking completo encontra-se disponível no Anexo A.

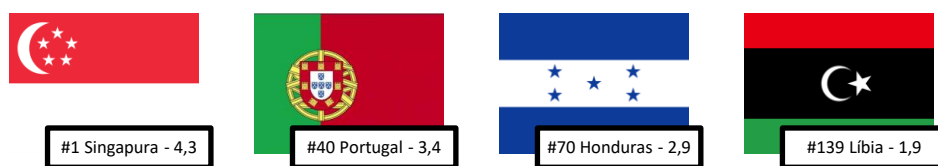


Figura 3. 1 Posições de Quatro Países no Ranking do Logistic Performance Index 2023 e Respetivas Pontuações

Fonte: World Bank (s.d.)

## 3.2. Dimensão Social

### 3.2.1. Trabalho

O trabalho, tanto na sua dimensão quantitativa como qualitativa, desempenha um papel central na sociedade, funcionando como uma *cola* que sustenta o funcionamento económico e social (Baah-boateng, 2015; Bejaković & Mrnjavac, 2019; Joshanloo, 2023).

Este desempenha um papel fundamental na promoção do bem-estar, uma vez que situações de ausência de emprego se traduzem na: i) perda de rendimentos, que afeta a estabilidade financeira e eleva o risco de pobreza; ii) perda de benefícios não pecuniários, que se relaciona com a incapacidade de satisfazer necessidades básicas, e que gera sentimentos de frustração (Baah-boateng, 2015; Bejaković & Mrnjavac, 2019; Acosta-González & Marcenaro-Gutiérrez, 2024; Stam et al., 2016). Estes efeitos demonstram que a quantidade insuficiente de trabalho impacta significativamente a saúde, a coesão social, e consequentemente o bem-estar (O'Higgins, 2015).

Por sua vez, a qualidade do trabalho, de natureza intrinsecamente multidimensional, uma vez que envolve rendimentos, benefícios sociais, estabilidade, segurança e proteção dos direitos laborais, potencializa os efeitos positivos do trabalho na economia e na sociedade. Esta influencia também a saúde e o bem-estar dos trabalhadores, para além de aumentar a motivação e a produtividade, reduzir o próprio desemprego, e aumentar a competitividade económica (Sandrine et al., 2015; Hovahannisyán et al., 2022; De Bustillo et al., 2009; Munõz De Bustillo et al., 2011; González et al., 2021; Mira, 2021; Sehnbruch et al., 2020; Stefana et al., 2021; Steffgen et al., 2020).

Posto isto, o trabalho assume um papel estratégico nas sociedades e economias, promovendo a atratividade dos mercados para o IDE e o desenvolvimento sustentável.

### 3.2.1.1. Métricas Quantitativas de Trabalho

Considerando os impactos que o trabalho exerce tanto a nível individual quanto para a sociedade como um todo, torna-se essencial compreender a realidade do mercado de trabalho. Para tal, recorre-se frequentemente a métricas quantitativas, que permitem avaliar de forma objetiva a utilização da força laboral e a capacidade produtiva de um país. Entre as métricas mais utilizadas destacam-se o rácio emprego-população, a taxa de participação e a taxa de desemprego (Ghai, 2003; Moreira, 2011).

O rácio emprego-população, cuja a fórmula é apresentada em seguida, estima a proporção da população em idade ativa que se encontra empregada<sup>4</sup>, fornecendo uma visão sobre a capacidade e o ritmo com que uma economia gera emprego e utiliza um dos seus recursos produtivos chave (Anker et al., 2003; Donovan, 2015). Este indicador é atrativo, pois possibilita uma fácil interpretação e comparações temporais, além de apresentar vantagens em relação às taxas de desemprego e de participação, especialmente quando ambas transmitem sinais contraditórios (Donovan, 2015).

$$\text{Rácio Emprego – População} = \frac{\text{População Empregada}}{\text{População em Idade Ativa}} \times 100 \quad (6)$$

Por sua vez, a taxa de participação avalia a proporção da população em idade ativa que se encontra economicamente ativa, facultando indicações acerca do nível de atividade do mercado de trabalho (Anker et al., 2003), bem como acerca das condições cíclicas do mesmo (Baker & Ball, 2018). A mesma pode ser calculada através da seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de Participação} = \frac{\text{População Ativa}}{\text{População em Idade Ativa}} \times 100 \quad (7)$$

Já a taxa de desemprego (TD), entre todas, a medida mais notória e utilizada, especialmente enquanto medida mais direta de subutilização (Chung et al., 2014), mede a proporção de pessoas desempregadas<sup>5</sup> em função da população ativa (Anker et al., 2003), permitindo captar informação relativa à performance e aos problemas do mercado de trabalho,

---

<sup>4</sup>Segundo Moreira (2011), para que um indivíduo seja considerado empregado deve verificar-se um dos seguintes cenários: i) realizar algum trabalho (durante o período mínimo de uma hora) em contrapartida de uma remuneração; ii) realizar algum trabalho para obter lucro ou ganho familiar; iii) ter um emprego ou uma empresa ainda que temporariamente possa estar ausente do seu trabalho.

<sup>5</sup>Contrariamente, para um indivíduo seja considerado desempregado, os seguintes requisitos devem verificar-se (Anker et al., 2003; Baah-boateng, 2015; Chung et al., 2014; Howell & Okatenko, 2010; Moreira, 2011; Sylla, 2013): i) não ter emprego; ii) estar disponível para trabalhar; iii) encontrar-se numa procura ativa por emprego (por um período de referência de 4 semanas).

ao sucesso das políticas económicas e ao risco de tensões inflacionárias (Sylla, 2013). Para o seu cálculo considera-se a seguinte fórmula:

$$TD = \frac{\text{População Desempregada}}{\text{População Ativa}} \times 100 \quad (8)$$

Não obstante à sua notoriedade, a mesma sofre de limitações, particularmente em países em desenvolvimento (Anker et al., 2003; Ghai, 2003), oferecendo uma imagem imprecisa da realidade do mercado de trabalho (Cross, 2018). Tal ocorre, por não considerar trabalhadores marginalizados em situação de subemprego, entre os quais se incluem os desencorajados (Baker & Ball, 2018; Sylla, 2013; Zmitrowicz & Khan, 2014).

De acordo com dados do INE, disponibilizados pelo PORDATA (2025), a taxa de desemprego de 2024, situou-se nos 6,4%, representando uma variação de 0,1 pontos percentuais face ao ano de 2023.

Consequentemente, surge a taxa de subutilização, numa procura de combater as lacunas que a taxa de desemprego possui enquanto medida de subutilização (Baker & Ball, 2018; Howell & Okatenko, 2010; Zmitrowicz & Khan, 2014).

Ainda no âmbito das métricas quantitativas, Görmüş (2019) destaca duas métricas que refletem as dinâmicas mais profundas do mercado de trabalho, o desemprego de longa duração e o desemprego jovem. O desemprego de longa duração permite sinalizar a deterioração da efetividade do mercado de trabalho, uma vez que tem como principais consequências a depreciação do capital humano e social, e a estigmatização por partes dos empregadores, que complicam o retorno ao trabalho (Baker & Ball, 2018; Görmüş, 2019; Nichols et al., 2013; Zmitrowicz & Khan, 2014). Já a importância da análise do desemprego jovem relaciona-se com o impacto que o desenvolvimento económico e social da população jovem detém no futuro da sociedade (Görmüş, 2019).

### **3.2.1.2. Métricas Qualitativas de Trabalho**

Apesar de importantes e muitas vezes preteridas, as métricas quantitativas oferecem uma visão limitada dos problemas existentes no mercado de trabalho (Huneus et al., 2012), e dos desafios enfrentados pelos decisores políticos (Sandrine et al., 2015), especialmente em países em desenvolvimento (Dewan & Peek, 2007).

Posto isto, importa analisar também a qualidade do trabalho. Não obstante, por se tratar de um conceito multidimensional e complexo, a medição da mesma ainda não alcançou um consenso claro, o que limita o impacto público e, sobretudo, político da mesma (Piasna et al, 2020).

Neste contexto, a literatura propõe diversas abordagens para a medição da qualidade do trabalho, que podem ser segmentadas em nível macro e micro (Hovhannisyan et al., 2022; Simões et al., 2015), e que se dividem, por sua vez, em diversos grupos de métricas.

No âmbito da abordagem macro, Simões et al. (2015) distinguem três grupos de métrica, dos quais se destacam os dois primeiros: i) sistemas de indicadores; ii) indicadores compósitos; iii) indicadores de trabalho decente.

Estes partem de pontos comuns, diferenciando-se no processo de finalização, uma vez que os sistemas de indicadores cessam na identificação das dimensões e respetivos indicadores que compõem a qualidade do trabalho, e os indicadores compósitos procuram agregá-los numa medida única. Assim, as vantagens e desvantagens de um espelham, em grande medida, as do outro (Munõz De Bustillo et al., 2011).<sup>6</sup>

Os sistemas de indicadores destacam-se por permitirem uma maior aproximação à realidade multidimensional da qualidade do trabalho e por possibilitarem comparações mais robustas entre países. Porém, podem tornar-se demasiado ambíguos quando incluem muitas dimensões, o que dificulta a sua utilização na tomada de decisões políticas (De Bustillo et al., 2009).

Já os indicadores compósitos<sup>7</sup> assumem também uma relevância significativa no estudo da qualidade do trabalho (Mira, 2021), pois facilitam a sua compreensão ao sintetizarem as diferentes dimensões que o constituem (Mira, 2021; Stefana et al., 2021)<sup>8</sup>, sendo, por isso, particularmente úteis na tomada de decisões políticas (Munõz De Bustillo et al., 2011). Ainda assim, enfrentam críticas, sobretudo pela simplificação radical de uma realidade complexa e multidimensional, que pode levar à ocultação de aspetos relevantes (Green, 2021).

Além disso, os mesmos tornam-se vulneráveis e suscetíveis a enviesamentos e interpretações erróneas pela necessidade de atribuir pesos às diferentes dimensões constituintes na sua construção (Green, 2021). Por estas razões, autores como Munõz De Bustillo et al. (2011) defendem que ambos os tipos de métricas devem ser reportados em conjunto.

---

<sup>6</sup>A título conjunto ambas as métricas de natureza objetiva sofrem de outras limitações como a falta de consenso nas dimensões constituintes da qualidade do trabalho, a falta de dados, e o seu foco nas características do trabalho (*inputs*) e não nos próprios trabalhadores (*outputs*) (Acosta-González & Marcenaro-Gutiérrez, 2024).

<sup>7</sup>Um indicador compósito é uma estrutura descritiva complexa, baseado num *framework* teórico e numa definição conceptual, que forma um modelo de medição empiricamente operacional e capaz de quantificar um aspeto ou fenómeno da realidade social (Mira, 2021).

<sup>8</sup>Para além desta vantagem, Mira (2021) e Stefana et al. (2021) apresentam outras vantagens dos indicadores compósitos, tais como: i) serem capazes de resumir um fenómeno multidimensional e complexo, de forma a apoiar decisões; ii) serem de fácil interpretação; iii) incluírem um elevado número de informação condensada sem o abandono da informação base; iv) chamar a atenção para as matérias que pretendem analisar; v) facilitar a comunicação com o público em geral.

Posto isto, os Quadros 3. 3 e 3. 4, procuram sintetizar e apresentar-se um conjunto diverso de sistemas de indicadores e indicadores compósitos citados na literatura. Para mais exemplos de indicadores compósitos ver Anexo B.

Quadro 3. 3 Sistemas de Indicadores de Qualidade do Trabalho

Nome	Autores
Laeken Indicators	Comissão Europeia (2001)
Decent Work Index - 3	Anker et al. (2003)
Quality of Employment Indicators	Brisbois (2003)
Indicators of Job Quality	Jackson and Kumar (1998)

Fonte: De Bustillo et al. (2009), Muñoz De Bustillo et al. (2011) e Steffgen et al. (2015)

Quadro 3. 4 Indicadores Compósitos de Qualidade do Trabalho

Nome	Autores
Good Job Index	Avirgan et al. (2005)
Decent Work Index - 1	Ghai (2003)
Decent Work Index - 2	Bonnet et al. (2003)
Decent Work Index - 4	Bescond et al. (2003)
The European Job Quality Index	Leschke et al. (2008)
Quality of Work Index	Steffgen et al. (2020)
Quality of Employment Index	Steffgen et al. (2020)

Fonte: De Bustillo et al. (2009), Muñoz De Bustillo et al. (2011), Steffgen et al. (2015)  
Steffgen et al. (2020)

No âmbito da abordagem micro, Simões et al. (2015) destacam dois grupos de métricas: i) índices multidimensionais; ii) uso da satisfação no trabalho como *proxy* da qualidade.

Os índices multidimensionais, de natureza microeconómica, são construídos a partir de dimensões objetivas e/ou subjetivas e baseiam-se em *surveys* sobre as características do trabalho e a relação dos trabalhadores com o mesmo (Moreira, 2012). Neste domínio, destaca-se o European Working Conditions Survey, desenvolvido pelo Eurofound, que influencia a construção de diversas outras métricas que alimentam o debate público (González et al., 2021). Este *survey*, é realizado de cinco em cinco anos desde 1990 (Simões et al., 2015; Steffgen et al., 2020). Para além deste, outros inquéritos internacionais de referência são igualmente utilizados para o estudo da qualidade do trabalho, encontrando-se sintetizados na Figura 3. 2.



Figura 3. 2 Surveys para o Estudo de Qualidade do Trabalho

Fonte: De Bustillo et al. (2009)

Por sua vez, o uso da satisfação no trabalho, tal como percebida pelos próprios trabalhadores, constitui uma *proxy* frequentemente utilizada para medir a qualidade do trabalho (Acosta-González & Marcenaro-Gutiérrez, 2024). Segundo Muñoz De Bustillo et al. (2011), esta abordagem parte do argumento que para compreender o impacto da qualidade do trabalho no bem-estar importa considerar os *outputs* que advêm da experiência laboral e não apenas as suas características.

A satisfação no trabalho apresenta vantagens como a simplicidade de gestão e interpretação (De Bustillo et al., 2009), e a capacidade de refletir o peso relativo que os trabalhadores atribuem aos diferentes aspetos de um emprego (Clark & Kozák, 2024; De Bustillo et al., 2009; Moreira, 2012; Simões et al., 2015). No entanto, esta medida também enfrenta limitações, como a influência de fatores de adaptação<sup>9</sup> e de expectativas salariais<sup>10</sup> (Acosta-González & Marcenaro-Gutiérrez, 2024; De Bustillo et al., 2009), a discrepância entre a qualidade real e a idealizada pelos trabalhadores (Steffgen et al., 2020), e a falta de informação específica sobre as condições objetivas de trabalho (Steffgen et al., 2020; Simões et al., 2015).

Posto isto, a satisfação no trabalho é insuficiente, por si só, para uso científico ou político, sendo mais adequada enquanto complemento ou critério auxiliar na construção de outros instrumentos de medição da qualidade do trabalho (Muñoz De Bustillo et al., 2011; Stefana et al., 2021; Steffgen et al., 2020).

<sup>9</sup>Trabalhadores adaptados a trabalhos de baixa qualidade tendem a mostrar-se satisfeitos, ainda que quando medida de forma subjetiva a qualidade do trabalho apresente níveis menores (Acosta-González & Marcenaro-Gutiérrez, 2024).

<sup>10</sup>Esta influência tende, no entanto, a esmorecer ao longo do tempo com a mudança de preferências e aspirações dos trabalhadores (Acosta-González & Marcenaro-Gutiérrez, 2024).

### **3.2.2. Desigualdade e Pobreza**

A desigualdade e a pobreza constituem fenómenos centrais nas agendas socioeconómicas e políticas globais, dadas as suas implicações de longo prazo para a sociedade (D'Attoma & Matteucci, 2024; Drago, 2021; Halkos & Aslanidis, 2023; Martín-Legendre, 2018).

Embora estreitamente correlacionados (Figueiras & Junqueira, 2012), enquanto fenómenos indesejáveis pelo critério de justiça social (Moreira, 2011), desigualdade e pobreza apresentam-se como conceitos distintos (Haughton & Khandker, 2009). Desigualdade refere-se à forma como atributos, como o rendimento ou a riqueza, se distribuem pela população (Pereirinha et al., 2008), enquanto pobreza diz respeito às condições de vida de indivíduos que se situam num dos extremos desta mesma distribuição (Martín-Legendre, 2018; Moreira, 2011). Sendo, por isso, tomada a decisão de os abordar separadamente em seguida.

#### **3.2.2.1. Desigualdade**

O fenómeno da desigualdade refere-se à dispersão da distribuição de determinados recursos e oportunidades de uma economia pela sua população (Moreira, 2011; Yang, 2017)

Essa disparidade afeta diretamente o crescimento económico, uma vez que altos níveis de desigualdade limitam o investimento em capital humano e físico, contribuem para baixos níveis de emprego e geram instabilidade sociopolítica (Shen & Zhao, 2023; Tuominen, 2024).

Para além disso, a desigualdade contribui para o aumento da criminalidade, problemas de saúde mental e diminuição da expectativa de vida (Trapeznikova, 2019), evidenciando que suas consequências vão muito além da esfera económica. Todas estas consequências impactam diretamente a atração de IDE e, criam barreiras estruturais ao desenvolvimento sustentável.

##### **3.2.2.1.1. Métricas de Desigualdade**

A desigualdade pode ser analisada sob diferentes perspetivas, incluindo a desigualdade de oportunidades e a de resultados, que se encontram fortemente interligadas, dado que é improvável atingir igualdade de resultados sem igualdade de oportunidades e vice-versa (Halkos & Aslanidis, 2023; Trapeznikova, 2019; Yang, 2017).

Para efeitos de análise económica, a abordagem mais utilizada é a da desigualdade de resultados, sendo o rendimento a variável predominante, por ser mais facilmente mensurável e comparável entre diferentes países (Mcgregor et al., 2019; Yang, 2017).

Com base nesta perspectiva, é possível recorrer a diversas métricas que permitam quantificar a desigualdade de forma consistente, servindo de suporte à avaliação de políticas e medidas económicas subsequentes.<sup>11</sup>

A medida mais utilizada e central para quantificar a desigualdade, e adotada por vários governos e decisores, é o índice de Gini (IG), cuja a fórmula é apresentada em seguida (Halkos & Aslanidis, 2023; Haughton & Khandker, 2009; De Maio, 2007; Mcgregor et al., 2019).<sup>12</sup> Este índice avalia o desvio da distribuição de rendimentos em relação à igualdade perfeita, variando entre zero (igualdade total) e um (desigualdade total) (Arnold & Rodrigues, 2015; Charles et al., 2022; Crespo, 2015; Crespo & Simões, 2024; Martín-Legendre, 2018; Moreira, 2011; Trapeznikova, 2019; Yang, 2017).

O IG relaciona-se com a Curva de Lorenz, que permite uma representação visual da desigualdade entre países (Charles et al., 2022; Halkos & Aslanidis, 2023; Haughton & Khandker, 2009; Martín-Legendre, 2018; De Maio, 2007; Moreira, 2011; Trapeznikova, 2019).

$$IG = 1 - \sum_{i=1}^N (X_i - X_{i-1}) (Y_i + Y_{i-1}) \quad (9)$$

onde  $X_i$  e  $X_{i-1}$  representam a percentagem acumulada da população até ao grupo  $i$  e ao grupo anterior, e  $Y_i$  e  $Y_{i-1}$  representam a percentagem acumulada do rendimento total até ao grupo  $i$  e ao grupo anterior.

Segundo dados do INE e do Eurostat, disponibilizados pelo PORDATA (2025), em 2023 Portugal situava na quarta posição do ranking da UE-27, com um IC de 0,319, demonstrando uma situação de maior desigualdade na distribuição dos rendimentos face à maioria dos restantes países europeus.

---

<sup>11</sup>Tal como mencionado, as medidas de desigualdade devem satisfazer diversos critérios, tais como: i) anonimato ou simetria; ii) independência da dimensão da população; iii) independência da escala de rendimento; iv) sensibilidade de transferências (Pigou-Dalton); v) decomponibilidade. Para saber mais acerca destes critérios ver Blackwood (1994), Halkos e Aslanidis (2023), Haughton e Khandker (2009), Martín-Legendre (2018), Mcgregor et al. (2019), Moreira (2011), Trapeznikova (2019) e Yang (2017).

<sup>12</sup>Relativamente às propriedades desejáveis de uma medida de desigualdade, o índice de Gini posiciona-se com uma das medidas que mais propriedades satisfaz, sendo estas as seguintes (Charles et al., 2022; Haughton & Khandker, 2009; Mcgregor et al., 2019): i) anonimato; ii) independência da dimensão da população; iii) independência da escala de rendimento; iv) sensibilidade de transferências (Pigou-Dalton).

Além deste, existem outras métricas importantes que permitem complementar a análise da desigualdade. O índice de Atkinson<sup>13</sup>, que incorpora juízos de valor sobre a aversão à desigualdade, assumindo valores de zero a um (Crespo, 2015; Mcgregor et al., 2019; Moreira, 2011; Yang, 2017), e os índices de entropia generalizada, como o índice de Theil e o desvio logarítmico médio<sup>14</sup>, que permitem analisar a desigualdade de forma diferenciada entre segmentos da distribuição, variando entre zero (igualdade perfeita) e valores ilimitados (Haughton & Khandker, 2009; Martín-Legendre, 2018; Mcgregor et al., 2019; Moreira, 2011; Trapeznikova, 2019; Yang, 2017).

Complementarmente, a análise da desigualdade pode ser ainda concentrada em regiões específicas da distribuição, destacando-se para este fim os *income share ratios* (Trapeznikova, 2019). Estes índices representam a proporção do rendimento total auferido pela percentagem de população com maiores rendimentos em relação à percentagem com menores rendimentos (Moreira, 2011).

Entre os *income share ratios* mais comuns encontram-se o rácio 90/10, 80/20, 50/10 e 40/10, sendo este último conhecido como o rácio de Palma (RP) (Halkos & Aslanidis, 2023; Martín-Legendre, 2018; Trapeznikova, 2019). Desenvolvido por Gabriel Palma, este indicador, compara o rendimento dos 10% superiores com os 40% inferiores da distribuição (Halkos & Aslanidis, 2023; Martín-Legendre, 2018; Mcgregor et al., 2019; Trapeznikova, 2019; Yang, 2017). A principal vantagem destes indicadores reside na sua facilidade de cálculo e interpretação (Crespo, 2015; Moreira, 2011; Trapeznikova, 2019; Yang, 2017), embora não forneçam informação sobre o centro da distribuição, sendo menos completos que outras medidas (Crespo, 2015; Martín-Legendre, 2018; Moreira, 2011; Trapeznikova, 2019).

Segundo o Our World in Data (OWID) (2025), com base em dados do World Inequality Database (2025), em 2023 o RP situava-se em 2,7, o que significa que 10% da população mais rica detinha 2,7 vezes mais rendimento do que 40% da população mais pobre, evidenciando, uma vez mais, o elevado nível de desigualdade em Portugal.

Por fim, destaca-se o índice de Pietra (IP), também designado por Robin Hood, Ricci-Schutz ou Hoover (Martín-Legendre, 2018), que complementa a análise da desigualdade ao focar-se na redistribuição. Este índice, associado ao IG e também dependente da Curva de Lorenz (Martín-Legendre, 2018; Jenkins & Van Kerm., 2011; De Maio, 2007; Mcgregor et al., 2019), representa a proporção de rendimento que seria necessário transferir da metade superior para a metade inferior da distribuição para atingir igualdade máxima (Halkos & Aslanidis, 2023; Martín-Legendre, 2018; De Maio, 2007; Mcgregor et al., 2019), podendo ser calculado da seguinte forma:

---

<sup>13</sup>Este índice satisfaz as cinco propriedades desejáveis de uma medida de desigualdade.

<sup>14</sup>Tal como o índice de Atkinson, estes também cumprem as cinco propriedades desejáveis de uma medida de desigualdade (Charles et al., 2022; Mcgregor et al., 2019).

$$H = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^N \left| \frac{Y_i}{Y} - \frac{A_i}{A} \right| \quad (10)$$

onde  $Y_i$  e  $Y$  representam o total de rendimentos do grupo  $i$  e todo o rendimento disponível na população, respetivamente, e  $A_i$  e  $A$  representam o peso populacional do grupo  $i$  e toda a população considerada.

Em termos gráficos, o IP é representado pela distância máxima vertical entre a Curva de Lorenz e a linha de 45° de perfeita igualdade, como demonstrado na Figura 3. 3, permitindo visualizar a distância de uma sociedade em relação a uma distribuição totalmente equitativa (Martín-Legendre, 2018; De Maio, 2007).

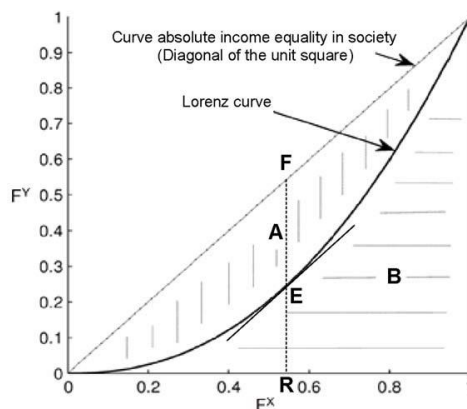


Figura 3. 3 Representação Gráfica do IP

Fonte: Byrtusova & Kister (s.d.)

### 3.2.2.2. Pobreza

A conceptualização da pobreza revela-se uma tarefa complexa e marcada por divergências. De forma geral, a pobreza pode ser entendida como um estado de privação (Catalán & Gordon, 2020; Moreira, 2011), ou mesmo como a negação de direitos humanos fundamentais (Drago, 2021). Esta trata-se de um fenómeno multidimensional, que pode manifestar-se na ausência ou difícil acesso a recursos básicos de sobrevivência, em condições de insegurança, na exclusão social ou em outras formas de vulnerabilidade (D'Attoma & Matteucci, 2024).<sup>1516</sup>

<sup>15</sup>Tal como anteriormente mencionado, não existe um acordo unísono no que toca à definição de pobreza, no entanto, segundo Rasool et al. (2011) as diversas definições podem ser agrupadas em três categorias principais: i) pobreza significa possuir menos do que o objetivamente definido; ii) pobreza trata-se de ter menos do que outros membros da sociedade; iii) pobreza refere-se ao sentimento de não ter o suficiente para viver.

<sup>16</sup>D'Attoma e Matteucci (2024) apresentam no seu artigo diversas definições apresentadas por distintos autores.

A pobreza afeta de forma profunda a vida e o bem-estar das pessoas podendo, em situações extremas, comprometer os alicerces sobre os quais as sociedades se estruturam, colocando em causa a estabilidade das próprias instituições (Drago, 2021).

No plano económico, a pobreza reduz os investimentos em capital físico, humano e tecnológico, limitando as oportunidades de inovação e de crescimento. Esta está também associada à subnutrição, que compromete o desenvolvimento cognitivo, aumenta o absentismo e fragiliza a capacidade de aprendizagem. Posto isto, gera efeitos negativos sobre a saúde e a educação, pilares centrais do desenvolvimento económico e social (Marrero & Servén, 2022).

Para além disto, a pobreza afeta também a atratividade de economias mais pobres para o IDE, uma vez que restringe o consumo interno e reduz a utilidade efetiva que os indivíduos retiram do mesmo, diminuindo a dimensão e o dinamismo do mercado (Schofield & Venkataramani, 2021). Assim, a pobreza configura-se como um entrave ao desenvolvimento e um fator de risco na avaliação de mercados por parte de investidores internacionais.

#### **3.2.2.2.1. Métricas de Pobreza**

Ao longo das décadas, a medição da pobreza concentrou-se principalmente em abordagens quantitativas e monetárias (Alkire et al., 2023; D'Attoma & Matteucci, 2024; Haughton & Khandker, 2009; Nunes, 2012; Rasool et al., 2011)<sup>17</sup>, geralmente baseadas no rendimento (De Carvalho, 2016; Yang, 2017).

Esta abordagem tem a vantagem da simplicidade (Ataguba et al., 2013). Não obstante, não captura completamente a natureza multidimensional do fenómeno (D'Attoma & Matteucci, 2024; De Carvalho, 2016; Catalán & Gordon, 2020; Drago, 2021; Flechtner, 2021; Gunewardena, 2004; Halkos & Aslanidis, 2023; Haughton & Khandker, 2009; Moreira, 2011; Wang et al., 2021), que engloba tanto aspetos monetários como não monetários (Ataguba et al., 2013; Halkos & Aslanidis, 2023; Moreira, 2011; Nunes, 2012; Wang et al., 2021). Assim, para compreender plenamente a pobreza, faz sentido complementar medidas monetárias com métricas multidimensionais (Beck et al., 2020; Lenner, 2023).<sup>18</sup>

No âmbito das métricas unidimensionais destacam-se, primeiramente, as linhas de pobreza de carácter absoluto ou relativo, que são frequentemente utilizadas para definir o limiar abaixo do qual se torna impossível manter uma vida digna (De Carvalho, 2016).

---

<sup>17</sup>Segundo Gunewardena (2004) e Rasool et al. (2011), pobreza pode ser analisada através de quatro abordagens distintas: i) monetária; ii) capacidades; iii) exclusão social; iv) participatória.

<sup>18</sup>Tal como as medidas de desigualdade, também as medidas de pobreza contam com propriedades desejáveis, também denominados de axiomas, sendo estas: i) simetria ou anonimato; ii) foco; iii) monotonia; iv) fraco transferência; v) sensibilidade das transferências; vi) decomponibilidade. Para mais acerca destes axiomas ver Moreira (2011), Nunes (2004) e Yang (2017).

No caso das linhas de pobreza absoluta, destaca-se a proposta apresentada pelo WB, que define como limiar absoluto de pobreza o valor de 1,90\$ por dia (Flechtner, 2021; Yang, 2017). Apesar de convenientes e simples (Moreira, 2011), especialmente no que refere a países em desenvolvimento, as mesmas são criticadas pela sua definição de natureza arbitrária (Yang, 2017), e por apresentarem valores demasiados baixos que impedem indivíduos de manterem um nível de vida decente (Flechtner, 2021).

Contrariamente, as linhas de pobreza relativa consideram na sua enriquecida definição o contexto da sociedade em que os indivíduos se inserem (De Carvalho, 2016; Moreira, 2011), o que impõe que sejam definidas em relação ao rendimento médio ou mediano da sociedade em questão (Moreira, 2011; Yang, 2017). Neste âmbito, e apesar do valor das mesmas poder variar entre 40% a 70%, destaca-se o valor definido pelo Eurostat que estabelece o limiar de pobreza em 60% do rendimento mediano (Pereirinha et al., 2008; De Carvalho, 2016; Moreira, 2011; Yang, 2017). Não obstante, as linhas de pobreza relativa não são suficientes para combater as críticas de que este tipo de métricas são alvo, particularmente por se tratarem de medidas marcadamente monetárias (De Carvalho, 2016; Yang, 2017).

Para complementar a análise das linhas de pobreza, outro indicador amplamente utilizado é a taxa de incidência da pobreza, que permite quantificar diretamente a proporção da população afetada por este fenómeno (Crespo, 2015; Crespo & Simões, 2024; Halkos & Aslanidis, 2023; Haughton & Khandker, 2009; Moreira, 2011; Nunes, 2004). Esta pode ser calculada através da seguinte forma:

$$H = \frac{q}{N} \tag{11}$$

onde,  $q$  representa o número de indivíduos considerados pobres e  $N$  o número total de população considerada.

Enquanto vantagens desta métrica, destaca-se a sua simplicidade e facilidade de cálculo e interpretação (Halkos & Aslanidis, 2023; Haughton & Khandker, 2009; Moreira, 2011; Nunes, 2012). Contudo, a mesma possui também desvantagens, tais como não considerar a intensidade e severidade da pobreza (Halkos & Aslanidis, 2023; Haughton & Khandker, 2009; Moreira, 2011; Nunes, 2012), o que conduz a uma caracterização redutora do fenómeno, e a torna insuficiente para avaliar o resultado de políticas de alívio da pobreza (Nunes, 2004; Zheng, 1997). A superação destas limitações concretiza-se através de outros indicadores, tais como o índice de hiato da pobreza e o índice de severidade da pobreza.

O índice de hiato da pobreza tem por objetivo quantificar o intervalo entre o rendimento médio daqueles classificados como pobres e o valor da linha de pobreza, fornecendo assim informação acerca da intensidade da pobreza (Arnold & Rodrigues, 2015; Crespo, 2015;

Crespo & Simões, 2024; Moreira, 2011; Zheng, 1997), o que o torna útil para a elaboração de políticas voltadas para os mais pobres (Halkos & Aslanidis, 2023). O mesmo calcula-se da seguinte forma:

$$I = LP - \mu \quad (12)$$

onde,  $LP$  representa o limiar de pobreza e  $\mu$  o rendimento médio dos pobres.

Já o índice de severidade, mede a desigualdade entre os pobres através do cálculo da soma dos *gaps* de pobreza ponderados pelos mesmos (Crespo, 2015).

Depois da exposição das métricas que, na sua individualidade procuram refletir cada uma das dimensões da pobreza, importa também destacar métricas que englobem estas três dimensões, como é o caso do índice de Watts, do índice de Sen-Shorrocks-Thon e dos índices Foster-Greer-Thorbecke.

O índice de Watts, proposto por Harold W. Watts em 1968, representa a média da população em relação aos *gaps* proporcionais da pobreza (Halkos & Aslanidis, 2023; Yang, 2017), sendo a primeira medida de pobreza sensível à distribuição (Haughton & Khandker, 2009; Martín-Legendre, 2018; Nunes, 2012), e que satisfaz diversas propriedades desejáveis de uma medida de pobreza (Halkos & Aslanidis, 2023; Haughton & Khandker, 2009; Nunes, 2012), o que o torna numa medida extremamente atrativa em comparação a outras. O mesmo pode ser calculado através da seguinte fórmula:

$$W = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^q [\ln(z) - \ln(x_i)] \quad (13)$$

onde,  $z$  representa o limite de pobreza e  $x_i$  o rendimento do grupo  $i$  abaixo do limiar  $Z$ .

Tal como este, também o índice de Sen-Shorrocks-Thon, inicialmente proposto por Sen em 1976 (Crespo, 2015; Martín-Legendre, 2018; Moreira, 2011; Nunes, 2004), e posteriormente modificado por Shorrocks (Martín-Legendre, 2018), foi idealizado com o propósito de captar as três dimensões da pobreza, e tendo por base o conjunto de propriedades desejáveis de uma medida de pobreza (Crespo, 2015; Martín-Legendre, 2018; Moreira, 2011; Nunes, 2004). Para o cálculo do mesmo considera-se a seguinte expressão:

$$S = H[I + (1 - I)G_p] \quad (14)$$

onde,  $H$  representa a taxa de incidência da pobreza,  $I$  a intensidade média da pobreza, e  $G_p$  o IG calculado apenas entre os pobres.

Por fim, a família de índices de Foster-Greer-Thorbecke, constituída pelo rácio de incidência da pobreza, hiato de pobreza e pelo hiato de pobreza ao quadrado (Yang, 2017), constitui uma medida agregada analiticamente mais rica, quer pela sua decomponibilidade, quer por permitir a formalização de critérios normativos no estudo do fenómeno da pobreza (Nunes, 2004).

Apesar da utilidade dos índices clássicos, estes mantêm limitações significativas quando se trata de compreender a pobreza em toda a sua complexidade. Por esta razão, surgiram métricas compósitas mais recentes, como o Global Multidimensional Poverty Index (GMPI), que expande a análise da pobreza além da dimensão monetária (De Carvalho, 2016; Drago, 2021)<sup>19</sup>, fornecendo uma visão holística da mesma (Zailani & Razak, 2023), e colmatando as fraquezas da abordagem unidimensional (monetária) (Ismail et al., 2022).

O GMPI, desenvolvido em 2010 pela Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI) e pelo UNDP, e revisto em 2018 (Alkire et al., 2023; De Carvalho, 2016; Crespo & Simões, 2024; Halkos & Aslanidis, 2023; Mack, 2020; Wang et al., 2021; Zailani & Razak, 2023), conta assim com três dimensões - saúde, educação e padrões de vida - pesadas de igual forma e analisadas através de um conjunto de 10 indicadores (Alkire et al., 2023; Alkire & Foster, 2011; Beck et al., 2020.; De Carvalho, 2016; Crespo & Simões, 2024; Delalić, 2017; Halkos & Aslanidis, 2023; Ismail et al., 2022; Mack, 2020; Wang et al., 2021; Zailani & Razak, 2023).

No que concerne as vantagens desta métrica, Wang et al. (2021) sublinham as seguintes: i) tratar-se de um indicador compósito que agrega diversas variáveis de distintas dimensões; ii) considerar a intensidade da pobreza multidimensional; iii) decompor-se por grupos, áreas geográficas e outras variáveis. Não obstante, este índice também é alvo de críticas, tais como descartar dimensões e indicadores relevantes de privação humana, não permitir mensurar a pobreza a nível individual, utilizar *cut-offs* definidos de forma subjetiva, e não considerar adequadamente a opinião dos pobres (Beck et al., 2020).

De acordo com dados de 2024 da OPHI e do UNDP, entre um total de 112 países, a Sérvia ocupava o primeiro lugar no ranking do GMPI, com uma pontuação de 0,000, indicando ausência de pobreza multidimensional. Em contraste, o Níger apresentava uma pontuação de 0,601, evidenciando elevada pobreza multidimensional. Já o Gabão situava-se numa posição intermédia, com 0,037, conforme ilustrado na Figura 3. 4.

---

<sup>19</sup>Para além desta medida, existem outras com um propósito semelhante, tais como as apresentadas por Alkire et al. (2023) e Zailani & Razak (2023).

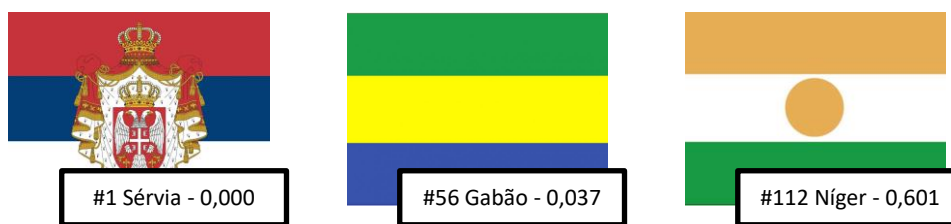


Figura 3. 4 Posição de Três Países no Ranking do Global Multidimensional Poverty Index 2024 e Respetivas Pontuações

Fonte: OPHI e UNDP (2024)

### 3.2.3. Educação

A educação consiste no processo de aquisição de conhecimentos, competências e outras características que fortalecem o capital humano (Moreira, 2011; Rambeli et al., 2021).

Este processo contribui para o crescimento económico e para o aumento da competitividade, ao mesmo tempo que estimula a melhoria de outras dimensões, através da redução da pobreza e das desigualdades, da melhoria da saúde e do aumento da esperança de vida, da diminuição da criminalidade, do fortalecimento dos núcleos familiares, entre outros (Alarcón, 2016; Buzavaite & Korsakiene, 2019; Dorozynska & Dorozynski, 2015; Karabayev et al., 2023; Karimi et al., 2013; Li et al., 2024; Maneejuk & Yamaka, 2021; Mironenko, 2025; Salike, 2016; Son, 2010; Ziberi et al., 2022).

Em síntese, a educação exerce um papel essencial na promoção do progresso económico e social, funcionando como um motor crucial para o desenvolvimento sustentável a longo prazo (Mironenko, 2025; Sun, 2021; Ziberi et al., 2022).

Além disso, a educação aumenta a atratividade de um mercado para o IDE, especialmente em setores que exigem mão-de-obra qualificada, uma vez que trabalhadores mais capacitados contribuem de forma imediata para a melhoria da produtividade e competitividade das empresas, e a médio e longo prazo, criam condições para a inovação e a transferência de tecnologias, potenciando também os efeitos indiretos do IDE sobre a economia (Miningou & Tapsoba, 2020). Esta relação é, como tal, particularmente relevante no processo de seleção de mercados para IDE, já que investidores estrangeiros avaliam a qualidade do capital humano como um critério estratégico na sua decisão de localização.

#### 3.2.3.1. Métricas de Educação

No âmbito da análise da dimensão educativa, Crespo e Simões (2024) identificam quatro áreas fundamentais - recursos, qualificações, competências e conhecimento -, as quais permitem, em conjunto, captar a disponibilidade, o nível e a qualidade da educação.

No que diz respeito à área dos recursos, os autores subdividem-nos em três tipos, financeiros, humanos e físicos, destacando cinco indicadores-chave essenciais à sua compreensão. Os tipos de recursos e respetivos indicadores encontram-se sintetizados no Quadro 3. 5.

Quadro 3. 5 Indicadores de Recursos em Educação

Tipo de Recursos	Indicadores
Financeiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Peso da despesa em educação no PIB</li> <li>- Despesa em educação per capita</li> <li>- Peso da despesa pública em educação</li> </ul>
Humanos	- Número de alunos por docente <sup>20</sup>
Físicos	- Número de escolas (públicas ou privadas) por Km <sup>2</sup> <sup>21</sup>

Fonte: Crespo e Simões (2024)

Segundo dados disponibilizados pelo OWID (2025), com base no UNESCO Institute for Statistics (2005) e em Tanzi e Schuknecht (2000), em 2024 o Quiribati apresentava-se como o país que mais investiu em educação em proporção do seu PIB. Em comparação, a despesa em educação de Portugal situou-se, nesse mesmo ano, em cerca de 4,3% do PIB.

Já no que diz respeito aos recursos humanos, mais especificamente no ensino primário, os dados, da OECD (s.d.), para 2023, apontam o México como um dos países com o rácio mais elevado de alunos por docente, com aproximadamente 24,1 alunos por docente.

Relativamente às qualificações, e considerando a sua relevância para o desempenho económico e social, são destacados três indicadores centrais (Crespo & Simões, 2024): i) taxa de analfabetismo, ii) percentagem de população com pelo menos o ensino secundário; iii) percentagem da população com ensino superior.

No domínio das competências, a avaliação é frequentemente realizada através de testes internacionais, sintetizados na Figura 3. 5, considerados representativos da qualidade dos sistemas de ensino. Entre os vários instrumentos, destacam-se os testes PISA (Programme for International Student Assessment), desenvolvidos pela OECD desde 2000. Estes testes, aplicados de três em três anos a estudantes de 15 anos, avaliam capacidades em leitura, matemática e ciências, procurando aferir até que ponto os jovens estão preparados para enfrentar os desafios da vida quotidiana. Os resultados do PISA são especialmente

<sup>20</sup>Este indicador pode ser calculado para os diferentes níveis de ensino de um mesmo ciclo, bem como para os diferentes ciclos de ensino, podendo ainda ser invertido (número de docentes por número de alunos) (Crespo & Simões, 2024).

<sup>21</sup>Para além do cálculo por área, pode ainda calcular-se o número de escolas por população em idade escolar (Crespo & Simões, 2024).

importantes para decisores políticos (Crespo & Simões, 2024; Moreira, 2011; Horta Neto, 2024).

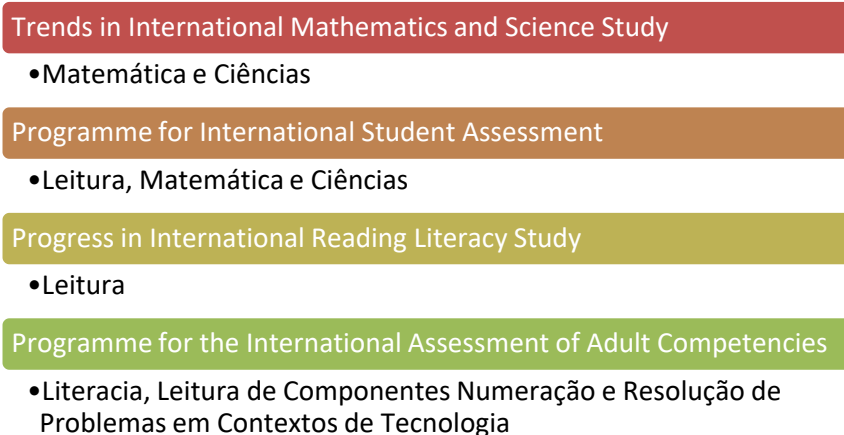


Figura 3. 5 Testes Internacionais no Âmbito das Competências

Fonte: Moreira (2011)

Segundo os resultados de 2022, último ano em que os testes PISA foram realizados, apresentados pela OECD (2023), Singapura destacou-se como o país melhor classificado entre mais de 65 países, nas três componentes avaliadas - matemática, ciências e leitura - com pontuações de 575, 561 e 543, respetivamente. Em contraste, o Camboja apresentou-se como o país com o pior desempenho, com pontuações de 336, 347 e 329. Já Portugal, obteve pontuações de 472 em matemática, 484 em ciências e 477 em leitura.

Por fim, no que se refere ao conhecimento, destaca-se o Global Knowledge Index (GKI), desenvolvido pelo UNDP em parceria com a Mohammed Bin Rashid Al Maktoum Knowledge Foundation. Este índice compósito, cuja pontuação varia de zero a 100, visa avaliar, de maneira abrangente, os níveis de conhecimento de uma nação, integrando sete sub-índices, detalhados no Anexo X (Crespo & Simões, 2024).

Com base em dados do UNDP e da Mohammed Bin Rashid Al Maktoum Knowledge Foundation (2024), referentes a um total de 141 países, a Figura 3. 6 sintetiza quatro posições no ranking do GKI.

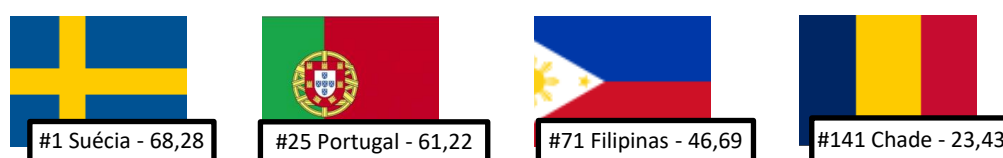


Figura 3. 6 Posição de Quatro Países no Ranking do Global Knowledge Index 2024 e Respetivas Pontuações

Fonte: UNDP e Mohammed Bin Rashid Al Maktoum Knowledge Foundation (2024)

### 3.2.4. Saúde

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o conceito de saúde ultrapassa, atualmente, a mera ausência de doenças, traduzindo-se num estado completo de bem-estar físico, mental e social. Esta perspetiva remete para uma visão holística da saúde, cada vez mais associada à qualidade de vida (Tomaziu-Todosia et al., 2022; Moreira, 2011).

A saúde, enquanto forma de capital humano, atua como um motor do crescimento e desenvolvimento económico, uma vez que contribui diretamente para a produtividade dos trabalhadores e para a redução do absentismo, e que indiretamente favorece o aumento dos rendimentos e da poupança, ao mesmo tempo que potencia a aprendizagem, a aquisição de experiência laboral, a redução dos rácios de dependência e a libertação de recursos que, de outra forma, seriam canalizados para o tratamento de doenças (Alsan et al., 2004; Akinbode et al., 2021; Basumallik, 2017; Boachie, 2017; Byaro et al., 2022; Hameed et al., 2025; Karimi et al., 2017; Mirvis & Bloom, 2008; Modibbo et al., 2019; Mustafa & Ansari, 2022; Nazir, 2021; Osobase & Bakare-Aremu, 2019; Pradhan & Bagchi, 2012; Sarpong et al., 2020; Verma & Usmani, 2019).

Além disso, uma população mais saudável tende a atrair maior investimento estrangeiro. Em contrapartida, condições de saúde precárias podem levantar dúvidas quanto à capacidade dos indivíduos de satisfazer as necessidades dos investidores, à eficácia das políticas públicas e à eficiência dos governos. Estas condições podem também afetar negativamente a produtividade dos trabalhadores e os lucros das empresas, uma vez que ao operar num mercado sem infraestruturas e serviços de saúde adequados, as empresas são obrigadas a subsidiar sistemas de saúde para os seus funcionários (Alsan et al., 2004; Kumari & Sharma, 2018; Mirvis & Bloom, 2008; Tandon, 2005; Talukdar & Parvez, 2017).

#### 3.2.4.1. Métricas de Saúde

À semelhança de outras áreas, a análise da saúde pode ser realizada através de métricas individuais ou multidimensionais. No caso das métricas individuais, Crespo e Simões (2024) destacam os indicadores de *input*, que avaliam a dimensão quantitativa dos recursos despendidos no setor da saúde, e conseqüentemente permitem aferir acerca da capacidade que os países têm de fornecer serviços de saúde adequados. Estes indicadores classificam-se em três tipos – financeiros, humanos e físicos -, apresentando-se no Quadro 3. 6 alguns exemplos ilustrativos.

Quadro 3. 6 Indicadores de Recursos em Saúde

<b>Tipo de Recursos</b>	<b>Indicadores</b>
Financeiros	- Peso da despesa em saúde no PIB - Despesa em saúde per capita - Peso da despesa pública em saúde
Humanos	- Número de médicos por 1000 habitantes - Número de enfermeiros por 1000 habitantes - Farmacêuticos por 1000 habitantes
Físicos	- Número de camas de hospital por 1000 habitantes - Número de equipamentos de tomografia computadorizada por 1 milhão de habitantes

Fonte: Crespo e Simões (2024)

De acordo com o OWID (2025), com base em dados da OECD (2025; 1993) e de Linder (1994), os Estados Unidos da América figuram entre os países que mais despenderam recursos financeiros com a saúde, em proporção do seu PIB, em contraste com a Índia, que alocou apenas 1,3%. Já em Portugal, a despesa em saúde representou 6,4% do PIB, evidenciando um investimento maior ao registado na educação.

No que concerne os recursos humanos, a Geórgia destaca-se com um dos países com maior disponibilidade médicos por cada 1000 habitantes, contando com 5,61 médicos em 2022, segundo dados do OWID (2025) provenientes do WB (2025). Em contraste, em vários países africanos, como é o caso da Guiné e do Níger, existe menos de um médico por cada 1000 habitantes, refletindo uma clara incapacidade de prestação de cuidados de saúde.

Por fim, no que respeita os recursos físicos, a Coreia do Sul destaca-se ao dispor de cerca de 12,75 camas de hospitalares por 1000 habitantes em 2021, de acordo com dados do OWID (2025) provenientes do WB (2025). Já países como a Papua-Nova Guiné contam com menos de uma cama por 1000 habitantes. Com uma posição intermédia, Portugal conta com 3,53 camas hospitalares por 1000 habitantes, demonstrando maior capacidade face a economias em desenvolvimento.

Já no que se refere às medidas multidimensionais, Crespo e Simões (2024) destacam dois índices relevantes, o Bloomberg Global Health Index (BGHI) e o Global Health Security Index (GHSI), que embora apresentem estruturas metodológicas semelhantes, avaliam vertentes distintas da saúde.

O BGHI foca-se na saúde pessoal da população e é constituído por quatro categorias - fatores de risco, subnutrição, disponibilidade de água potável e esperança média de vida -, atingindo um valor máximo de 100 (Crespo & Simões, 2024).

Já o GHSI avalia a capacidade de um país para combater doenças, como é o caso das epidemias. O índice é constituído por seis categorias (Crespo e Simões, 2024; Goldschmidt, 2022): i) prevenção; ii) deteção e reporte; iii) resposta rápida; iv) sistema de saúde; v) *compliance* com normas internacionais; vi) ambiente de risco. O GHSI cobre 195 países e varia de zero (menos preparados) a 100 (mais preparados) (Crespo & Simões, 2024).

Com base em dados de Bell e Nuzzo (2021), a Figura 3. 7 apresenta quatro posições distintas no ranking do GHSI, que abrange cerca de 195 países.

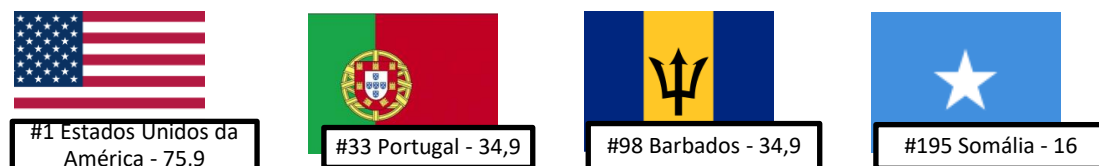


Figura 3. 7 Posição de Quatro Países no Ranking do Global Health Security Index 2021 e Respetivas Pontuações

Fonte: Bell e Nuzzo (2021)

### 3.2.5. Demografia

Nos dias atuais, as sociedades enfrentam transformações profundas resultantes de duas megatendências demográficas de particular relevância, o envelhecimento populacional e a migração (Chalise et al., 2022).

#### 3.2.5.1. Envelhecimento Populacional

O envelhecimento populacional, frequentemente designado de *tsunami de prata*, disseminou-se globalmente ao longo das últimas décadas (Chou, 2011; Cristea et al., 2020; Harper, 2010; Jakovljević, 2017).

Este fenómeno decorre, por um lado, do decréscimo da fertilidade, impulsionado pelo aumento do planeamento familiar, pela crescente participação das mulheres no mercado de trabalho e pela mudança de papéis de género e, por outro, do aumento da longevidade, fruto dos avanços na saúde e do progresso económico, social e tecnológico, que vieram contribuir para o aumento da probabilidade de sobrevivência na primeira infância e decréscimo da mortalidade (Aigner-walder & Döring, 2012; Breyer et al., 2010; Chou, 2011; Crespo & Simões,

2024; Cristea et al., 2020; England & Azzopardi-muscat, 2017; Glover & Prideaux, 2021; Harper, 2010.; Jakovljević, 2017; Magnolfi et al., 2007; Nagarajan et al., 2016; Santana, 2000).

O envelhecimento populacional acarreta consequências diversas, nomeadamente a nível económico e social, que impactam indivíduos, famílias e a sociedade no geral, e causam uma preocupação crescente nos decisores políticos em todo o mundo (Chen et al., 2022; Cristea et al., 2020; Daviaud et al., 2019; Lin et al., 2010; Mačiulytė-Šniukienė et al., 2019).

No que se refere ao desenvolvimento, este é negativamente impactado pelo envelhecimento populacional, uma vez que a alteração da estrutura e tamanho do mercado de trabalho (Mačiulytė-Šniukienė et al., 2019), diminui o capital humano disponível e afeta a produtividade, contribuindo para um crescimento económico mais lento (Orlická, 2015; Nagarajan et al., 2016). Adicionalmente, o envelhecimento populacional modifica padrões de consumo e de poupança (Crespo & Simões, 2024; Harper, 2010; Mačiulytė-Šniukienė et al., 2019; Orlická, 2015; Pohnpattanapaisankul, 2019; Nagarajan et al. , 2016), observando-se uma desaceleração na aquisição de determinados bens e serviços , mantendo-se o foco em habitação, alimentação, energia, água e saúde (Aigner-walder & Döring, 2012; Chen et al., 2022; Nagarajan et al. , 2016), enquanto as taxas de poupança tendem a decrescer, pois os recursos acumulados ao longo da vida tornam-se fonte de rendimento da população idosa (Pohnpattanapaisankul, 2019; Nagarajan et al. , 2016). O envelhecimento também apresenta impactos potenciais sobre a inflação (Pohnpattanapaisankul, 2019).

Do ponto de vista político e fiscal, a população idosa tende a priorizar gastos em segurança social em detrimento de investimentos em educação e infraestruturas, influenciando também o desenvolvimento (Crespo & Simões, 2024; Jones & Dolsten, 2024; Pohnpattanapaisankul, 2019; Nagarajan et al., 2016).

No plano social, destacam-se os impactos sobre os sistemas de saúde e de pensões que enfrentam aumentos na procura e nos custos, devido à complexidade dos cuidados necessários à população idosa (Chalise et al., 2022; Chen et al., 2022; Cristea et al., 2020; Harper, 2010; Jakovljević, 2017; Jones & Dolsten, 2024; Mačiulytė-Šniukienė et al., 2019; Pohnpattanapaisankul, 2019; Schulz & Radvansky, 2014). Estes fatores, somados à diminuição da mão de obra disponível, inclusive no setor da saúde, elevam a pressão sobre esses sistemas, comprometendo a sua sustentabilidade e levantando previsões de possíveis colapsos (Bairoliya & Miller, 2021; Crespo & Simões, 2024; Harper, 2010; Jayawardhana et

al., 2023; Mačiulytė-Šniukienė et al., 2019; Schulz & Radvansky, 2014; Valls Martínez et al., 2021).<sup>2223</sup>

Todos estes efeitos agregados têm um impacto direto no desenvolvimento, uma vez que moldam o potencial de crescimento de longo prazo e influenciam a resiliência das economias face a mudanças demográficas.

No que concerne o impacto do envelhecimento populacional sobre o IDE, os efeitos são também negativos. A redução da força de trabalho disponível cria um desequilíbrio entre a oferta de trabalhadores e a procura das empresas que desejam investir, ao mesmo tempo em que a produtividade é afetada, dado que a população mais envelhecida tende a apresentar habilidades desatualizadas e menor capacidade física. Paralelamente, o envelhecimento gera sobrecarga financeira para os governos, o que juntamente com a alteração nas preferências da população idosa, tende a reduzir o investimento público, particularmente em infraestruturas, elemento essencial para a operação e expansão das empresas (Bhattacharjee, 2023; Davies & Reed III, 2006; Li et al., 2024).

### 3.2.5.2. Migração

A migração constitui outra *megatrend* demográfica de elevada relevância internacional (Drinkwater et al., 2003; Siddiqui, 2012; Sitompul, 2013). Esta trata-se de um processo antigo, ligado à procura por melhores condições de vida e oportunidades, podendo assumir diversas formas e origens (Singapur & Sreenivasa, 2014; Sitompul, 2013).<sup>2425</sup> Assim como o envelhecimento populacional, a migração exerce impactos significativos sobre as sociedades, abrangendo as dimensões económica e social, com efeitos sentidos tanto nos países de origem quanto nos países recetores (Singapur & Sreenivasa, 2014).

No plano económico, a migração apresenta efeitos múltiplos. Nos países recetores, pode contribuir para o aumento da força de trabalho e da produtividade, preencher lacunas geradas pelo envelhecimento populacional e ampliar o mercado consumidor, estimulando a atividade económica (Drinkwater et al., 2003; Sitompul, 2013).

Por outro lado, nos países de origem, as remessas enviadas pelos migrantes fortalecem as economias locais, enquanto a saída de trabalhadores altamente qualificados, o chamado *brain drain*, pode limitar o desenvolvimento e reduzir o capital humano disponível. Do ponto

---

<sup>22</sup>Importa notar que envelhecimento populacional representa uma ameaça para a maioria dos sistemas de segurança social que prevalece nos países desenvolvidos, criado por Bismarck na Alemanha e Beveridge em Inglaterra, uma vez que nestes sistemas os trabalhadores atuais são responsáveis por suportar as pensões atuais (Valls Martínez et al., 2021).

<sup>23</sup>Para mais acerca de possíveis medidas corretivas para combater a insustentabilidade dos sistemas da segurança social, ver Crespo e Simões (2021).

<sup>24</sup>Para mais acerca dos diversos tipos de migração e suas definições, tais como migração internacional, migração interna, e migração de longo e de curto prazo, ver Siddiqui (2012).

<sup>25</sup>Migrantes são, segundo Hawkins (2014), pessoas que migraram de um local de origem para um local de destino, alterando a sua residência habitual.

de vista social, a migração pode gerar pressões nos centros urbanos, sobrecarregar serviços públicos, aumentar tensões sociais e criar desafios para a integração dos migrantes (Drinkwater et al., 2003; Siddiqui, 2012; Sitompul, 2013).

No que concerne o IDE, a migração tende a atrair mão de obra qualificada e com iniciativa, o que facilita a identificação de oportunidades de investimento pelas empresas, e contribui para o aumento da produtividade (Grossmann, 2021).

### 3.2.5.3. Métricas de Demografia

Após discutir as *megatrends* demográficas e os seus impactos, é fundamental apresentar métricas que permitam avaliar e monitorizar estas tendências.

Entre os indicadores mais relevantes destacam-se a taxa bruta de natalidade (TBN), calculada através da seguinte fórmula, que indica o número de nados vivos por 1000 habitantes num determinado ano, e o índice sintético de fecundidade, que representa o número médio de filhos por mulher em idade fértil (Crespo & Simões, 2024; Pérez-Fructuoso, 2017).

$$TBN_t = \frac{N_t}{P_t} 1000 \quad (15)$$

onde,  $N_t$  representa o número total de nascimentos ocorridos no ano  $t$  e  $P_t$  a população total média do ano  $t$ .

Em paralelo destaca-se também a taxa bruta de mortalidade (TBM), cuja a fórmula se apresenta em seguida, que mede o número de óbitos por 1000 habitantes e que, em conjunto com a natalidade, permite calcular o saldo natural da população (Pérez-Fructuoso, 2017). Complementarmente, a taxa de mortalidade infantil indica o número de mortes de crianças com menos de um ano de idade por cada 1000 nados vivos durante um ano (Reidpath & Allotey, 2003).

$$TBM_t = \frac{D_t}{P_t} 1000 \quad (16)$$

onde,  $D_t$  representa o número total de óbitos ocorridos no ano  $t$  e  $P_t$  a população total média do ano  $t$ .

Outro indicador demográfico importante é a esperança de vida à nascença, que corresponde ao número médio de anos que uma pessoa pode esperar viver considerando as

taxas de mortalidade atuais (Crespo & Simões, 2024). Este indicador permite avaliar o desenvolvimento económico e social de um país, uma vez que é influenciado por fatores como rendimentos, saúde, educação, ambiente, segurança e desigualdade (Crespo & Simões, 2024). A esperança de vida pode também ser medida a partir de outras idades, como aos 65 anos, refletindo o número médio de anos que um indivíduo pode esperar viver a partir dessa idade, mantendo-se as taxas de mortalidade observadas (Crespo & Simões, 2024).

Para medir mais diretamente o envelhecimento populacional, destacam-se o índice de envelhecimento, calculado como o quociente entre a população com 65 anos ou mais e a população entre zero e 14 anos, e o índice de longevidade, que relaciona a população com 75 anos ou mais com a população com 65 anos ou mais (Crespo & Simões, 2024). Os mesmos calculam-se através das seguintes fórmulas:

$$\text{Índice de Envelhecimento} = \frac{\text{População } (\geq 65 \text{ anos})}{\text{População } (\leq 14 \text{ anos})} \times 100 \quad (17)$$

$$\text{Índice de Longevidade} = \frac{\text{População } (\geq 75 \text{ anos})}{\text{População } (\geq 65 \text{ anos})} \quad (18)$$

Conforme dados do PORDATA (2025), provenientes do INE e do Eurostat, o índice de envelhecimento em Portugal em 2024 situava-se em 192,4, o que indica que existiam cerca de 192 idosos por cada 100 jovens.

Complementarmente, o rácio de dependência de idosos indica o número de indivíduos com 65 anos ou mais por cada 100 em idade ativa, fornecendo uma medida do peso económico e social da população idosa sobre a força laboral (Crespo & Simões, 2024; England & Azzopardi-muscat, 2017; Pérez-Fructuoso, 2017). Este índice pode ser calculado através da seguinte expressão:

$$\text{Índice de Dependência de Idosos} = \frac{\text{População } (\geq 65 \text{ anos})}{\text{População } (15 - 64 \text{ anos})} \times 100 \quad (19)$$

Segundo dados do PORDATA (2025), provenientes do INE e do Eurostat, Portugal apresenta o segundo maior rácio de dependência de idosos no conjunto da UE-27, com 38,6 idosos por cada 100 pessoas em idade ativa. Este valor que reforça o elevado nível de envelhecimento demográfico do país e a pressão da população idosa sobre a população economicamente ativa.

No âmbito da análise do envelhecimento populacional pode ainda ser mencionado o Global Retirement Index (GRI), um índice multidimensional desenvolvido pela Natixis, constituído por 18 indicadores individuais, e criado com o objetivo de estudar os fatores que impulsionam a segurança na reforma e de servir como ferramenta para comparar as melhores práticas em políticas de reforma (Crespo & Simões, 2024).

De acordo com os dados da Natixis Investment Managers (2025), a Figura 3. 8 apresenta quatro posições do ranking do GRI. Para ranking completo, ver Anexo D.



Figura 3. 8 Posição de Quatro Países no Ranking do Global Retirement Index 2025 e Respetivas Pontuações

Fonte: Natixis Investment Managers (2025)

Por fim, e para apurar o fenómeno da migração, importa mencionar o saldo migratório, que corresponde à diferença de imigrantes subtraído ao número de emigrantes durante um dado período de tempo (Crespo & Simões, 2024; Hawkins, 2016).

### 3.3. Dimensão Justiça e Segurança

#### 3.3.1. Justiça

A justiça constitui um pilar das sociedades modernas (Crespo & Simões, 2024), sendo intrinsecamente suportada pelo princípio do Estado de Direito. Apesar do seu papel central, a definição deste conceito permanece objeto de debate, carecendo de um consenso universal (Durguti et al., 2024; Fu, 2019; Osman, s.d.; Skaaning, 2010). No entanto, pode ser sintetizado em dois pilares fundamentais, a criação e manutenção de um quadro jurídico e de estabilidade social e a imposição de limites ao poder (Durguti et al., 2024). Assim, o Estado de Direito exige

que cidadãos e governos ajam em conformidade com a lei, garantindo justiça, previsibilidade e a proteção dos direitos (Osman, s.d.; Skaaning, 2010).<sup>26</sup>

O Estado de Direito tem um impacto direto e significativo no desenvolvimento e no desempenho empresarial. Este promove o desenvolvimento através da redução de conflitos e violência, do combate à corrupção e da proteção dos direitos de propriedade, bem como através do incentivo ao investimento, comércio e empreendedorismo (Fu, 2019; Ramos-maqueda & Chen, 2024).

Já no domínio empresarial, o Estado de Direito assegura um sistema judicial e fiscal eficaz, estabilidade política, fundamentais para a expansão das empresas (Roxas et al., 2012). Posto isto, este influencia positivamente o IDE, uma vez que investidores preferem países que protegem contratos e direitos de propriedade e oferecem um sistema judicial eficaz e transparente (Ozekhome, 2022; Zhang et al., 2021).

Em suma, o Estado de Direito não só favorece o desenvolvimento, como também torna os países mais atrativos para IDE.

### **3.3.1.1. Métricas de Justiça**

Tendo em conta a importância e os impactos do Estado de Direito, torna-se essencial avaliar o grau de compromisso dos diferentes países com este princípio. Neste sentido, destaca-se o Rule of Law Index (RLI), de natureza compósita, publicado anualmente pelo World Justice Project (Şahin et al., 2018).

Este índice é formado por oito fatores que refletem as diferentes dimensões do Estado de Direito (Udovičić e Marošević, 2024): i) limites aos poderes do governo; ii) ausência de corrupção; iii) abertura do governo; iv) direitos fundamentais; v) ordem e segurança; vi) aplicação da lei; vii) justiça civil; viii) justiça criminal. A sua pontuação varia entre zero e um, com zero a indicar a ausência de compromisso com o Estado de Direito, e um a representar o compromisso total (Şahin et al., 2018).

Com base em dados do RLI 2024, disponibilizados pelo World Justice Project (s.d.), que abrange 142 países, observa-se que a Dinamarca ocupava a primeira posição do ranking, refletindo o maior compromisso com o Estado de Direito, enquanto a Venezuela se encontrava no último lugar. Já Portugal posicionava-se no top 30 dos países com melhor desempenho, conforme ilustrado na Figura 3. 9.O ranking completo pode ser consultado no Anexo E.

---

<sup>26</sup>Para outras definições de Estado de Direito, ver Botero e Ponce (2011), Osman (s.d.) e Udovičić e Marošević (2024).

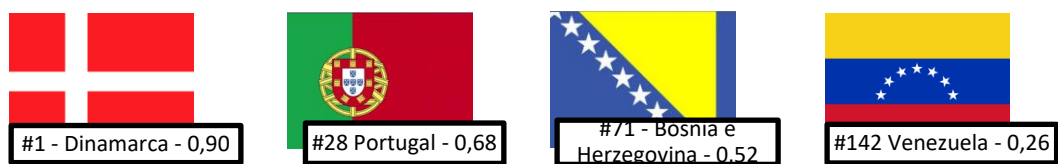


Figura 3. 9 Posição de Quatro Países no Ranking do Rule of Law Index 2024 e Respetivas Pontuações

Fonte: World Justice Project (s.d.)

Para complementar esta avaliação, Crespo e Simões (2024), propõem ainda indicadores individuais que oferecerem perspectivas adicionais sobre o funcionamento da justiça, nomeadamente: i) magistrados judiciais por 100000 habitantes; ii) advogados por 100000 habitantes; iii) taxa de congestão; iv) taxa de eficácia; v) taxa de resolução.

### 3.3.2. Segurança

A segurança constitui, historicamente, uma preocupação central das sociedades, uma vez que sem ela as conquistas sociais, económicas e políticas dificilmente podem ser sustentadas (Crespo & Simões, 2024; Nzubechukwu et al., 2022). De forma geral, esta pode ser entendida como uma condição de ausência de perigos, incertezas e riscos significativos (Crespo & Simões, 2024; Umaru et al., 2015).<sup>27</sup>

Em contrapartida, a insegurança traduz-se num estado de vulnerabilidade marcado pelo medo e pela falta efetiva ou percebida de proteção, afetando tanto indivíduos como a sociedade no seu todo (Béland, 2007). Entre as suas causas encontram-se fatores como o desemprego, a pobreza, a desigualdade, a corrupção, as divisões étnicas e religiosas e as falhas na governação (Nzubechukwu et al., 2022).

As manifestações de insegurança assumem frequentemente a forma de criminalidade<sup>28</sup>, abrangendo crimes contra pessoas e propriedades, crimes económicos e crimes de natureza cibernética (Raj & Kalluru, 2023).

Estes fenómenos impõem custos diretos e indiretos sobre a sociedade e a economia, comprometendo o desenvolvimento e a atração de IDE, tais como a perda de vidas e incapacitação das vítimas, a redução da produtividade, o enfraquecimento da confiança no Estado de Direito, o abrandamento da atividade económica, a retração do investimento, a

<sup>27</sup>Para mais acerca da conceptualização de segurança ver Umaru et al. (2015).

<sup>28</sup>Crimes podem ser entendidos como atos desviantes e puníveis por condenação, de acordo com as leis do estado (Raj & Kalluru, 2023).

dificuldade na atração de capital humano qualificado e a perda de competitividade (Garga, 2015; Havi, 2014; Raj & Kalluru, 2023).

### 3.3.2.1. Métricas Gerais de Segurança

A análise da segurança em contexto internacional pode ser realizada através de algumas métricas que procuram captar aspetos fundamentais deste fenómeno. Neste sentido, Crespo & Simões (2024) destacam o Global Peace Index (GPI) e o Conflict Index (CI) do Armed Conflict Location and Event Data Project.

O GPI, desenvolvido em 2007 por Steve Killelea, fundador do Institute for Economics and Peace (IEP), baseia-se em três dimensões principais - nível de segurança e proteção, extensão de conflitos domésticos e internacionais, e grau de militarização. Este índice combina 23 indicadores qualitativos e quantitativos e cobre 163 territórios em todo o mundo (Crespo & Simões, 2024; Stroobants, s.d.).<sup>29</sup>

Segundo dados do IEP (2025), entre um total de 163 países, a Islândia ocupa a primeira posição, sendo o país mais pacífico. Em contraste, a Rússia figura na última posição, sendo o país menos pacífico. Portugal encontra-se no top 10, refletindo uma realidade pacífica entre os demais países, como ilustrado na Figura 3. 10. Para uma visão completa do ranking ver Anexo F.



Figura 3. 10 Posição de Quatro Países no Ranking do Global Peace Index 2025

Fonte: Institute for Economics and Peace (2025)

Já o CI permite analisar a intensidade e a distribuição de conflitos nos diferentes países e territórios, utilizando quatro indicadores principais: mortalidade, risco para civis, difusão geográfica e número de grupos armados (ACLED, s.d.). Para dados do CI de 2024, ver Anexo G.

Além destes índices globais, Crespo e Simões (2024) apresentam ainda indicadores individuais que refletem outras dimensões específicas da segurança, nomeadamente: i) taxa

<sup>29</sup>Para saber mais acerca do Global Peace Index ver Stroobants (s.d.).

de mortalidade por homicídio; ii) percentagem de mulheres vítimas de violência física ou sexual; iii) pessoal ao serviço nas polícias por 100 000 habitantes.

### **3.3.2.2. Terrorismo**

Entre as diversas formas de criminalidade, o terrorismo distingue-se por envolver o uso sistemático de violência para gerar medo, coerção ou intimidação, como forma de alcançar um objetivo ou transmitir uma mensagem política (Czinkota et al., 2004). Este é considerado uma das mais graves ameaças à segurança, provocando um sentimento de insegurança generalizado na sociedade (Ahmed & Khan, 2016; Aslam et al., 2018).

As suas causas são multidimensionais, incluindo motivações religiosas, desigualdade e pobreza, fraca performance económica e, em alguns casos, dinâmicas associadas à globalização (Estrada et al., 2015; 2018; Gaibulloev & Sandler, 2019). Os impactos são igualmente profundos e de múltiplos níveis, tais como imediatos, através da perda de vidas, invalidez recorrente das lesões e destruição de infraestruturas, e de longo prazo, através da retração do crescimento, do comércio, do consumo e da poupança, da quebra do investimento — incluindo IDE — da fuga de cérebros, da redução do turismo e da deterioração da qualidade de vida, ameaçando assim o desenvolvimento sustentável de um país (Aslam et al., 2018; Bardwell & Iqbal, 2021; Bezi et al., 2016; Estrada et al., 2015; 2018; Gaibulloev & Sandler, 2019; Barry Johnston & Nedelescu, 2006; Kinyanjui, 2014).

Importa, contudo, sublinhar que o terrorismo não constitui uma ameaça transversal a todos os mercados, concentrando-se sobretudo em regiões como o Médio Oriente e África Ocidental. Neste sentido, a sua relevância para a seleção de mercados de IDE deve ser avaliada de forma contextual, assumindo particular peso em países e setores mais expostos a este risco.

#### **3.3.2.2.1. Métricas de Terrorismo**

Este fenómeno pode ser analisado através do Global Terrorism Index (GTI), elaborado pelo IEP e, que combina quatro fatores principais (Crespo & Simões, 2024): i) número de episódios; ii) número de mortes; iii) número de feridos; iv) número de reféns.

Com base em dados do IEP (2025), a Figura 3. 11 apresenta três posições distintas no ranking do GTI, no total de 163 países, incluindo a de Portugal, que partilha a última posição no ranking com outros países, apresentando uma pontuação de zero, o que indica níveis

inexistentes de terrorismo. Para uma visão mais detalhada deste ranking, consultar o Anexo H.



Figura 3. 11 Posição de Três Países no Ranking do Global Terrorism Index 2025

Fonte: Institute for Economics and Peace (2025)

### 3.3.2.3. Cibersegurança

A crescente digitalização das economias trouxe novas oportunidades de crescimento, mas também uma vulnerabilidade adicional, o risco cibernético. A cibersegurança, que pode ser definida como a capacidade de proteção dos ativos de um utilizador e o ambiente em que este opera contra invasões de entidades externas, tem-se tornado, portanto, ao longo dos últimos anos uma preocupação à escala mundial, obrigando ao desenvolvimento de quadros de referência relativos às questões relacionadas com ameaças cibernéticas (Couce-vieira et al., 2020; Kala, 2023; Vakulyk et al., 2020).

Os impactos económicos da cibersegurança são significativos, incluindo perdas financeiras e de propriedade intelectual, interrupções de operações empresariais, danos reputacionais, entre outras, que reduzem a confiança dos consumidores e investidores, podendo, conseqüentemente, impactar o IDE (Couce-vieira et al., 2020; Kala, 2023).<sup>30</sup> Convém, no entanto, destacar que a relevância da cibersegurança não é uniforme entre todos os países e indústrias. Em mercados menos digitalizados, este fator pode ter um impacto marginal nas decisões de investimento, enquanto em economias avançadas ou em setores altamente digitalizados torna-se um critério estratégico na análise de risco.

#### 3.3.2.3.1. Métricas de Cibersegurança

Dada a importância adquirida pelas questões da cibersegurança, torna-se pertinente avaliar o grau de preparação dos países no que toca à prevenção de ameaças cibernéticas e gestão de incidentes cibernéticos, destacando-se neste sentido o National Cybersecurity Index (Crespo & Simões, 2024).<sup>31</sup>

<sup>30</sup>Para mais detalhes acerca destas consequências ver Couce-vieira et al. (2020) e Kala (2023).

<sup>31</sup>Para além deste, existem ainda outras métricas tais como o Global Cybersecurity Index.

Este índice permite avaliar a eficácia das estratégias nacionais de cibersegurança identificar áreas de melhoria e promover colaborações internacionais (Sadat et al., 2025), através da contemplação dos três principais tipos de ameaças decorrentes de incidentes desta natureza (Crespo & Simões, 2024): i) falha no acesso a serviços digitais; ii) modificação não permitida de conteúdos; iii) perda de confidencialidade.

### **3.4. Dimensão Valores**

#### **3.4.1. Liberdade Económica**

A liberdade é uma construção complexa e multifacetada (Crespo & Simões, 2024), abrangendo dimensões como a liberdade económica, religiosa, de imprensa ou digital. Para os objetivos desta dissertação, o foco recai sobre a liberdade económica, dada a sua relação direta com o desenvolvimento e a atração de IDE.

A liberdade económica refere-se ao direito dos indivíduos de atuar livremente nos mercados e alcançar os seus interesses económicos por meio da troca voluntária de bens e serviços, protegida pelo Estado de Direito, sem restrições indevidas à produção, distribuição ou consumo (Berggren, 2003; Marjanac & Landika, 2025; Özyılmaz, 2022; Panahi et al., 2014; Rožāns, 2016; Sambharya & Rasheed, 2015; Singh & Gal, 2020).

Trata-se, portanto, de um conceito multidimensional, envolvendo componentes, que moldam o ambiente económico de uma nação (Sambharya & Rasheed, 2015), como a liberdade empresarial, comercial, fiscal, monetária, de investimento, financeira, bem como direitos de propriedade, controlo da corrupção e níveis de despesa pública (Beheshtibar & Irgaliyev, 2008; Dang & Trinh, 2025; Ghazalian & Amponsem, 2018; Miller & Kim, 2013).<sup>32</sup>

Apesar de alguns efeitos divergentes entre as diferentes componentes da liberdade económica, o seu impacto agregado sobre o desenvolvimento e o IDE é maioritariamente positivo. A liberdade económica promove o crescimento económico, funcionando como um impulsionador do desenvolvimento, e contribui para criar uma imagem favorável do ambiente de investimento nos mercados de recetores (Berggren, 2003; Ciftci & Durusu-ciftci, 2022; Ghazalian & Amponsem, 2018; Marjanac & Landika, 2025; Özyılmaz, 2022; Rožāns, 2016; Sooreea-Bheemul et al., 2020). O crescimento económico, enquanto indicador do desenvolvimento, é estimulado pela liberdade económica através da autonomia conferida aos indivíduos, que favorece a eficiência dos mercados, reforça a confiança social — nomeadamente pela limitação da apropriação indevida de recursos e pela promoção da transparência — e incentiva o investimento (Ghazalian & Amponsem, 2018; Tran, 2019).

---

<sup>32</sup>Para uma explicação mais detalhada acerca destas componentes ver Beheshtibar e Irgaliyev (2008), Ghazalian e Amponsem (2018), Miller & Kim (2013) e Rožāns (2016).

Já no que diz respeito ao IDE, a liberdade económica contribui para a sua atração através da redução de custos operacionais, maior proteção dos direitos de propriedade, menor intervenção governamental, regulação mais leve e aberta, maior eficácia na aplicação dos contratos, menores níveis de corrupção e instituições mais estáveis. Estes fatores reforçam a confiança dos investidores e aumentam a atratividade dos mercados recetores (Ciftci & Durusu-ciftci, 2021; Dang & Trinh, 2025; Ghazalian & Amponsem, 2018).

#### **3.4.1.1. Métricas da Liberdade Económica**

No âmbito da medição da liberdade económica, destacam-se dois índices amplamente utilizados o Economic Freedom Index (EFI), desenvolvido pela Heritage Foundation e o Wall Street Journal, e o Economic Freedom of the World Index (EFWI), desenvolvido pelo Fraser Institute (Berggren, 2003; Brkic et al., 2020; Faria & Montesinos, 2009; Gwartney & Lawson, 2003; Hussain & Haque, 2016; Özyılmaz, 2022; Panahi et al., 2014; Rožāns, 2016).

O EFI, concebido para explorar as interligações características da liberdade económica, baseia-se em 10 componentes organizados em quatro pilares — Estado de Direito, Dimensão do Governo, Eficiência Regulamentar e Abertura de Mercados — avaliados numa escala de zero a 100. Não obstante à sua importância, este índice apresenta algumas limitações metodológicas, incluindo uma menor precisão e transparência (Brkic et al., 2020; Crespo & Simões, 2024; Gwartney & Lawson, 2003; Özyılmaz, 2022; Rožāns, 2016; Sambharya & Rasheed, 2015; Sooreea-Bheemul et al., 2020).

O EFWI, criado com o objetivo de medir o grau de promoção da liberdade económica, procura superar algumas destas limitações ao incluir 42 fatores distribuídos por cinco pilares, medidos numa escala de zero (sem liberdade económica) a 10 (liberdade económica total), e dados mais quantificáveis e provenientes de fontes externas (Berggren, 2003; Crespo & Simões, 2024; Rožāns, 2016; Sooreea-Bheemul et al., 2020).

Segundo dados do Fraser Institute para o ano de 2023, a Figura 3. 12 apresenta quatro posições do ranking do EFWI, no total de 165 países, incluindo a posição de Portugal, que se encontra entre os 30 países que mais promovem a liberdade econômica. O ranking completo encontra-se disponível no Anexo I.

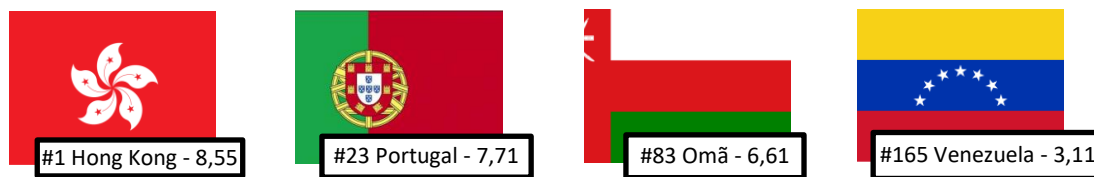


Figura 3. 12 Posição de Quatro Países no Ranking do Economic Freedom of the World Index 2023 e Respetivas Pontuações

Fonte: Fraser Institute (s.d.)

### 3.4.2. Corrupção

A corrupção é um fenómeno global e multidimensional, que desperta interesse de governos e instituições internacionais, devido ao seu impacto político e económico (Al Qudah et al., 2020; Farooq et al., 2013; Jacob & Umoh, 2017; Khan et al., 2018; Ola et al., 2014; Xhindi & Gjika, 2022). Este fenómeno pode assumir diferentes formas em função de diferentes contextos (Ahmad et al., 2012)<sup>33</sup>, o que contribui para a inexistência de um consenso universal quanto à sua definição (Igiebor, 2019; Odo, 2015; Ola et al., 2014).

Não obstante, globalmente, a corrupção é definida como o uso abusivo de cargos públicos ou privados, com o objetivo de enriquecer e adquirir poder, de forma ilícita, direta ou indiretamente (Ahmad et al., 2012; Elijah, 2007; Farooq et al., 2013; Fleeta-Asín & Muñoz, 2023; Igiebor, 2019; Jacob & Umoh, 2017; Khan et al., 2018; Oghuvbu, 2021; Ola et al., 2014; Sunkanmi & Isola, 2014; Xhindi & Gjika, 2022).<sup>34</sup>

As causas mais significativas da corrupção incluem a fragilidade do sistema judicial, a falta de transparência, práticas culturais corruptivas e baixos salários e condições reduzidas no setor público (Farooq et al., 2013; Khan et al., 2018; Okunola, 2019).<sup>35</sup>

Já entre as consequências da corrupção que comprometem o desenvolvimento e a atratividade de IDE, destacam-se como mais relevantes o comprometimento das infraestruturas, a diminuição do investimento público, a redução de gastos em educação e saúde, o aumento da desigualdade e pobreza e a diminuição da produtividade, que impactam

<sup>33</sup>A corrupção pode assumir diferentes formas tais como (Okunola et al., 2019; Ola et al., 2014; Sunkanmi & Isola, 2014): i) autogénica; ii) defensiva; iii) extorsiva; iv) investidora; v) nepotista; vi) apoiadora; vii) transacional. Para mais acerca dos tipos de corrupção ver os autores anteriormente mencionados.

<sup>34</sup>Para mais definições de corrupção ver Odo (2015) e Oghuvbu (2021).

<sup>35</sup>Outras causas referidas na literatura incluem sistemas fiscais incapazes de rastrear adequadamente todas as atividades financeiras dos indivíduos, existência de imperativos que incentivam esta realidade (tais como o materialismo, a desigualdade, a pobreza e a exaltação da riqueza), ausência de programas de combate à corrupção, entre outros (Farooq et al., 2013; Khan et al., 2018; Okunola, 2019).

diretamente a capacidade produtiva e o capital humano (Farooq et al., 2013; Xhindi & Gjika, 2022). Para além disso, a corrupção provoca o aumento da incerteza e dos custos de fazer negócio, o aumento da instabilidade política, a redução da competitividade, o enfraquecimento do Estado de Direito, criando um ambiente mais arriscado e menos previsível para investidores estrangeiros (Ahmeti et al., 2012; Dong, 2011; Igiebor, 2019; Jacob & Umoh, 2017; Odo, 2015; Pulok, 2010; Rosemary & Bonmwa, 2014; Voyer & Beamish, 2004).<sup>36</sup>

#### **3.4.2.1. Métricas de Corrupção**

No contexto da medição da corrupção, existem diversos índices que procuram quantificá-la e analisá-la, destacando-se entre eles o Corruption Perception Index (CPI), produzido pela Transparency International (Lash, s.d.; Xhindi & Gjika, 2022).<sup>37</sup>

O CPI mede o grau de perceção do uso do poder público para benefício privado, incluindo o apoderamento do estado por elites e interesses privados (Xhindi & Gjika, 2022). Este índice baseia-se em 15 inquéritos e estudos de nove instituições independentes que avaliam a perceção de diversos empresários, políticos e analistas (Ertimi & Saeh, 2013; Lash, s.d.; Linhartová & Republic, 2017; Mbaku, 2019). O índice varia entre zero (corrupção elevada) e 100 (livre de corrupção) (Hilding Ohlsson, 2007; Linhartová & Republic, 2017; Mbaku, 2019).

Apesar de algumas limitações por se tratar de uma medida subjetiva, o CPI apresenta elevada credibilidade, sustentada pela estabilidade temporal, conseguida através da utilização de informação dos últimos três anos e pela forte correlação com outras medidas de corrupção (Hilding Ohlsson, 2007; Lash, s.d.).

De acordo com o ranking do CPI de 2024, entre os 180 países analisados, a Dinamarca era percecionada como o país menos corrupto. Em contrapartida, o Sudão do Sul ocupava a última posição, sendo percecionado como o país mais corrupto. Já Portugal situava-se aproximadamente a meio do ranking, refletindo níveis moderados de perceção de corrupção, conforme ilustrado na Figura 3. 13.

---

<sup>36</sup>Outros impactos da corrupção, citados por estes autores, incluem alocação incorreta de recursos públicos e o fomento da falta de transparência.

<sup>37</sup>Complementarmente, Crespo & Simões (2024) destacam o Global Corruption Index, cujo objetivo é medir o estado da corrupção e dos crimes cometidos por indivíduos *white-collar* a nível global.

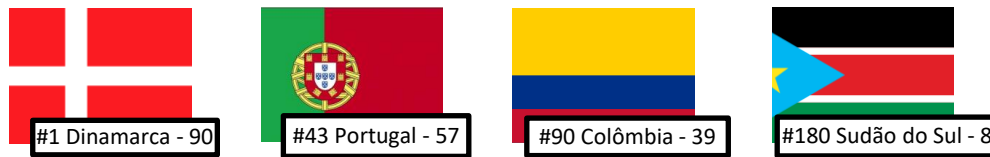


Figura 3. 13 Posição de Quatro Países no Ranking do Corruption Perception Index 2024 e Respetivas Pontuações

Fonte: Transparency International (s.d.)

### 3.4.3. Democracia

A democracia apresenta-se como um valor fundamental com impacto em diversos domínios, tanto políticos como económicos, nomeadamente no crescimento económico e IDE, sendo, por isso, objeto de interesse por parte de várias instituições e agentes que se dedicam à avaliação dos seus níveis (Nairobi et al., 2021). Este valor define-se como um sistema de governo caracterizado pela liberdade dos cidadãos e pela atribuição de poder ao povo, que o pode exercer de forma direta ou indireta, através de representantes eleitos (Bello & Famoroti, 2023; Fadoua, 2021; Nairobi et al., 2021).<sup>38</sup>

A relação entre democracia e crescimento económico, tem sido analisada sob diversas perspetivas, conduzindo a conclusões contraditórias.<sup>39</sup> Ainda assim, uma parte significativa da literatura aponta para efeitos positivos da democracia sobre o crescimento económico, através do reforço da estabilidade política e da maior previsibilidade macroeconómica, que por sua vez tendem a reduzir a inflação e os riscos associados ao investimento. A estes somam-se ainda o incentivo das reformas estruturais, a promoção da liberdade económica e a disponibilização de bens públicos essenciais que, em conjunto, contribuem para a redução das desigualdades e potenciam o capital humano, criando condições favoráveis ao desenvolvimento (Fadoua, 2021; Knutsen, 2012; Nairobi et al., 2021; Rachdi & Saidi, 2015).

O mesmo verifica-se na relação entre democracia e IDE, também alvo de debate. Contudo, diversos estudos indicam efeitos positivos da democracia na atração de IDE, sobretudo através da proteção dos direitos de propriedade, do aumento da estabilidade e previsibilidade política e da redução de práticas de corrupção e comportamentos predatórios.

<sup>38</sup>Devido à inexistência de um consenso relativamente à definição de democracia, várias definições foram apresentadas por diferentes autores. Para mais acerca das diferentes definições de democracia ver Bello e Famoroti (2023) e Fadoua (2021).

<sup>39</sup>Enquanto alguns autores identificam efeitos positivos, outros apontam para impactos negativos ou até mesmo para a inexistência de uma relação significativa entre ambos (Fadoua, 2021; Knutsen, 2012; Nairobi et al., 2021; Rachdi & Saidi, 2015).

Estes fatores diminuem riscos e custos de transação, criando um ambiente mais seguro e confiável para investidores estrangeiros (Hamid & Jena, 2022; Gossel, 2024; Li & Owen, 2018).

### **3.4.3.1. Métricas de Democracia**

Para avaliar a democracia, destaca-se o Democracy Index (DI), publicado pela Economist Intelligence Unit, que agrega informações sobre a capacidade dos cidadãos de escolher líderes políticos de forma livre e justa, exercer liberdades civis, participar efetivamente na política e contar com um governo que atua em seu benefício. O índice varia entre zero e 10, categorizando os países da seguinte forma (Crespo & Simões, 2024): i) zero a quatro – regime autoritário; ii) quatro a seis – regime híbrido; iii) seis a oito – democracia imperfeita; iv) oito a 10 – democracia plena.

Segundo o OWID (2025), com base em dados da Economist Intelligence Unit (2024), o DI de 2024 apresenta Portugal como uma democracia plena, ao contar com um resultado de aproximadamente oito pontos. Para mais dados acerca de outros países, ver mapa coroplético do Anexo X.

## **3.5. Dimensão Relações Internacionais**

### **3.5.1. Competitividade**

A competitividade é um conceito multidimensional e relativo, que pode ser analisado em diferentes níveis — macroeconómico e microeconómico — abrangendo países, setores industriais, organizações e produtos (Agostinho, 2022; Bhawsar & Chattopadhyay, 2015; Crespo & Simões, 2024). Não obstante, no âmbito deste estudo, a análise centra-se exclusivamente na competitividade nacional (macroeconómica) e na sua relação com o desenvolvimento e IDE.

De acordo com a OECD, a competitividade nacional refere-se à capacidade de um país, em condições de mercado livres e equitativas, produzir bens e serviços com bom desempenho nos mercados internacionais, mantendo o rendimento dos cidadãos a longo prazo<sup>40</sup>. Esta depende de fatores como a estabilidade política, políticas governamentais eficazes, sistemas educacionais capazes de desenvolver capital humano qualificado, capacidade exportadora, entre outros (Agostinho, 2022; Arslan & Tathdil, 2012; Benítez-Márquez et al., 2022; Djogo & Stanisic, 2016; Gama et al., 2020; Jambor & Babu, 2016; Kao et al., 2008; Kordalska et al., 2016; Sodikov et al., 2021; Sohinger & Horvatin, 2005; Zanakis & Becerra-fernandez, 2005).

---

<sup>40</sup>Para além da definição proposta pela OECD, (Agostinho (2022), Djogo e Stanisic (2016), Ginevičius et al. (2023) sintetizam, nos seus artigos, diversas outras definições de competitividade formuladas ao longo das últimas décadas.

Posto isto, a competitividade trata-se de um motor fundamental para o crescimento e o desenvolvimento económico, estando ainda associada ao aumento da produtividade, inovação, eficiência e padrões de vida mais elevados (Cazacu, 2015; Ginevičius et al., 2023; Stevans et al., 2012; Zlatković, 2016).

De forma recíproca, o crescimento económico também fortalece a competitividade, evidenciando a interdependência entre ambos os conceitos (Virjan et al., 2023)<sup>41</sup>. Além disto, a competitividade é também responsável pela atração de IDE.

### **3.5.1.1. Métricas de Competitividade**

A avaliação da competitividade pode ser realizada através de diferentes abordagens, refletindo a sua natureza complexa.

Uma primeira abordagem, mais simplificada, baseia-se em indicadores de comércio internacional, como a quota de mercado, que permite inferir a capacidade de um país consolidar ou expandir a sua presença nos mercados globais.

Já a segunda abordagem foca-se na produtividade económica, destacando-se dois indicadores principais: produtividade do trabalho e produtividade do capital (Agostinho, 2022; Crespo & Simões, 2024).

Dada a intrínseca multidimensionalidade do conceito, a terceira abordagem utiliza métricas mais abrangentes como o Global Competitiveness Index (GCI) e o World Competitiveness Yearbook (WCY) (Arslan & Tathdil, 2012).<sup>4243</sup>

O GCI, publicado pelo World Economic Forum (WEF), apresenta-se como um dos indicadores mais reconhecidos, destacando-se dos demais pela sua elevada qualidade metodológica, composição estrutural e dimensão da amostra e regularidade de publicação (Agostinho, 2022; Bhawsar & Chattopadhyay, 2015; Jambor & Babu, 2016; Nogueira & Madaleno, 2021). Este avalia 12 pilares interdependentes da competitividade (detalhados no Anexo K) organizados em quatro categorias — ambiente favorável, capital humano, mercados e ecossistema de Inovação —, refletindo fundamentos macro e microeconómicos (Agostinho, 2022; Arslan & Tathdil, 2012; Bhawsar & Chattopadhyay, 2015; Cazacu, 2015; Jambor & Babu, 2016; Kordalska et al., 2016; Nogueira & Madaleno, 2021).<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup>Não obstante, alguns autores apontam para uma relação divergente entre ambos os conceitos. Para mais acerca desta ideia ver Virjan et al. (2023).

<sup>42</sup>Até ser descontinuado em 2021, o Ease of Doing Business era também uma das métricas consideradas no âmbito da medição da competitividade.

<sup>43</sup>Para além destes, e reforçando a multidimensionalidade da competitividade, Agostinho (2022) apresenta diversas outras métricas, no seu estudo, que procuram analisar diferentes vertentes da competitividade.

<sup>44</sup>Para mais acerca dos indicadores individuais, bem como do seu processo de normalização e de cálculo do índice, ver Agostinho (2022).

Por sua vez o WCY, publicado pelo International Institute for Management Development, cujo o objetivo passa por avaliar a capacidade de gestão de competências e a criação de valor a longo prazo (Agostinho, 2022; Arslan & Tathdil, 2012; Bhawsar & Chattopadhyay, 2015; Crespo & Simões, 2024; Stevans et al., 2012)<sup>45</sup>, considera quatro fatores principais, cujos sub-fatores podem ser encontrados no Anexo L.

De acordo com o ranking do WCY de 2025, que abrange um total de 69 países, a Figura 3. 14 apresenta a posição ocupada por quatro destes países. Para ranking mais completo ver Anexo M.



Figura 3. 14 Posição de Quatro Países no Ranking do World Competitiveness Yearbook 2025 e Respetivas Pontuações

Fonte: IMD World Competitiveness Center (s.d.)

### 3.5.2. Comércio

O comércio internacional consiste na troca de bens e serviços entre países, permitindo suprir a escassez de recursos para a produção interna, e gerar receitas por meio das exportações, maximizando os ganhos resultantes das diferenças entre os contextos económicos internacionais (Abinabo & Abubakar, 2023; Adeleye et al., 2015).

Este processo é impulsionado pela abertura comercial, entendida como o grau de flexibilidade e acessibilidade que um país oferece ao comércio internacional (Abinabo & Abubakar, 2023), que reduz custos de transação, conduz à adoção de políticas e processos simplificados e favorece a transição para uma economia mais aberta, o que por sua vez torna o comércio mais rápido, barato e seguro (Omoke & Charles, 2021; Sakyi & Egyir, 2017).

O comércio internacional, impulsionado pela abertura comercial, impacta diretamente o crescimento económico ao estimular economias de escala, aumentar a produtividade e favorecer a transferência de tecnologia e conhecimento. Consequentemente, este promove a especialização na produção de bens e serviços e a exploração das vantagens comparativas (Adeleye et al., 2015; Haque & Amin, 2018; Keho, 2017; Novák et al., 2024; Sakyi et al., 2015; Shah & Samdani, 2015).

<sup>45</sup>Para mais acerca do processo de cálculo desta métrica, ver Agostinho (2022).

Além disso, o comércio potencia a atração de IDE, uma vez que reduz barreiras, diminui custos de transação, facilita o acesso a mercados e reforça a estabilidade económica e institucional, fatores particularmente valorizados por investidores internacionais no processo de seleção de mercados. Posto isto, o comércio apresenta-se como uma variável estratégica para a análise do desenvolvimento e das dinâmicas de IDE (Iqbal et al., 2015; Liargovas & Skandalis, 2012; Rathnayaka Mudiyansele et al., 2021; Shah & Samdani, 2015; Thi & Lien, 2021).

### 3.5.2.1. Métricas de Comércio

Para compreender de forma mais concreta e mensurável o desempenho e a integração dos países no comércio internacional, torna-se essencial recorrer a métricas que captem diferentes dimensões desta atividade, nomeadamente o grau de abertura comercial, o equilíbrio comercial, a concentração setorial e o nível de sofisticação dos bens exportados.

O grau de abertura, um dos indicadores mais reconhecidos, resulta da relação entre o total de exportações e importações de bens e serviços e o PIB. Este indicador permite aferir a relevância do comércio externo na economia de um país e, de forma indireta, fornecer pistas sobre o nível de barreiras comerciais e a intensidade da sua interação com a economia global (Agostinho, 2022; Poza Lara, 2020). O mesmo pode ser calculado através da seguinte fórmula:

$$\text{Grau de Abertura} = \frac{\text{Exportações} + \text{Importações}}{\text{PIB}} \times 100 \quad (20)$$

No âmbito do equilíbrio comercial, destaca-se a taxa de cobertura (TC), calculada através da seguinte fórmula, que expressa a percentagem de importações coberta pelas exportações, constituindo uma medida simples, mas útil para analisar a competitividade comercial. Importa notar, que no caso de a taxa de cobertura ser superior a 100%, o país se encontra em superavit relativamente ao exterior. Em contraste, uma taxa de cobertura inferior a 100% indica um défice externo (Agostinho, 2022; Poza Lara, 2020).

$$TC = \frac{\text{Exportações}}{\text{Importações}} \times 100 \quad (21)$$

Segundo dados do INE (2025) para o ano de 2024, a TC em Portugal situava-se em 73,57%, o que indica que o país se encontrava em défice externo, e que as suas exportações não eram suficientes para cobrir a totalidade das suas importações.

No que respeita a análise da diversidade do comércio, destaca-se o índice de Herfindahl, que mede o grau de concentração das exportações por setores de atividade ou, em alternativa, pelos países de destino, permitindo avaliar a dependência face a mercados ou produtos específicos (Crespo & Simões, 2024). Este índice pode ser calculado através da seguinte expressão:

$$\text{Índice de Herfindahl} = \sum_{j=1}^J (V_{ji})^2 \quad (22)$$

onde,  $V_{ji}$  representa a participação  $j$  no total das exportações do país  $i$ .

Por fim, para avaliar a sofisticação das exportações, podem ser analisados dois indicadores que distinguem a proporção de bens de gama alta e de gama baixa no total das exportações, e consequentemente fornecem uma visão sobre a capacidade de um país se posicionar em segmentos de maior valor acrescentado (Crespo & Simões, 2024).

$$\begin{aligned} &\text{Peso das Exportações de Gama Alta} && (23) \\ &= \frac{\text{Valor total das exportações do país } i \text{ em setores classificados como gama alta}}{\text{Valor total das exportações do país } i} \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} &\text{Peso das Exportações de Gama Baixa} && (24) \\ &= \frac{\text{Valor total das exportações do país } i \text{ em setores classificados como gama baixa}}{\text{Valor total das exportações do país } i} \end{aligned}$$

### 3.5.3. Diplomacia

A diplomacia tem-se afirmado, nas últimas décadas, como um dos instrumentos centrais da política externa, expandindo-se além da esfera política e assumindo relevância crescente na promoção do desenvolvimento e da cooperação internacional (Abdurahmanli, 2021; Lee & Hocking, 2015; Mrani, 2022; Zhang, 2014). No essencial, esta corresponde à prática de condução de negociações entre Estados e outras entidades, com recurso a mecanismos de persuasão e influência, com o objetivo de alcançar interesses estratégicos (Abdurahmanli,

2021; Lee & Hocking, 2015; Marks, 2016). Este instrumento pode assumir diferentes tipos<sup>46</sup>, entre os quais se destaca a diplomacia económica.

Antes de analisar os impactos da diplomacia económica, importa destacar o papel crescente do *soft power*<sup>47</sup>, conceito introduzido por Joseph Nye na década de 1980, particularmente relevante no plano económico, uma vez que potencia a criação de relações de parceria, baseadas em benefícios mútuos, e contribui para a projeção de uma imagem atrativa do país (Abdurahmanli, 2021), capaz de atrair IDE.

Tal como anteriormente mencionado, a diplomacia económica destaca-se, entre os diversos tipos de diplomacia, por utilizar instrumentos económicos externos para proteger e expandir os interesses nacionais, promovendo simultaneamente a prosperidade através do acesso a recursos, mercados, capital humano e tecnologias (Bratosin-Vasilache & Maha, 2022; Fernandes & Forte, 2022; Heath, 2018; Kimanthi, 2024).

O seu papel é central no desenvolvimento e na atração de IDE, ao moldar estratégias de comércio e investimento que aumentam a competitividade, reduzem barreiras comerciais, promovem exportações, minimizam os riscos em mercados internacionais, e facilitam o estabelecimento de parcerias comerciais, que vão desde acordos bilaterais até estruturas multilaterais de comércio (Fernandes & Forte, 2022; Golovataya, 2019; Kharel & Upadhayaya, 2021; Kimanthi, 2024; Mrani, 2022; Moussa, 2017; Said, 2022; Sano & Rassias, 2024).

### 3.5.3.1. Métricas de Diplomacia

De forma a ilustrar objetivamente a relevância e o impacto da diplomacia, importa recorrer a métricas quantitativas que procuram analisar a presença e influência dos Estados no sistema internacional.

Um dos principais exemplos é Global Diplomacy Index (GDI), desenvolvido pelo Lowy Institute, que procura mapear as redes diplomáticas mais significativas no conjunto de 66 países/territórios da Ásia, G20 e OECD. Este índice contabiliza não apenas Embaixadas e Altas Comissões, mas também Consulados e Consulado-Gerais, Missões ou Delegações permanentes em organizações multilaterais (como UN, NATO, UE e OECD) e ainda escritórios de representação ou delegações em países/territórios sem relações diplomáticas formais (Crespo & Simões, 2024).

Com base em dados de 2023, e no total de 66 países, a Figura 3. 15 apresenta quatro posições do ranking do GDI - o primeiro lugar, a posição intermédia, a última posição e a posição de Portugal. O ranking completo pode ser consultado no Anexo N.

---

<sup>46</sup>Para mais acerca de outros tipos de diplomacia ver Abdurahmanli (2021).

<sup>47</sup>O *soft power* corresponde à capacidade de um Estado influenciar outros sem recurso à força, mas através da partilha de valores comuns (Crespo & Simões, 2024).

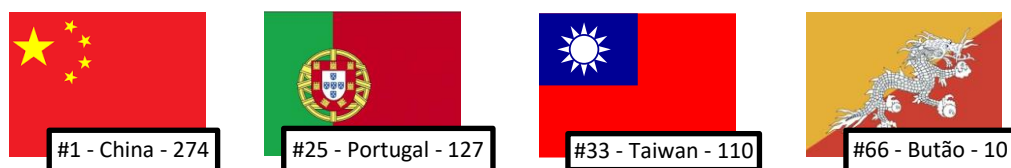


Figura 3. 15 Posição de Quatro Países no Ranking do Global Diplomacy Index 2023 e Respetivas Pontuações

Fonte: Lowy Institute (s.d.)

Complementarmente, no domínio do poder de influência, destaca-se o Soft Power Index, que se baseia nas respostas de mais de 170 mil pessoas de mais de 100 países. Este indicador de caráter subjetivo procura medir a capacidade de um Estado exercer influência, avaliando quatro dimensões principais (Crespo & Simões, 2024):

- i) Familiaridade: grau de conhecimento do país por parte dos inquiridos;
- ii) Influência: perceção da influência do país no plano global;
- iii) Reputação: imagem positiva e credível do país;
- iv) Perceções: avaliação do país face aos oito pilares do *soft power* (negócios e comércio, relações internacionais, educação e ciência, cultura e património, governação, comunicação social, sustentabilidade, pessoas e valores).

De forma sintética, o Anexo O apresenta o *top 20* de países com níveis mais elevados de *soft power*.

### 3.6. Dimensão Ambiente

#### 3.6.1. Energia

A energia assume-se como uma variável estratégica em todas as dimensões da vida moderna, desempenhando um papel determinante na concretização dos objetivos económicos, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável. A sua disponibilidade e gestão impactam diretamente o crescimento económico<sup>48</sup>, a competitividade e a redução da

<sup>48</sup>Para além da hipótese de crescimento mencionada, na qual a energia é apresentada como impulsionadora do crescimento económico, existem ainda três outras hipóteses no que concerne a relação entre energia e crescimento económico, sendo estas (Aswadi et al., 2023; Bhattacharya et al., 2016; Fotourehchi, 2017; Hasanov et al., 2017; Ibrahiem, 2015; Kahia et al., 2017; Qudrat-ullah & Miracle, 2021; Saidi et al., 2017; Salari et al., 2021): i) a hipótese de conservação, onde o crescimento económico impulsiona o consumo de energia; (ii) a hipótese de *feedback*, que sugere uma relação bidirecional entre ambos; (iii) a hipótese de neutralidade, onde não se verifica relação causal significativa.

pobreza, sendo também fundamental para setores como a saúde e a educação (Alam et al., 2018; Fazal et al., 2020; Fotourehchi, 2017; Ibrahiem, 2015; Saidi et al., 2017; Satpathy, 2015).

Para além destes efeitos, a energia influencia a produtividade empresarial ao permitir o uso de equipamentos e ferramentas mais eficientes, bem como ao ampliar a força de trabalho disponível, com destaque para a participação feminina (Alam et al., 2018; Aliu, 2021). Consequentemente, a sua abundância constitui um fator essencial para a atração de IDE, por ser especialmente valorizada por empresas multinacionais que planeiam aumentar a sua capacidade produtiva (Azam & Haseeb, 2021).

O papel da energia torna-se ainda mais relevante no contexto da transição para fontes renováveis, mais limpas e eficientes, alinhadas com a agenda de sustentabilidade ambiental e com a redução dos impactos negativos associados ao uso prolongado de fontes não renováveis (Fazal et al., 2020; Khan et al., 2021; Satpathy, 2015).

### 3.6.1.1. Métricas de Energia

Dada a importância estratégica da energia, torna-se essencial compreender a realidade energética de um país através de métricas que permitam avaliar diferentes dimensões, como o grau de dependência energética, a contribuição das energias renováveis para o consumo final, e a relação entre o consumo de energia e a geração de riqueza (Crespo & Simões, 2024).

O grau de dependência energética (DE) mede a proporção de energia a ser importada face à energia disponível, sendo calculado através da fórmula apresentada em seguida. Posto isto, um valor negativo indica que o país é exportador líquido de energia, enquanto um valor positivo aponta para um país importador de energia e mais dependente.

$$DE = \frac{\text{Importações de energia (ano } t) - \text{Exportações de energia (ano } t)}{\text{Energia bruta disponível (ano } t)} \times 100 \quad (25)$$

onde, energia bruta disponível se refere à quantidade de energia necessária para satisfazer as necessidades de energia do país.

Segundo dados disponibilizados pelo PORDATA (2024), com base no Eurostat, em 2023, Portugal ocupava o 11.º lugar no ranking da União Europeia dos 27 (UE-27) em termos de dependência energética, com um valor de 66,87%. No mesmo ranking, Malta e Estónia figuravam na primeira e última posição, respetivamente.

A contribuição das energias renováveis para o consumo final de energia (CRF) mede a importância relativa das fontes renováveis nesta dimensão, refletindo o grau de sustentabilidade do setor energético. Este indicador é calculado através da seguinte fórmula:

$$CRF = \frac{\text{Consumo de energias renováveis (ano } t)}{\text{Consumo final bruto de energia (ano } t)} \times 100 \quad (26)$$

onde, consumo final bruto corresponde à energia usada pelos consumidores finais, às perdas da rede e ao consumo próprio das centrais elétricas.

Por fim, a intensidade energética da economia, calculada através da seguinte fórmula, permite apurar a quantidade de energia necessária para produzir uma unidade de PIB, o que indica que quanto menor for o valor deste indicador maior é a eficiência energética do país.

$$\text{Intensidade Energética da Economia} = \frac{\text{Consumo de energia final (ano } t)}{\text{PIB (ano } t)} \quad (27)$$

Para complementar estas métricas, Crespo e Simões (2024) salientam ainda o Energy Trilemma Index (ETI), um indicador multidimensional desenvolvido pelo World Energy Council, que avalia três dimensões essenciais da política energética, segurança, equidade e sustentabilidade ambiental (Kang, 2022; Sobik, 2023; Zhao et al., 2022).<sup>4950</sup> Estes pilares são considerados fundamentais para o desenvolvimento de sistemas energéticos que promovam a prosperidade e fortaleçam a competitividade, especialmente diante dos desafios do contexto global contemporâneo.

No ranking de 2023 apresentado pelo World Energy Council (s.d.), que conta com 99 países, a Dinamarca ocupava o 1.º lugar, Montenegro figurava na posição intermédia e o Níger apareceu em último lugar. Já Portugal situava-se no top 20, evidenciando um forte desempenho energético, como ilustrado na Figura 3. 19. Para consultar o ranking completo do ETI de 2023, ver Anexo P.

---

<sup>49</sup>Para mais detalhes acerca da estrutura deste índice ver Kang (2022) e Sobik (2023).

<sup>50</sup>Para saber mais acerca dos três pilares do Energy Trilemma Index ver Zhao et al. (2022).

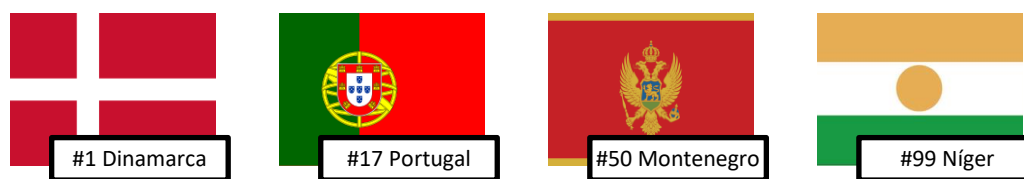


Figura 3. 16 Posição de Quatro Países no Ranking do Energy Trilemma Index 2023

Fonte: World Energy Council (s.d.)

### 3.6.2. Sustentabilidade Ambiental

Segundo o WEF, os riscos ambientais figuram entre os principais desafios enfrentados atualmente, afetando todas as camadas da sociedade que não estão imunes aos seus impactos. Estes riscos resultam sobretudo das alterações climáticas, e ameaçam a produtividade de diversos setores económicos, o capital natural, a saúde e segurança dos indivíduos, a qualidade de vida, as infraestruturas e propriedades, entre outros (Acheampong, 2023; Arora et al., 2018).

Neste contexto, o conceito de sustentabilidade ambiental tem ganho força ao longo dos últimos anos. A sustentabilidade ambiental diz respeito à preservação, a longo prazo, dos recursos ambientais dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável, pressupondo que as atividades realizadas pelos seres humanos não comprometam o capital natural, o qual deve ser partilhado com as gerações futuras (Arora et al., 2018; Samimi et al., 2011).

Posto isto torna-se fundamental compreender a relação entre crescimento económico e sustentabilidade ambiental, expressa pela Curva Ambiental de Kuznets. Esta teoria sugere que, nas fases iniciais do crescimento económico, a preocupação com os problemas ambientais tende a ser negligenciada, produzindo impactos negativos como a poluição, a sobre-exploração de recursos, a degradação de habitats e as alterações ambientais. No entanto, ao atingir um determinado limiar, observa-se uma mudança de tendência, com o crescimento económico a contribuir para a promoção da sustentabilidade ambiental, possibilitando o acesso a meios de produção mais amigos do ambiente e, conseqüentemente, atraindo fluxos de IDE (Musibau et al., 2024; Nurjanana et al., 2025; Olusegun, 2009; Ominyi & Abu, 2017; Phimphanthavong, 2013; Samimi et al., 2011).

À luz desta perspetiva, estudos recentes evidenciam que níveis mais elevados dióxido de carbono se traduzem em menores fluxos de IDE, uma vez que investidores tendem a privilegiar mercados que demonstrem compromisso com práticas ambientais sustentáveis e ofereçam um enquadramento mais limpo (Dornean et al., 2022).

### 3.6.2.1. Métricas de Sustentabilidade Ambiental

Para aprofundar a análise da sustentabilidade ambiental, bem como avaliar o desempenho dos países face aos riscos ecológicos e à promoção de um futuro sustentável, é essencial recorrer a indicadores que permitam comparações objetivas como o Environmental Performance Index (EPI), o Climate Change Performance Index (CCPI) e o Notre Dame Global Adaptation Index (ND-GAIN).<sup>51</sup>

O EPI destaca-se como uma das medidas mais completas e robustas de sustentabilidade. Este índice desenvolvido pelo Yale Center for Environmental Law & Policy e pelo Center for International Earth Science Information Network da Universidade de Columbia, avalia três dimensões principais: i) mitigação das alterações climáticas; ii) saúde ambiental; iii) vitalidade dos ecossistemas. O EPI permite, através de 58 indicadores agrupados em 11 temáticas, comparar o desempenho ambiental dos países e monitorizar a capacidade futura de redução da poluição, bem como a trajetória do uso de recursos naturais (Alam & Kabir, 2013; Crespo & Simões, 2024; Neagu & Ardelean, 2017).

Com base em dados de 2024, entre os 180 países analisados, a Estónia liderava o ranking da sustentabilidade ambiental, enquanto a Bolívia se encontrava aproximadamente a meio do ranking e o Vietname ocupava a última posição. Já Portugal surgia em destaque, integrando o top 30, o que demonstra um desempenho relativamente sólido em termos de sustentabilidade ambiental, conforme ilustrado na Figura 3.17. Para a consulta completa do ranking do EPI de 2024, ver Anexo Q.

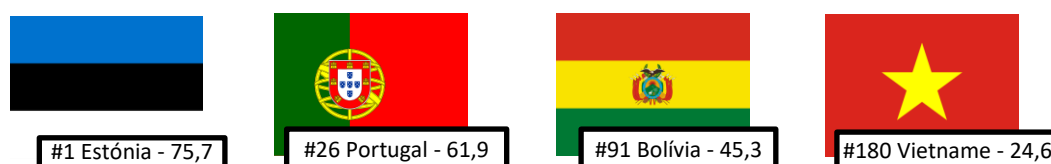


Figura 3. 17 Posição de Quatro Países no Ranking do Environmental Performance Index 2024 e Respetivas Pontuações

Fonte: Block et al. (2024)

O CCPI, desenvolvido pela Germanwatch, pelo NewClimate Institute e pela Climate Action Network, tem como objetivo avaliar o desempenho dos países na proteção ambiental, constituindo uma ferramenta altamente confiável. Este índice analisa quatro vertentes principais, com diferentes ponderações: emissão de gases com efeito de estufa (40%),

<sup>51</sup>Para além dos indicadores mencionados, existem ainda outros indicadores simbólicos e de menor abrangência tais como o Earth Overshoot Day e o Environmental Quality Index. Para saber mais acerca destas métricas ver Crespo e Simões (2024) e Neagu & Ardelean (2017).

energias renováveis (20%), uso da energia (20%) e política climática (20%) (Crespo & Simões, 2024). O ranking integral do CCPI de 2025 pode ser consultado no Anexo R.

Por fim, o ND-GAIN, criado pela Universidade de Notre Dame, mensura a vulnerabilidade dos países às alterações climáticas e outros desafios globais, bem como a sua prontidão para reforçar a resiliência frente a esses riscos. O índice considera duas dimensões centrais — vulnerabilidade e prontidão —, e fornece informações essenciais para a definição de prioridades de investimento, contribuindo para respostas mais eficientes aos desafios ambientais presentes e futuros (Crespo & Simões, 2024). Para uma visão mais detalhada dos resultados de 2025, consultar o mapa coroplético no Anexo S.

#### 4. Conclusões

A presente dissertação procurou propor um conjunto de dimensões, sub-dimensões e respetivas métricas essenciais à sua compreensão, tendo por base uma perspectiva de carácter macroeconómico e microeconómico, que permitem compreender a realidade de um país/mercado de forma mais completa, não se limitando à análise da sua vertente económica.

Nesse sentido, procurou-se, em primeiro lugar, através da revisão de literatura, sustentar o *core* teórico do estudo, destacando a importância da análise macroeconómica no próprio contexto macroeconómico, particularmente na leitura do desenvolvimento e, conseqüente alinhamento e avaliação de políticas, e no contexto microeconómico, onde esta análise assume particular relevância no âmbito do processo de seleção de mercados para IDE.

Esta base teórica permitiu também reforçar a ideia de que a compreensão da realidade de um país/mercado ultrapassa a sua dimensão económica, que, embora essencial, se revela insuficiente por si só.

Após a revisão de literatura, passou-se à proposta e apresentação das dimensões, sub-dimensões, e respetivas métricas de análise, selecionadas em função da sua relevância intrínseca para o desenvolvimento e IDE procurando assim dar cumprimento aos objetivos definidos para esta dissertação.

No âmbito da dimensão económica, abordou-se, em primeiro lugar, o crescimento económico, condição fundamental, embora não exclusiva, para o desenvolvimento, seguindo-se a análise da estabilidade de preços através da inflação e dos seus impactos sobre a economia. Por fim, explorou-se a sub-dimensão das infraestruturas, dando destaque às infraestruturas de transporte e de informação e comunicação.

Relativamente à dimensão social, iniciou-se com a análise do trabalho, composta por duas abordagens complementares entre si, quantitativa e qualitativa, prosseguindo-se com o estudo da desigualdade e da pobreza, fenómenos interligados, mas conceptualmente distintos. Ainda neste domínio, analisaram-se as sub-dimensões da educação e da saúde, pilares do desenvolvimento do capital humano, e, por fim, a demografia, dando-se destaque a duas tendências demográficas particularmente relevantes no contexto atual, o envelhecimento populacional e a migração.

Já na dimensão da justiça e segurança, destacou-se o papel do Estado de Direito, e de dois fenómenos contemporâneos, que assumem particular relevância em determinados países e mercados, e condicionam a estabilidade e a segurança, o terrorismo e a cibersegurança.

No que diz respeito à dimensão dos valores, identificaram-se três eixos centrais de análise, a liberdade económica, a corrupção e a democracia.

Por sua vez, a dimensão das relações internacionais foi analisada através de três sub-dimensões que refletem a forma como os países se integram e interagem nos mercados internacionais.

Finalmente, no contexto da dimensão do ambiente, destacou-se a importância estratégica da energia, nomeadamente das fontes renováveis, e da sustentabilidade ambiental, fundamental ao desenvolvimento sustentável.

De forma transversal às dimensões e sub-dimensões, anteriormente mencionadas, foram também apresentadas, através da sua caracterização metodológica e da exposição de algumas das suas vantagens e limitações, diversas métricas de diferentes naturezas, tais como quantitativas, qualitativas, objetivas, subjetivas, unidimensionais e compósitas. Estas funcionam como base operacional à ferramenta concebida no âmbito deste estudo, procurando cumprir os objetivos do mesmo, e fornecer uma visão mais abrangente da realidade dos países e mercados, além da sua dimensão estritamente económica.

Com vista a reforçar a robustez do estudo e o cumprimento dos seus objetivos, foram ainda apresentados alguns dados concretos de determinados países e mercados, que permitem conhecer um pouco da sua realidade no contexto das distintas dimensões propostas.

Assim, apesar da natureza essencialmente teórica, esta dissertação contribui para a área de estudo em questão ao consolidar dimensões, sub-dimensões e respetivas métricas de análise de países/mercados, tornando o processo de análise macroeconómica mais completo, abrangente e simultaneamente menos oneroso. Adicionalmente, a mesma incentiva à reflexão sobre a realidade multidimensional dos países/mercados, dissipando o foco na sua vertente económica, e fornece um enquadramento conceptual que pode servir de base a futuras análises.

#### **4.1. Limitações e Recomendações**

No que concerne os desafios sentidos ao longo do desenvolvimento deste estudo, destacam-se os desafios associados à sua amplitude e ambição, uma vez que ao procurar abranger múltiplas dimensões, consideradas essenciais para a compreensão da realidade dos países e mercados, se verificaram alguns desafios de síntese, que se refletem na extensão do trabalho.

Estes impuseram também alguns limites temporais e de abrangência, que conduziram à não inclusão de outras dimensões, tais como a inovação. Não obstante, foram selecionadas dimensões que se encontram estreitamente relacionadas com esta, sem comprometer a robustez do estudo, como a educação, que reflete a capacidade de desenvolvimento do

capital humano e a sua preparação para a promoção da inovação, funcionando assim com um indicador indireto desta.

A procura por maior abrangência trouxe também limitações no que concerne o equilíbrio do estudo, devido à menor disponibilidade de literatura relativamente a determinadas áreas e métricas, cuja cobertura se revelou menor em comparação com outras, em que se encontrou mais literatura.

Adicionalmente, surgiram dificuldades na extração de dados, comprometendo a visibilidade acerca dos países/mercados que se destacam nas diferentes dimensões, optando-se em alguns casos por focar a análise em Portugal. Posto isto, não foi possível obter dados para a totalidade das métricas, especialmente para indicadores de carácter individual, nem harmonizar os anos de referência, tendo-se optado por apresentar sempre os anos com dados disponíveis mais recentes.

Já no que concerne possíveis recomendações, destaca-se em primeiro lugar o desenvolvimento futuro deste estudo através da exploração de outras dimensões que possam ser relevantes para a análise macroeconómica de países e mercados, e que não foram incluídas na presente dissertação.

Em segundo lugar, sugere-se a realização de uma análise detalhada de um ou mais países ou mercados específicos, que permita o aprofundamento do estudo destas dimensões, e uma compreensão mais completa da realidade desses mesmos países e mercados.

Por fim, recomenda-se a realização de outros estudos de natureza empírica, de menor carácter teórico, que permitam uma exploração mais aprofundada das relações entre as dimensões propostas e os fenómenos em questão, podendo os mesmos ser realizados através de métodos quantitativos, como a análise de correlações entre métricas a determinar, ou através de abordagens qualitativas, envolvendo especialistas e analistas das áreas em estudo, de modo a recolher a sua opinião sobre o impacto percebido destas dimensões.



## Referências Bibliográficas

- Abdurahmanlı, E. (2021). Definition of diplomacy and types of diplomacy used between states. *Anadolu Akademi Sosyal Bilimler Dergisi*, 3(3), 580-603.
- Abinabo, P., & Abubakar, A. (2023). Trade openness and economic growth in Nigeria. *Nigerian Journal of Management Sciences*, 24(2a).
- Acheampong, A. O., & Opoku, E. E. O. (2023). Environmental degradation and economic growth: Investigating linkages and potential pathways. *Energy Economics*, 123, 106734.
- Acosta-González, H. N., & Marcenaro-Gutiérrez, O. D. (2024). Bad jobs versus good jobs: Does it matter for life and job satisfaction?. *Journal of the Knowledge Economy*, 15(2), 7647-7671.
- Adeleye, J. O., Adeteye, O. S., & Adewuyi, M. O. (2015). Impact of international trade on economic growth in Nigeria (1988-2012). *International journal of financial research*, 6(3), 163-172.
- Agostinho, A. I. (2022). *Competitividade: Conceito e medição* (Master's thesis, ISCTE-Instituto Universitario de Lisboa (Portugal)).
- Agudze, K., & Ibhagui, O. (2021). International Review of Applied Economics Inflation and FDI in industrialized and developing economies. *International Review of Applied Economics*, 00(00), 1–16.
- Ahmad, E., Ullah, M. A., & Arfeen, M. I. (2012). Does corruption affect economic growth?. *Latin american journal of economics*, 49(2), 277-305.
- Ahmed, Z. S., & Khan, Z. (2016). Direct and indirect impacts of terrorism on youth in Pakistan. *Journal of the Research Society of Pakistan*, 53(1).
- Ahmeti, S. S., Gjonbalaj, B. F., Blyta, B. E., & Lumezi, B. L. (2012). Corruption and Economic Development. *ILIRIA International Review*, 2(1), 91-102.
- Alder, S. (2016). Chinese roads in India: The effect of transport infrastructure on economic development. *Available at SSRN 2856050*.
- Alsan, M., Bloom, D. E., & Canning, D. (2004). The effect of population health on foreign direct investment.
- Aigner-Walder, B., & Döring, T. (2012). The effects of population ageing on private consumption—A simulation for Austria based on household data up to 2050. *Eurasian Economic Review*, 2(1), 63-80.
- Akinbode, S. O., Dipeolu, A. O., Bolarinwa, T. M., & Olukowi, O. B. (2021). Effect of health outcome on economic growth in sub-Saharan Africa: a system generalized method of moment approach. *Journal of Economics and Development*, 23(3), 254-266.
- Al Qudah, A., Zouaoui, A., & Aboelsoud, M. E. (2020). Does corruption adversely affect economic growth in Tunisia? ARDL approach. *Journal of Money Laundering Control*, 23(1), 38-54.
- Al Qur'an, M. (2020). Success factors influencing the selection of the location of international firms. *Competitiveness Review*, 30(5), 665–679.

- Alam, M. S., Miah, M. D., Hammoudeh, S., & Tiwari, A. K. (2018). The nexus between access to electricity and labour productivity in developing countries. *Energy policy*, 122, 715-726.
- Alam, S., & Kabir, N. (2013). *Economic Growth and Environmental Sustainability: Empirical Evidence from East and South-East Asia*. 5(2), 86–97.
- Alarcón Osuna, M. A. (2016). Human capital formation and foreign direct investment: is it a nonlinear relationship?. *Acta universitaria*, 26(4), 66-78.
- Aliu, F. (2021). The Effect of Energy Infrastructure Reliability on Foreign Direct Investment (FDI) Inflows (Doctoral dissertation, 서울대학교 대학원).
- Alkire, S., & Foster, J. (2011). Counting and multidimensional poverty measurement. *Journal of Public Economics*, 95(7–8), 476–487.
- Alkire, S., Kövesdi, F., Scheja, E., & Vollmer, F. (2023). Moderate multidimensional poverty index: paving the way out of poverty. *Social indicators research*, 168(1), 409-445.
- Amador, I. B. A. C. (2019). Internationalization Strategy: Definition of the Market Selection Factors for Frontier Markets.
- Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento—um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de estudos africanos*, (4), 35-70.
- Andersen, O., & Buvik, A. (2002). Firms' internationalization and alternative approaches to the international customer/market selection. *International Business Review*, 11(3), 347–363.
- Anker, R., Chernyshev, I., Egger, P., & Mehran, F. (2003). Measuring decent work with statistical indicators. *Int'l Lab. Rev.*, 142, 147.
- Arnold, J. M., & Farinha Rodrigues, C. (2015). Reducing inequality and poverty in Portugal.
- Arora, N. K., Fatima, T., Mishra, I., Verma, M., Mishra, J., & Mishra, V. (2018). Environmental sustainability: challenges and viable solutions. *Environmental Sustainability*, 1(4), 309-340.
- Arslan, N., & Tathdil, H. (2012). Defining and measuring competitiveness: a comparative analysis of Turkey with 11 potential rivals. *International Journal of Basic & Applied Sciences*, 12(2), 31-43.
- Ashley, N. L., Mbuya, F. F., & Vögel, A. J. (2022). The internationalisation of South African enterprises: A focus on international market selection. *Acta Commercii*, 22(1), 1–10.
- Aslam, F., Rafique, A., Salman, A., Kang, H. G., & Mohti, W. (2018). The impact of terrorism on financial markets: Evidence from Asia. *The Singapore Economic Review*, 63(05), 1183-1204.
- Aswadi, K., Jamal, A., Syahnur, S., & Nasir, M. (2023). Renewable and non-renewable energy consumption in Indonesia: does it matter for economic growth?. *International Journal of Energy Economics and Policy*, 13(2), 107-116.
- Ataguba, J. E., Ichoku, H. E., & Fonta, W. M. (2013). *Multidimensional poverty assessment: applying the capability approach*. 40(4), 331–354.
- Atioğlu, E., & Şahin, O. N. (2022). Examining the effect of transport infrastructure on attracting

foreign direct investment.

- Audi, M., & Ali, A. (2019). The advancement in Information and Communication Technologies (ICT) and economic development: a panel analysis.
- Azam, M., & Haseeb, M. (2021). Determinants of foreign direct investment in BRICS-does renewable and non-renewable energy matter?. *Energy Strategy Reviews*, 35, 100638.
- Baah-Boateng, W. (2015). Unemployment in Africa: how appropriate is the global definition and measurement for policy purpose. *International Journal of Manpower*, 36(5), 650-667.
- Bairoliya, N., & Miller, R. (2021). Journal of Economic Dynamics & Control Demographic transition , human capital and economic growth in China R. *Journal of Economic Dynamics and Control*, 127, 104117.
- Bakar, A. H. A., Sinnappan, P., Salim, F. A. A., & Teo, P. C. (2022). Factors influencing foreign direct investment (FDI) location selection: a review of the literature. *International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences*, 12(7), 1271-1291.
- Baker, A., & Ball, M. (2018). *Indicators of Labour Market Conditions in Advanced Economies*. June, 1–21.
- Baltazar, M. D. S., & Reis, P. (2018). A problemática do desenvolvimento e crescimento económico: visitar conceitos, teorias e modelos. *Reis*.
- Bardwell, H., & Iqbal, M. (2021). *The Economic Impact of Terrorism from 2000 to 2018*. 27(2), 227–261.
- Barry Johnston, R., & Nedelescu, O. M. (2006). The impact of terrorism on financial markets. *Journal of Financial Crime*, 13(1), 7-25.
- Barzelaghi, M. T., Dizaji, M., & Laleh, M. M. (2012). The effect of transportation infrastructure on foreign direct investment attraction in Iran. *International journal of economics and finance studies*, 4(2), 153-161.
- Basumallik, S. (2017). *Health and Its Impact on Economic Growth in India – An Explanation*. 5(4), 1248–1257.
- Beck, V., Hahn, H., & Lepenies, R. (2020). Interdisciplinary perspectives on poverty measurement, epistemic injustices and social activism. In *Dimensions of poverty: Measurement, epistemic injustices, activism* (pp. 1-20). Cham: Springer International Publishing.
- Beheshtitabar, E., & Irgaliyev, A. (2008). The Impact of Economic Freedom on FDI Inflows to Developing Countries: The Case of the Middle East.
- Bejaković, P., & Mrnjavac, Ž. (2019). The danger of long-term unemployment and measures for its reduction: the case of Croatia \*. *Economic Research-Ekonomska Istraživanja*, 31(1), 1837–1850.
- Béland, D. (2007). Insecurity and Politics: A framework. *The Canadian Journal of Sociology/Cahiers canadiens de sociologie*, 317-340.
- Bello, O. S., & Famoroti, A. J. (2023). Exigencies and controversies of democracy in Nigeria. *Nsukka Journal of the Humanities*, 31(1), 91-10.

- Benítez-Márquez, M. D., Sánchez-Teba, E. M., & Coronado-Maldonado, I. (2022). An alternative index to the global competitiveness index. *Plos one*, 17(3), e0265045.
- Berggren, N. (2003). The benefits of economic freedom: a survey. *The independent review*, 8(2), 193-211.
- Bergh, J. C. J. M. va. den. (2009). The GDP paradox. *Journal of Economic Psychology*, 30(2), 117–135.
- Bezi, H., Galovi, T., & Mi, P. (2016). *The impact of terrorism on the FDI of the EU*. 34(2), 9–12.
- Bhattacharjee, A. (2023). Does population longevity attract foreign direct investments in developing countries?. *Global Business Review*, 24(2), 393-410.
- Bhattacharya, M., Paramati, S. R., Ozturk, I., & Bhattacharya, S. (2016). The effect of renewable energy consumption on economic growth: Evidence from top 38 countries. *Applied energy*, 162, 733-741.
- Bhawsar, P., & Chattopadhyay, U. (2015). Competitiveness: Review, reflections and directions. *Global Business Review*, 16(4), 665-679.
- Biao, I. (2011). Human development index literacy as a new social development theory. *International Critical Thought*, 1(4), 385-396.
- Blackwood, D. L. (1994). *The Measurement of Inequality and Poverty: A Policy Maker ' s Guide to the Literature*. 22(4), 567–578.
- Boachie, M. K. (2017). *Health and Economic Growth in Ghana: An Empirical Investigation*. 253–265.
- Boffo, M., Brown, A., & Spencer, D. A. (2020). From happiness to social provisioning: addressing well-being in times of crisis. In *Material Cultures of Financialisation* (pp. 96-108). Routledge.
- Booyens, F. (2002). An overview and evaluation of composite indices of development. *Social indicators research*, 59(2), 115-151.
- Bosáková, L., Kubák, M., Andrejkovič, M., & Hajduová, Z. (2015). Doing business abroad: utility function model for country selection in preliminary screening phase. *Central European Journal of Operations Research*, 23(1), 53–68.
- Botero, J. C., & Ponce, A. (2011). Measuring the rule of law. *Available at SSRN 1966257*.
- Bratosin-Vasilache, C., & Maha, L. G. (2022). The Impact of Economic Diplomacy on Foreign Trade. Empirical Evidence for the European Countries. *The World In Motion: Challenges, Territorial Dynamics And Policy Responses*, 20-21.
- Breyer, F., Costa-Font, J., & Felder, S. (2010). Ageing, health, and health care. *Oxford Review of Economic Policy*, 26(4), 674-690.
- Brkić, I., Gradojević, N., & Ignjatijević, S. (2020). The impact of economic freedom on economic growth? New European dynamic panel evidence. *Journal of Risk and Financial Management*, 13(2), 26.

- Bugarcic, F., & Kleinert, J. (2024). GEP.
- Buzavaite, M., & Korsakiene, R. (2019). *Human Capital and the Internationalisation of SMEs : A Systemic Literature Review*. 7(3), 125–142.
- Byaro, M., Mgale, Y., & Mafwolo, G. (2022). Economic growth benefits more from population health than foreign direct investment: Evidence from Tanzania. *African Journal of Economic Review*, 10(3), 110-129.
- Byrtusova, A., & Kister, Ł. ecurity indicators in social environment.
- Camino-Mogro, S., Bermudez-Barrezueta, N., & Armijos, M. (2023). Is FDI a potential tool for boosting firm's performance? Firm level evidence from Ecuador. *Journal of Evolutionary Economics*, 33(2), 341-391.
- Catalán, H. E. N., & Gordon, D. (2020). The Importance of Reliability and Construct Validity in Multidimensional Poverty Measurement: An Illustration Using the Multidimensional Poverty Index for Latin America The Importance of Reliability and Construct Validity in Multidimensional Poverty Meas. *The Journal of Development Studies*, 56(9), 1763–1783.
- Cavusgil, S. T. (1985). Guidelines for export market research. *Business Horizons*, 28(6), 27–33.
- Cavusgil, S. T., Kiyak, T., & Yeniyurt, S. (2004). Complementary approaches to preliminary foreign market opportunity assessment: Country clustering and country ranking. *Industrial Marketing Management*, 33(7), 607–617.
- Cazacu, A. M. (2015). Global Competitiveness Index and economic growth. In *International Finance and Banking Conference* (p. 369).
- Celebi, U., & Id, O. (2021). *THE IMPACT OF LOGISTICS PERFORMANCE INDEX UPON GROSS DOMESTIC PRODUCT: MEDIATING ROLES OF FOREIGN DIRECT INVESTMENT AND*. 29–45.
- Chalise, H. N., Bohora, P., & Khanal, T. (2022). Older people and social security system in Nepal. *Gerontol Geriatr Res*, 8(2), 1075.
- Charles, V., Gherman, T., & Paliza, J. C. (2022). The Gini Index: a modern measure of inequality. In *Modern indices for international economic diplomacy* (pp. 55-84). Cham: Springer International Publishing.
- Chen, Q., Chi, Q., Chen, Y., Lyulyov, O., & Pimonenko, T. (2022). Does population aging impact China's economic growth?. *International journal of environmental research and public health*, 19(19), 12171.
- Chou, W. G. (2011). *Journal of Comparative Social Welfare Implications of population ageing on the labor market and productivity in Taiwan*. October 2014, 37–41.
- Chung, H. T., Fallick, B., Nekarda, C. J., & Ratner, D. (2014). Assessing the change in labor market conditions.
- Ciftci, C., & Durusu-Ciftci, D. (2022). Economic freedom, foreign direct investment, and economic growth: The role of sub-components of freedom. *The Journal of International Trade & Economic Development*, 31(2), 233-254.
- Cigu, E., Agheorghiesei, D. T., Gavriluță, A. F., & Toader, E. (2018). Transport infrastructure development, public performance and long-run economic growth: a case study for the Eu-

- 28 countries. *Sustainability*, 11(1), 67.
- Clark, A. E., & Kozák, M. (2024). Twenty years of job quality in OECD countries: more good news?.
- Costa e Silva, S., Meneses, R., & Radomska, J. (2018). A holistic perspective on the international market selection phenomenon. *Journal of East European Management Studies*, 23(4), 579-602.
- Costanza, R., Hart, M., Posner, S., & Talberth, J. (2009). Beyond GDP : The Need for New Measures of Progress Beyond GDP : The Need for New Measures of Progress. *Boston University*, 4, 1–47.
- Couce-Vieira, A., Insua, D. R., & Kosgodagan, A. (2020). Assessing and forecasting cybersecurity impacts. *Decision Analysis*, 17(4), 356-374.
- Crespo, N. (2015). *An Integrated Approach for the Measurement of Inequality , Poverty , and Richness*. 62(5), 531–555.
- Crespo, N., & Simões, N. (2021). *Uma viagem ao mundo das ideias económicas: 100 questões para entender a economia*. Coimbra: Conjuntura Actual Editora.
- Crespo, N., & Simões, N. (2024). *Uma Viagem ao Mundo das Ideias Económicas-Volume II. Mais 100 questões para entender economia*.
- Cristea, M., Noja, G. G., & Dănăciță, D. E. (2020). Population ageing , labour productivity and economic welfare in the European Union. *Economic Research-Ekonomska Istraživanja*, 33(1), 1354–1376.
- Cross, P. (2018). The Truth About the Unemployment Rate.
- Czinkota, M., Knight, G. A., & Liesch, P. W. (2004). Terrorism and international business: conceptual foundations. *Terrorism and the international business environment: The security-business nexus*, 43-57.
- Dang, B. K., & Trinh, M. D. (2025). *The impact of economic freedom on foreign direct investment : a study of*. 27(2), 158–174.
- D'Attoma, I., & Matteucci, M. (2024). Multidimensional poverty: an analysis of definitions, measurement tools, applications and their evolution over time through a systematic review of the literature up to 2019. *Quality & Quantity*, 58(4), 3171-3213.
- Daviaud, E., Kelly, G., Cornell, J., Geffen, L., & Solanki, G. (2019). Population ageing in South Africa: trends, impact, and challenges for the health sector. *South African health review*, 2019(1), 175-182
- Davies, R. B., & Reed III, R. R. (2006). Population aging, foreign direct investment, and tax competition.
- De Bustillo, R. M., Fernández-Macías, E., Antón, J. I., & Esteve, F. (2009). Indicators of job quality in the European Union. *Brussels: EU*.
- de Carvalho, I. S. F. P. (2016). *Poverty and Precarity in Portugal: A Multidimensional Approach* (Master's thesis, Universidade NOVA de Lisboa (Portugal)).

- Delalić, A. (2017). *New multidimensional approaches to poverty measurement in Bosnia and Herzegovina*. 3(1), 1–15.
- De Maio, F. G. (2007). Income inequality measures. *Journal of Epidemiology & Community Health*, 61(10), 849-852.
- Denisia, V. (2010). *Foreign Direct Investment Theories: An Overview of the Main FDI Theories*. 2(2), 104–110.
- Dewan, S., & Peek, P. (2007). *Beyond the employment/unemployment dichotomy: measuring the quality of employment in low income countries*. ILO.
- Djogo, M., & Stanisic, N. (2016). *Is the Global Competitiveness Report the right measure of macroeconomic competitiveness* \*. 34(1), 91–117.
- Dong, B. (2011). *The causes and consequences of corruption* (Doctoral dissertation, Queensland University of Technology).
- Donovan, S. A. (2015). *An Overview of the Employment-Population Ratio*.
- Dornean, A., Chiriac, I., & Rusu, V. D. (2022). *Linking FDI and Sustainable Environment in EU Countries*. 1–16.
- Dorozynska, A., & Dorozynski, T. (2015). Human capital and FDI in central and eastern Europe. *Managing Global Transitions*, 13(2), 151.
- Douglas, S. P., & Craig, C. S. (2011). The role of context in assessing international marketing opportunities. *International Marketing Review*, 28(2), 150–162.
- Drago, C. (2021). The analysis and the measurement of poverty: An interval-based composite indicator approach. *Economies*, 9(4), 145
- Drita, K. R. (2018). The Relationship between Infrastructure and Economic Development-Case of Kosovo. *Annals of the University Dunarea de Jos of Galati: Fascicle: I, Economics & Applied Informatics*, 24(3).
- Drinkwater, S. J., Levine, P., Lotti, E., & Pearlman, J. (2003). *The economic impact of migration: A survey*. Hamburgisches Welt-Wirtschafts-Archiv.
- Durguti, E., Alidemaj, A., & Krivins, A. (2024). Good governance and rule of law effect on GDP growth: Lessons for emerging economies. *Journal of Liberty and International Affairs*, 10(1), 37-60.
- Ejiogu, E. O., Madonsela, N. S., & Adetunla, A. (2000). The effect of transportation infrastructure on economic development. In *Proceedings of the 2nd African International Conference on Industrial Engineering and Operations Management Harare, Zimbabwe*.
- Elijah, A. (2007). Effects of corruption and economic reforms on economic growth and development: lessons from Nigeria. In *African economic conference*.
- England, K., & Azzopardi-Muscat, N. (2017). Demographic trends and public health in Europe. *The European Journal of Public Health*, 27(suppl\_4), 9-13.
- Ertimi, B. E., & Saeh, M. A. (2013). *The Impact of Corruption on Some Aspects of the Economy*. 5(8), 1–8.

- Estrada, M. A. R., Park, D., Kim, J. S., & Khan, A. (2015). The economic impact of terrorism: a new model and its application to Pakistan. *Journal of Policy Modeling*, 37(6), 1065-1080.
- Estrada, M. A. R., Park, D., & Khan, A. (2018). The impact of terrorism on economic performance: The case of Turkey. *Economic Analysis and Policy*, 60, 78-88.
- Exton, C., & Shinwell, M. (2018). Policy use of well-being metrics: DESCRIBING COUNTRIES' EXPERIENCES. *OECD Statistics Working Papers*, 2018(7), 0\_1-58.
- Fadoua, A. M. (2021). *The role of democracy in economic growth : a ( brief ) literature review Abstract : This article presents a brief review of recent work by economists studying the effects of the political regime matters for economic growth and development . 03*, 194–205.
- Faria, H. J., & Montesinos, H. M. (2009). *Does economic freedom cause prosperity ? An IV approach*. 103–127.
- Farooq, A., Shahbaz, M., Arouri, M., & Teulon, F. (2013). Does corruption impede economic growth in Pakistan ? *Economic Modelling*, 35, 622–633.
- Fazal, S., Gillani, S., Amjad, M., & Haider, Z. (2020). *Impacts of the Renewable-Energy Consumptions on Economic Development : Evidence from Cointegration Test Thailand ' s*. 8(2), 57–67.
- Feng, Y., & Wang, Y. (2021). *A Literature Review on the Location Determinants of FDI*. 14(4), 126–134.
- Fernandes, A., & Forte, R. (2022). *The impact of economic diplomacy on exports : The Portuguese case*. 77(1), 216–247.
- Figueiras, R., & Junqueira, V. (2012). *Desigualdade económica em Portugal*. C. A. F. Rodrigues (Ed.). Lisbon: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Flechtner, S. (2021). Poverty Research and its Discontents: Review and Discussion of Issues Raised in Dimensions of Poverty. Measurement, Epistemic Injustices and Social Activism (Beck, V., H. Hahn, and R. Lepenies eds., Springer, Cham, 2020). *Review of Income and Wealth*, 67(2), 530-544.
- Fleta-Asín, J., & Muñoz, F. (2023). “Sand” or “grease” effect? The impact of corruption on the investment volume of public– private partnerships. *International Journal of Emerging Markets*, 18(5), 1168-1186.
- Forte, R., & Moura, R. (2013). The effects of foreign direct investment on the host country's economic growth: theory and empirical evidence. *The Singapore Economic Review*, 58(03), 1350017.
- Fotourehchi, Z. (2017). *Renewable Energy Consumption and Economic Growth : A Case Study for Developing Countries*. 7(2), 61–64.
- Frey, B. S., & Gallus, J. (2012). *Happiness policy and economic development*. 1(1), 102–111.
- Fu, C. (2019). How Does the Rule of Law Impact the FDI Attraction? A Panel Study on Chinese Municipal Governments (2013-2017).

- Gaibulloev, K., & Sandler, T. (2019). What we have learned about terrorism since 9/11. *Journal of Economic Literature*, 57(2), 275-328.
- Gama, F., Bastos, S., & Martins, A. (2020). Competitiveness and economic growth: A model with application to 105 countries (2006 to 2017). *Glob. J. Human-Social Sci*, 20(8), 1-10.
- Garga, E. (2015). The effects of insecurity and poverty on human development at the municipal level in the Northern Nigeria. *Journal of Emerging Trends in Economics and Management Sciences*, 6(7), 268-276.
- Gaston-Breton, C., & Martín, O. M. (2011). International market selection and segmentation: A two-stage model. *International Marketing Review*, 28(3), 267–290.
- Ghai, D. (2003). Decent work: Concept and indicators. *Int'l Lab. Rev.*, 142, 113.
- Ghazalian, P. L., & Amponsem, F. (2018). The effects of economic freedom on FDI inflows : an empirical analysis The effects of economic freedom on FDI inflows : an empirical analysis. *Applied Economics*, 00(00), 1–22.
- Gholami, R., Lee, S. Y. T., & Heshmati, A. (2005). The causal relationship between ICT and FDI (No. 2005/26). WIDER Research Paper.
- Ghosh, P. K., & Dinda, S. (2022). Revisited the relationship between economic growth and transport infrastructure in India: an empirical study. *The Indian Economic Journal*, 70(1), 34-52.
- Giannetti, B. F., Agostinho, F., Almeida, C. M. V. B., & Huisingh, D. (2015). A review of limitations of GDP and alternative indices to monitor human wellbeing and to manage eco-system functionality. *Journal of Cleaner Production*, 87(1), 11–25.
- Ginevičius, R., Žemaitis, E., Šuhajda, K., & Schieg, M. (2023). *Assessing the global competitiveness of European countries*. 36–52.
- Giovannini, E., Morrone, A., & Ranuzzi, G. (2010). *A Framework to Measure the Progress of Societies*.
- Glover, P., & Prideaux, B. (2021). *Implications of population ageing for the development of tourism products and destinations*. 15(1), 25–37.
- Goldschmidt, P. G. (2022). The global health security index: another look. *Frontiers in Epidemiology*, 2, 846260.
- Golovataya, L. (2019). *THE ROLE OF ECONOMIC DIPLOMACY IN ENHANCING NATIONAL COMPETITIVENESS*. 1, 323–339.
- González, P., Sehnbruch, K., Apablaza, M., Méndez Pineda, R., & Arriagada, V. (2021). A multidimensional approach to measuring quality of employment (QoE) deprivation in six central American countries. *Social Indicators Research*, 158(1), 107-141.
- Görmüş, A. (2019). Long - Term Youth Unemployment : Evidence from Turkish Household Labour Force Survey. *The Indian Journal of Labour Economics*, 62(3), 341–359.
- Gossel, S. (2024). FDI and inequality in Sub-Saharan Africa: does democracy matter?. *International Journal of Emerging Markets*, 19(1), 33-55.

- Goulet, D., & Dame, N. (1992). *Development : Creator and Destroyer of Values*. 20(3), 467–475.
- Greco, S., Ishizaka, A., Tasiou, M., & Torrìsi, G. (2019). On the Methodological Framework of Composite Indices : A Review of the Issues of Weighting , Aggregation , and Robustness. *Social Indicators Research*, 141(1), 61–94.
- Green, F. (2021). Decent work and the quality of work and employment. *Handbook of labor, human resources and population economics*, 1-39.
- Grimstad, S. M. F., Glavee Geo, R., Soufiane, A., & Hameed, I. A. (2021). An expert system for systematic international market selection. *International Journal of Export Marketing*, 4(4), 1.
- Grossmann, V. (2021). How immigration affects investment and productivity in host and home countries. *IZA World of Labor*.
- Gunewardena, D. (2004). Improving poverty measurement in Sri Lanka.
- Gwartney, J., & Lawson, R. (2003). *The concept and measurement of economic freedom*. 19, 405–430.
- Halkos, G. E., & Aslanidis, P. S. C. (2023). Causes and measures of poverty, inequality, and social exclusion: A review. *Economies*, 11(4), 110.
- Halstead, J. M., & Deller, S. C. (1997). Public infrastructure in economic development and growth: Evidence from rural manufacturers. *Community Development*, 28(2), 149-169.
- Hameed, A., Ali, T. M., Ishfaq, S., Khan, T. N., & Khan, A. (2025). Impact of Health Expenditures on Economic Growth in Selected South and East Asian Countries. *Journal of Economic Sciences*, 4(1), 147-164.
- Hamid, I., & Jena, P. K. (2022). Is democracy necessary for foreign direct investment inflows in India?. *The Indian Economic Journal*, 70(1), 88-111.
- Haque, S., & Amin, S. B. (2018). *Foreign Direct Investment , Trade Openness and Economic Growth : The Case of Bangladesh*. 8(3), 104–125.
- Harper, S. (2010). The capacity of social security and health care institutions to adapt to an ageing world. *International Social Security Review*, 63(3-4), 177-196.
- Hasanov, F., Bulut, C., & Suleymanov, E. (2017). Review of energy-growth nexus: A panel analysis for ten Eurasian oil exporting countries. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 73, 369-386.
- Haughton, J., & Khandker, S. R. (2009). *Handbook on poverty+ inequality*. World Bank Publications.
- Havi, E. D. K. (2014). The economic impact of crime rate on economic performance in Ghana. *Academic Research International*, 5(1), 227.
- Hawkins, O. (2016). Migration statistics. *House of Commons Library Briefing Paper*.
- He, X., Lin, Z., & Wei, Y. (2016). International market selection and export performance: a transaction cost analysis. *European Journal of Marketing*, 50(5–6), 916–941.

- He, X., & Wei, Y. (2011). Linking market orientation to international market selection and international performance. *International Business Review*, 20(5), 535–546.
- Heath, T. R. (2018). *China ' s Evolving Approach to Economic Diplomacy China ' s Evolving Approach to Economic Diplomacy*. 191(22), 157–191.
- Hilding Ohlsson, M. (2007). Impact of corruption on FDI: A cross–country analysis.
- Horta Neto, J. L. (2024). As fragilidades do PISA, um protagonista global em políticas educacionais. *Educar em Revista*, 40.
- Hovhannisyan, S., Montalva-Talledo, V., Remick, T., Rodríguez-Castelán, C., & Stamm, K. (2022). *Global job quality: Evidence from wage employment across developing countries* (No. 15565). IZA Discussion Papers.
- Howarth, R. B., & Kennedy, K. (2016). Economic growth , inequality , and well-being. *Ecological Economics*, 121, 231–236.
- Howell, D. R., & Okatenko, A. (2010). By what measure? A comparison of French and US labor market performance with new indicators of employment adequacy. *International Review of Applied Economics*, 24(3), 333-357.
- Huneus, F., Landerretche, O., & Puentes, E. (2012). Multidimensional measure of job quality: Persistence and heterogeneity in a developing country. *Series Documentos de Trabajo*, 357.
- Hussain, M. E., & Haque, M. (2016). Impact of economic freedom on the growth rate: A panel data analysis. *Economies*, 4(2), 5.
- Ibrahiem, D. M. (2015). Renewable electricity consumption , foreign direct investment and economic growth in Egypt: An ARDL approach. *Procedia Economics and Finance*, 30(15), 313–323.
- Igiebor, G. S. O. (2019). Political corruption in Nigeria: Implications for economic development in the fourth republic. *Journal of Developing Societies*, 35(4), 493-513.
- Iqbal, S., & Author, C. (2015). *Trade Liberalization and FDI in Pakistan*. 6(11), 101–109.
- Islam, M. S., & Beloucif, A. (2024). *Direct Investment : of the Empirical Studies*. 59(2), 309–337.
- Ismail, M. K., Kumaran, V. V., Sarifuddin, S., Munawwarah, S. N., Thinagar, S., Rani, N. Z. A. A., & Muhamad, M. Z. (2022, September). Reassessing Malaysian poverty measurement after COVID-19: a multidimensional perspective. In *Proceedings* (Vol. 82, No. 1, p. 48). MDPI.
- Jacob, A. O., & Umoh, O. J. (2017). *Influence of Corruption on Economic Development in Nigeria*. 1(1), 10–21.
- Jakovljevic, M. (2017). Population ageing alongside health care spending growth.

- Jambor, A., & Babu, S. (2016). Competitiveness: Definitions, theories and measurement. In *Competitiveness of Global Agriculture: Policy Lessons for Food Security* (pp. 25-45). Cham: Springer International Publishing.
- Jayawardhana, T., Id, S. A., & Nimnadi, T. (2023). *Asian ageing : The relationship between the elderly population and economic growth in the Asian context*. 1–19.
- Jean-Paul, F., & Martine, D. (2018). *Beyond GDP measuring what counts for economic and social performance*. OECD Publishing.
- Jędrzejczak-Gas, J., Barska, A., & Wyrwa, J. (2021). Economic development of the European Union in the relation of sustainable development—Taxonomic analysis. *Energies*, *14*(22), 7488.
- Jenkins, S. P., & Van Kerm, P. (2011). The measurement of economic inequality.
- Jones, C. H., & Dolsten, M. (2024). Healthcare on the brink: navigating the challenges of an aging society in the United States. *npj Aging*, *10*(1), 22.
- Joshanloo, M. (2023). A New Index of Perceived Job Quality in 116 Countries: Associations with Working Hours and Other National Characteristics. *Social Sciences*, *12*(9), 492.
- Kahia, M., Aïssa, M. S. B., & Lanouar, C. (2017). Renewable and non-renewable energy use-economic growth nexus: The case of MENA Net Oil Importing Countries. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, *71*, 127-140.
- Kai, S., Su, W., & Soon, S. (2024). *Issues and Perspectives in Business and Social Sciences*. *4*(2), 187–201.
- Kala, E. M. (2023). *The Impact of Cyber Security on Business : How to Protect Your Business*. 51–65.
- Kang, H. (2022). An analysis of the relationship between energy trilemma and economic growth. *Sustainability*, *14*(7), 3863.
- Kao, C., Wu, W., Hsieh, W., Wang, T., Lin, C., & Chen, L. (2008). *Measuring the national competitiveness of Southeast Asian countries*. *187*, 613–628.
- Karabayev, S., Nurgaliyeva, K., Kredina, A., Bekturganova, M., & Aimagambetov, Y. (2023). Relationship between determinants of higher education and economic development: The case of Kazakhstan. *Problems and Perspectives in Management*, *21*(1), 336.
- Karimi, M. S., Yusop, Z., Hook, L. S., & Chin, L. (2013). Effect of human capital on foreign direct investment inflows. *J. Econ. Res*, *18*(1), 79-179.
- Karimi, M., Emadzadeh, M., & Ghobadi, S. (2017). The Effect of Health Sector on Economic Growth: Evidence from MENA Countries. *Journal of Economic & Management Perspectives*, *11*(2), 612-620.
- Keho, Y. (2017). The impact of trade openness on economic growth: The case of Cote d'Ivoire. *Cogent Economics & Finance*, *5*(1), 1332820.
- Khadaroo, A. J., & Seetanah, B. (2007, November). Transport infrastructure and FDI: Lessons from sub Saharan African economies. In *African Economic Conference (AEC)* (Vol. 13, No. 3, pp. 15-17).

- Khadaroo, J., & Seetanah, B. (2009). The role of transport infrastructure in FDI: evidence from Africa using GMM estimates. *Journal of Transport Economics and Policy (JTEP)*, 43(3), 365-384.
- Khan, I., Hou, F., Zakari, A., & Konadu, V. (2021). The dynamic links among energy transitions , energy consumption , and sustainable economic growth : A novel framework for IEA countries. *Energy*, 222, 119935.
- Khan, S. A., & Raza, S. H. (2024). *Impact of Communication Infrastructure on FDI Inflows in Pakistan : Moderating Effect of Country Level Governance*. 9(2), 57–70.
- Khan, Y., Rethi, G., & Szegedi, K. (2018). Corruption as business challenge in Pakistan. *European Scientific Journal*, 14(16), 1-20.
- Kharel, K. R., & Upadhayaya, Y. M. (2021). Economic Diplomacy and Its Impact on Nepalese Economy. *Management Dynamics*, 24(1), 55-65.
- Kimanthi, A. M. (2024). *Economic Diplomacy and the Promotion of Development in Kenya (Doctoral dissertation, University of Nairobi)*.
- Kinyanjui, S. (2014). The impact of terrorism on foreign direct investment in Kenya. *International Journal of Business Administration*, 5(3), 148.
- Knutsen, C. H. (2012). Democracy and economic growth: A survey of arguments and results. *International Area Studies Review*, 15(4), 393-415.
- Koch, A. J. (2001). Selecting overseas markets and entry modes: Two decision processes or one? *Marketing Intelligence & Planning*, 19(1), 65–75.
- Kordalska, A., Olczyk, M., Competitiveness, G., Growth, E., & Relationship, T. (2016). *Aleksandra Kordalska, Magdalena Olczyk \*. 11(1)*.
- Kumar, V., Stam, A., & Joachimsthaler, E. A. (1994). An Interactive Multicriteria Approach to oachimsthaler. *Journal of International Marketing*, 2(1), 29–52.
- Kumari, R., & Sharma, A. K. (2018). *Long-term relationship between population health , FDI and economic growth : new empirical evidence*. 20(3), 371–393.
- Lash, N. A. (s.d.). Corruption and Economic Development. *JECA*, 1(1), 85–109.
- Lee, D., & Hocking, B. (2015). Diplomacy.
- Lehnert, K., Benmamoun, M., & Zhao, H. (2013). FDI inflow and human development: analysis of FDI's impact on host countries' social welfare and infrastructure. *Thunderbird International Business Review*, 55(3), 285-298.
- Lenner, K. (2023). ' Not too high , not too low ' : transparency , opacity and the politics of poverty measurement in Jordan of poverty measurement in Jordan. *Globalizations*, 1–19.
- Li, Q., Owen, E., & Mitchell, A. (2018). Why do democracies attract more or less foreign direct investment? A metaregression analysis. *International Studies Quarterly*, 62(3), 494-504.
- Li, J., Xue, E., Wei, Y., & He, Y. (2024). How popularising higher education affects economic growth and poverty alleviation: empirical evidence from 38 countries. *Humanities and*

*Social Sciences Communications*, 11(1).

- Liargovas, P. G., & Skandalis, K. S. (2012). *Foreign Direct Investment and Trade Openness : The Case of Developing Economies*. 323–331.
- Lin, M. H., Chou, M. Y., Liang, C. K., Peng, L. N., & Chen, L. K. (2010). Population aging and its impacts: strategies of the health-care system in Taipei. *Ageing research reviews*, 9, S23-S27.
- Lind, N. (2019). A development of the human development index. *Social Indicators Research*, 146(3), 409-423.
- Linhartová, V., & Republic, C. (2017). *New Trends and Issues Proceedings on Humanities*. 0(0).
- Luz, J. A. A., dos Reis, J. G. M., de Araújo Leite, F., de Araújo, K. W. F., & Moritz, G. (2016, September). Effects of transport infrastructure in the economic development. In *IFIP International Conference on Advances in Production Management Systems* (pp. 633-640). Cham: Springer International Publishing.
- Ma, W. (2021). The impact of transport infrastructure on economic growth--Taking the Zhujiang-Xijiang Economic Belt as an example. In *E3S Web of Conferences* (Vol. 253, p. 01039). EDP Sciences.
- Mačiulytė-Šniukienė, A., Matuzevičiūtė, K., & Ruplienė, D. (2019). Evaluating the impact of ageing population on labour market. In *Contemporary Issues in Business, Management and Economics Engineering (CIBMEE-2019): international scientific conference, May 9-10, Vilnius, Lithuania, Vilnius Gediminas Technical University*. (pp. 48-57). VGTU Press.
- Mack, J. (2020). *Including services in multidimensional poverty measurement for SDGs: modifications to the consensual approach*. 28(2), 149–168.
- Magnolfi, S. U., Petruzzi, E., Pinzani, P., & Malentacchi, F. (2007). *Longevity index ( LI %) and centenarity index ( CI %): New indicators to evaluate the characteristics of aging process in the Italian population*. 44, 271–276.
- Maneejuk, P., & Yamaka, W. (2021). The impact of higher education on economic growth in ASEAN-5 countries. *Sustainability*, 13(2), 520.
- Maparu, T. S., & Mazumder, T. N. (2017). Transport infrastructure, economic development and urbanization in India (1990–2011): Is there any causal relationship?. *Transportation research part A: policy and practice*, 100, 319-336.
- Marjanac, D., & Landika, M. (2025). ECONOMIC FREEDOM AND FOREIGN DIRECT INVESTMENT: NEW GLOBAL OVERVIEW. *Ekonomika*, 71(1), 25-37.
- Marks, E. (2016). *Diplomacy*. 7(1), 62–64.
- Marrero, G. A., & Servén, L. (2022). Growth , inequality and poverty : a robust relationship ? *Empirical Economics*, 63(2), 725–791.
- Martín-Legendre, J. I. (2018). The challenge of measuring poverty and inequality: a comparative analysis of the main indicators. *European Journal of Government and Economics (EJGE)*, 7(1), 24-43.

- Mbaku, J. M. (2019). Corruption and Economic Development☆. In *African economic development* (pp. 331-345). Emerald Publishing Limited.
- Mcgregor, T., Smith, B., & Wills, S. (2019). *Measuring inequality*. 35(3), 368–395.
- Meersman, H., & Nazemzadeh, M. (2017). The contribution of transport infrastructure to economic activity: The case of Belgium. *Case studies on transport policy*, 5(2), 316-324.
- Mensah, J. (2019). Sustainable development: Meaning, history, principles, pillars, and implications for human action: Literature review. *Cogent social sciences*, 5(1), 1653531.
- Miller, T., & Kim, A. B. (2013). Defining economic freedom. *Miller AT, Holmes KR, Feulner EJ (Eds)*, 87-94.
- Min, N. L. (2022). The effect of ICT infrastructure on inward FDI in APEC countries.
- Miningou, E. W., & Tapsoba, S. J. (2020). Education systems and foreign direct investment: does external efficiency matter?. *Journal of Applied Economics*, 23(1), 583-599.
- Mira, M. C. (2021). New Model for Measuring Job Quality : Developing an European Intrinsic Job Quality Index ( EIJQI ). *Social Indicators Research*, 155(2), 625–645.
- Mirghaderi, S. H., & Mohit-Ghiri, Z. (2019). Measuring sustainable development: linear regression approach. *International Journal of Sustainable Development*, 22(1-2), 110-122.
- Mironenko, E. (2025). The impact of education on economic development.
- Mirvis, D. M., & Bloom, D. E. (2008). Population health and economic development in the United States. *JAMA*, 300(1), 93-95.
- Modibbo, H. U., State, G., State, K., Jalingo, U. A., & Jalingo, M. U. (2019). *Health Indices and Economic Growth Nexus: A Panel Co-integration Analysis for the Case of West African Countries*. 2(1), 10–18.
- Moran, D. D., Wackernagel, M., Kitzes, J. A., Goldfinger, S. H., & Boutaud, A. (2008). Measuring sustainable development—Nation by nation. *Ecological economics*, 64(3), 470-474.
- Moreira, S. B. (2011). *Sobre a Medição do Desenvolvimento—Indicadores Desagregados e Compósitos com uma Aplicação Empírica a Portugal* (Doctoral dissertation, ISCTE-Instituto Universitario de Lisboa (Portugal)).
- Moreira, S. B. (2012). Indicadores de qualidade do emprego. Uma aplicação a Portugal no contexto da União Europeia. *Organizações e Trabalho*, (37-38), 9-22.
- Moreira, S. B., & Crespo, N. (2009). Sobre a natureza multidimensional do desenvolvimento. *Livro de homenagem ao professor Doutor Adelino Torres*, 817-838.
- Moreira, S. B., & Crespo, N. (2017). Composite indicators of development: Some recent contributions. In *Emerging trends in the development and application of composite indicators* (pp. 140-162). IGI Global.

- Moudatsou, A., & Kyrkilis, D. (2011). FDI and Economic Growth: Causality for the EU and ASEAN. *Journal of Economic Integration*, 554-577.
- Moussa, A. (2017). *Modern Economic Diplomacy: Evidence from Developed Countries*. 13(11), 471–477.
- MRANI, D. (2022). Economic Diplomacy Through Free Trade Agreements (Moroccan Case).
- Muñoz De Bustillo, R., Fernández-Macías, E., Esteve, F., & Antón, J. I. (2011). E pluribus unum? A critical survey of job quality indicators. *Socio-Economic Review*, 9(3), 447-475.
- Musibau, H., Yanotti, M., Vespignani, J., & Nepal, R. (2024). Environmental performance and economic growth in the West African economies.
- Musso, F., & Francioni, B. (2012). How Do Smaller Firms Select Foreign Markets? *International Journal of Marketing Studies*, 4(6), 44–53.
- Musso, F., & Francioni, B. (2014). International strategy for SMEs: Criteria for foreign markets and entry modes selection. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 21(2), 301–312.
- Mustafa, A. M. M., & Lanka, S. (2019). *The Relationship between Foreign Direct Investment and Inflation : Econometric Analysis and Forecasts in the Case of Sri Lanka*. 12(2), 44–52.
- Mustafa, K., & Ansari, M. A. (2022). The Impact of Health Expenditure on Economic Growth: A Case Study of Pakistan.
- Nagarajan, N. R., Teixeira, A. A., & Silva, S. T. (2016). The impact of an ageing population on economic growth: an exploratory review of the main mechanisms. *Análise Social*, 4-35.
- Nairobi, N., Santi, N. R., & Afif, F. Y. (2021). *The impact of the quality of democracy on the economic growth of provinces in Indonesia*. 1(2), 121–132.
- Nazir, M. (2021). *COMPARATIVE ANALYSIS OF HEALTH AND ECONOMIC GROWTH NEXUS : A CASE STUDY OF*. 4(1), 547–564.
- Neagu, O., & Ardelean, D. I. (2017). *HOW IS ENVIRONMENTAL PERFORMANCE ASSOCIATED WITH ECONOMIC GROWTH ? A WORLD CROSS-COUNTRY*. 27(3), 15–32.
- Nguyen, T. T., & Cho, H. (2025). The relationship between host country factors and FDI motivations: Evidence from Korean FDI in ASEAN countries. *HO CHI MINH CITY OPEN UNIVERSITY JOURNAL OF SCIENCE-ECONOMICS AND BUSINESS ADMINISTRATION*, 15(5).
- Nichols, A., Mitchell, J., & Lindner, S. (2013). Consequences of long-term unemployment. *Washington, DC: The Urban Institute*, 3.
- Nikolova, M. (2016). *Happiness and development* (No. 10088). IZA Discussion Papers.
- Nikolova, M., & Graham, C. (2021). The economics of happiness. In *Handbook of labor, human resources and population economics* (pp. 1-33). Cham: Springer International Publishing.
- Njoku, C. O., & Nwaimo, C. E. (2023). *Effects of inflation on foreign direct investment in Nigeria*.

2(2), 116–125.

- Nogueira, M., & Madaleno, M. (2021). New evidence of competitiveness based on the global competitiveness index. *Econ. Bull*, 41(2), 788-797.
- Novák, J. K., Král, J. J., & Dvořák, P. T. (2024). The Impact of Trade Liberalization on FDI Inflows and Economic Development. *Law and Economy*, 3(5), 9-23.
- Nunes, C. L. P. (2012). *Poverty measurement: A theoretical contribution and application to Portugal 2007* (Doctoral dissertation, Universidade Tecnica de Lisboa (Portugal)).
- Nunes, F. J. D. (2004). *Dinâmica de pobreza e eficácia do sistema de solidariedade e segurança social: uma aplicação a Portugal*. Universidade Tecnica de Lisboa (Portugal).
- Nurjanana, N., Darma, D. C., Suparjo, S., Kustiawan, A., & Wasono, W. (2025). *Two-Way Causality between Economic Growth and Environmental Quality: Scale in the New Capital of Indonesia*. *Sustainability 2025*, 17, 1656.
- Nzubechukwu, A. H., Zain, M. I. M., Halim, A. A., Ismail, I. A., & Ismail, M. M. (2022). The problem of terrorism and insecurity in Nigeria and its consequences on national development. *Journal of Academic Research in Business and Social Sciences*, 12(13), 98-105.
- Odo, L. U. (2015). The impact and consequences of corruption on the Nigerian society and economy. *AFRREV IJAH: An International Journal of Arts and Humanities*, 4(1), 177-190.
- Oey, E., Noviyanti, & Lim, S. (2018). Evaluating international market selection with multi-criteria decision making tools – A case study of a metal company in Indonesia. *International Journal of Business Excellence*, 16(3), 341–361.
- Oghuvbu, E. A. (2021). Political corruption and economic development in Nigeria. *Journal of Public Administration, Finance and Law*, 10(20), 250-261.
- O’Higgins, N. (2015). Youth unemployment. IZA Policy Paper No. 103. *Institute for the Study of Labour*.
- Okunola, M. O., Umaru, A., & Hassan, S. I. (2019). Manifestations and impacts of corruption on democratic governance in Nigeria. *International Journal of Development and Management Review*, 14(1), 164-174.
- Ola, A. S., Mohammed, A., & Audi, M. S. (2014). Effects of corruption on economic development in Nigeria. *Global journal of interdisciplinary social sciences*, 3(3), 209-215.
- Olusegun, O. A. (2009). *Economic Growth and Environmental Quality in Nigeria: Does Environmental Kuznets Curve Hypothesis Hold?* 3(1), 14–18.
- Ominyi, S. O., & Abu, J. (2017). *Sustainable Economic Development and Environmental Degradation: Evidence from Nigeria*. 3(3), 33–45.
- Omoke, P. C., & Opuala–Charles, S. (2021). Trade openness and economic growth nexus: Exploring the role of institutional quality in Nigeria. *Cogent Economics & Finance*, 9(1), 1868686.
- Orlická, E. (2015). *Impact of population ageing and elderly poverty on macroeconomic aggregates*. 30(15), 598–605.

- Osman, A. M. S. The Detrimental Effects of The Absence of The Rule of Law On Nation.
- Osobase, A. O., & Bakare-Aremu, T. A. (2019). DOES HEALTH EXPENDITURE PREDICT ECONOMIC GROWTH IN NIGERIA?. *The Hellenic Open Business Administration Journal*, 5(2), 37-75
- Ozekhome, H. O. (2022). Do regulatory quality, government effectiveness and rule of law matter to foreign direct investment in Nigeria. *Romanian Journal of Economic Forecasting*, 25(1), 160-175.
- Özyılmaz, A. (2022). The role of economic freedoms in economic growth. *Journal of Management and Economics Research*, 20(3), 59-74.
- Panahi, H., Assadzadeh, A., & Refaei, R. (2014). Economic freedom and economic growth in MENA countries. *Asian Economic and Financial Review*, 4(1), 105.
- Papadopoulos, N., & Martín Martín, O. (2011). International market selection and segmentation: Perspectives and challenges. *International Marketing Review*, 28(2), 132–149.
- Paul, J., & Feliciano-Cestero, M. M. (2021). Five decades of research on foreign direct investment by MNEs: An overview and research agenda. *Journal of business research*, 124, 800-812.
- Pereirinha, J. A., Nunes, F., Bastos, A., Casaca, S. F., Fernandes, R., & Machado, C. (2008). *Género e Pobreza: Impactos e Determinantes da Pobreza no Feminino* (Vol. 37, No. 163, pp. 475-506).
- Pérez-Fructuoso, M. J. (2017). Análisis estadístico del envejecimiento en España. Principales indicadores demográficos para el periodo 1975-2016. *Revista Iberoamericana de Seguros*, 26(47), 167-190.
- Phimphanthavong, H. (2013). *The Impacts of Economic Growth on Environmental Conditions in Laos*. 4(5), 766–774.
- Piasna, A., Sehnbruch, K., & Burchell, B. (2020). Decent work: Conceptualization and policy impact. In *Decent work and economic growth* (pp. 215-224). Cham: Springer International Publishing.
- Pohnpattanapaisankul, K. (2019). The impact of demographics on inflation in Thailand. *Applied Economics Journal*, 26(2), 1-21.
- Poza Lara, C. (2020). *Análisis macroeconómico de países*. Thomson Reuters Aranzadi.
- Pradhan, R. P., & Bagchi, T. P. (2012). Economic growth and health in India: a panel cointegration assessment. *International journal of healthcare technology and management*, 13(4), 223-241.
- Pulok, M. H. (2010). The impact of corruption on economic development of Bangladesh: evidence on the basis of an extended Solow model.
- Qudrat-ullah, H., & Miracle, C. (2021). The impact of renewable energy consumption and environmental sustainability on economic growth in Africa. *Energy Reports*, 7, 3877–3886.

- Rachdi, H., & Saidi, H. (2015). Democracy and Economic Growth: Evidence in MENA countries. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 191, 616–621.
- Rahman, S. H. (2003). Modelling of international market selection process: A qualitative study of successful Australian international businesses. *Qualitative Market Research: An International Journal*, 6(2), 119–132.
- Raj, P., & Kalluru, S. R. (2023). Does crime impede economic growth? An evidence from India. *Cogent Social Sciences*, 9(1), 2196814.
- Rambeli, N., Marikan, D. A. A., Podivinsky, J. M., Amiruddin, R., & Ismail, I. (2021). The dynamic impact of government expenditure in education on economic growth. *International Journal of Business and Society*, 22(3), 1487-1507.
- Ramos-Maqueda, M., & Chen, D. L. (2024). The role of justice in development i: How rule of law spurs economic growth. *Policy Research Working Paper*, 9720.
- Rasool, M. S. A., Harun, M. F. M., Salleh, A. M., & Idris, N. (2011). Poverty measurement in Malaysia: A survey of the literature. *Akademika*, 81(1), 73-81.
- Rathnayaka Mudiyansele, M. M., Epuran, G., & Tescaşiu, B. (2021). Causal links between trade openness and foreign direct investment in Romania. *Journal of Risk and Financial Management*, 14(3), 90.
- Reidpath, D. D., & Allotey, P. (2003). *Infant mortality rate as an indicator of population health*. 29, 344–346.
- Rosemary, A. A., & Bonmwa, G. O. (2014). *Corruption and Economic Development in Nigeria : A Theoretical Review*. 11(2), 34–44.
- Roxas, B., Chadee, D., & Erwee, R. (2012). Effects of rule of law on firm performance in South Africa. *European Business Review*, 24(5), 478-492.
- Rožāns, E. (2016). The impact of economic freedom on the attraction of foreign direct investment in the baltics. *Journal of Economics and Management Research*, 4, 5.
- Ruggerio, C. A. (2021). Sustainability and sustainable development: A review of principles and definitions. *Science of the total environment*, 786, 147481.
- Russow, L. C., & Solocho, A. (1993). A review of the screening process within the context of the global assessment process. *Journal of Global Marketing*, 7(1), 65–85.
- Sabir, S., Rafique, A., & Abbas, K. (2019). Institutions and FDI: evidence from developed and developing countries. *Financial Innovation*, 5(1), 1-20.
- Sadat, A., Lawelai, H., Younus, M., & Nurmandi, A. (2025). Comparative analysis of National Cyber Security Index: A case study of Pakistan and Indonesia. *Kasetsart Journal of Social Sciences*, 46(1), 460101-460101.
- ŞAHİN, G., AYDIN, H. İ., & YILDIRIM, H. (2018). POTENTIAL IMPACTS OF RULE OF LAW ON ECONOMIC DEVELOPMENT. POLITICO-ECONOMIC EVALUATION OF CURRENT ISSUES, 19.
- Said, K. M. (2022). Assessment of the roles of Economic Diplomacy in promoting the growth of Tanzania's Economy (Doctoral dissertation, Institute of Accountancy Arusha (IAA)).

- Saidi, K., Rahman, M. M., & Amamri, M. (2017). The causal nexus between economic growth and energy consumption: New evidence from global panel of 53 countries. *Sustainable cities and society*, 33, 45-56.
- Saisana, M., & Tarantola, S. (2002). *State-of-the-art report on current methodologies and practices for composite indicator development* (Vol. 214, pp. 4-15). Ispra, Italy: European Commission, Joint Research Centre, Institute for the Protection and the Security of the Citizen, Technological and Economic Risk Management Unit.
- Sakarya, S., Eckman, M., & Hyllegard, K. H. (2007). Market selection for international expansion: Assessing opportunities in emerging markets. *International Marketing Review*, 24(2), 208–238.
- Sakyi, D., Commodore, R., & Opoku, E. E. O. (2015). Foreign direct investment, trade openness and economic growth in Ghana: An empirical investigation. *Journal of African Business*, 16(1-2), 1-15.
- Sakyi, D., & Egyir, J. (2017). Effects of trade and FDI on economic growth in Africa : an empirical investigation. *Transnational Corporations Review*, 9(2), 66–87.
- Salari, M., Kelly, I., Doytch, N., & Javid, R. J. (2021). Economic growth and renewable and non-renewable energy consumption : Evidence from the U . S . states. *Renewable Energy*, 178, 50–65.
- Salike, N. (2016). Role of human capital on regional distribution of FDI in China: New evidences. *China Economic Review*, 37, 66-84.
- Sambharya, R. B., & Rasheed, A. A. (2015). Does economic freedom in host countries lead to increased foreign direct investment?. *Competitiveness Review*, 25(1), 2-24.
- Samimi, A. J., Ghaderi, S., & Ahmadpour, M. (2011). Environmental sustainability and economic growth: evidence from some developing countries. *Advances in Environmental Biology*, 5(5), 961-966.
- Sandrine, C., Alexander, H., & Anne, S. M. (2015). Measuring and assessing job quality.
- Sano, K., & Rassias, M. (2024). Economic Diplomacy: Strategies for Enhancing Trade and Investment in a Globalized World.
- Santana, P. (2000). Ageing in Portugal: regional inequities in health and health care. *Social Science & Medicine*, 50(7-8), 1025-1036.
- Sarang, A. K., & Pradhan, R. P. (2020). ICT infrastructure and economic growth: A critical assessment and some policy implications. *Decision*, 47(4), 363-383.
- Sarpong, B., Nketiah-Amponsah, E., & Owoo, N. S. (2020). Health and economic growth nexus: Evidence from selected sub-Saharan African (SSA) countries. *Global Business Review*, 21(2), 328-347.
- Satpathy, M. (2015). Importance of energy and power sector in economic development: An Indian perspective. *International Research Journal of Management Science & Technology*, 6(8), 41-45.

- Schofield, H., & Venkataramani, A. S. (2021). Poverty-related bandwidth constraints reduce the value of consumption. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 118(35), e2102794118.
- Schulz, E., & Radvansky, M. (2014). *Impact of ageing populations on silver economy, health and long-term care workforce* (No. D12. 4). NEUJOBS Policy Brief.
- Sehnbruch, K., González, P., Apablaza, M., Méndez, R., & Arriagada, V. (2020). The Quality of Employment (QoE) in nine Latin American countries: A multidimensional perspective. *World Development*, 127, 104738.
- Shah, M. H. (2014). The significance of infrastructure for FDI inflow in developing countries. *Journal of Life Economics*, 1(2), 1-16.
- Shah, M. H., & Samdani, S. (2015). *Impact of Trade Liberalization on FDI Inflows to D-8 Countries* Mumtaz Hussain Shah 1 and Saima Samdani 2. 5(1), 30–37.
- Shen, C., & Zhao, X. (2023). How does income inequality affects economic growth at different income levels ? *Economic Research-Ekonomska Istraživanja*, 36(1), 864–884.
- Siddiqui, T. (2012). Impact of migration on poverty and development. *Brighton: University of Sussex*.
- Simões, N., Crespo, N., & Castro, J. (2015). *DETERMINANTS OF JOB QUALITY – EVIDENCE FOR EUROPEAN COUNTRY GROUPS* \*. 65(2), 299–323.
- Simon, D. (2003). Dilemmas of development and the environment in a globalizing world: Theory, policy and praxis. *Progress in Development Studies*, 3(1), 5–41.
- Singapur, D., & Sreenivasa, K. N. (2014). *The Social Impacts of Migration in India*. 3(5), 19–24.
- Singh, D., & Gal, Z. (2020). *Economic Freedom and its Impact on Foreign Direct Investment : Global Overview*. 20(1), 73–90.
- Singh, K., & Cheemalapati, S. (2025). *Determinants of Human Development Index ( HDI ): A Regression Analysis of Economic and Social Indicators*. 25(1), 26–34.
- Sitompul, T. (2013). *Economic and social impact of migration*.
- Skaaning, S. (2010). *Measuring the Rule of Law*. 63(2), 449–460.
- Sobvik, B. (2023). Energy Transition Index and World Energy Trilemma Index as an energy transition's pace measure for policy-making using the example of Poland. *Energy Policy Studies*.
- Sodikov, A., Rizaev, Z., Chin, L., & Ochilova, S. (2021). *Impact of National Competitiveness on Economic Growth and Income Level – Evidence From the Selected Post-Soviet Countries*. 12(2), 17–36.
- Sohinger, J., & Horvatin, D. (2005). Foreign direct investment and competitiveness in transition economies: the case of Croatia. *International Journal of Entrepreneurship and Small Business*, 2(3), 266-282.
- Son, H. H. (2010). Human capital development. *Asian development review*, 27(02), 29-56.

- Sooreea-Bheemul, B., Rasool, U. S., & Sooreea, R. (2020). Does economic freedom matter to foreign direct investment in Sub-Saharan Africa. *International Journal of Economics and Financial Issues*, 10(3).
- Stam, K., Sieben, I., Verbakel, E., & de Graaf, P. M. (2016). Employment status and subjective well-being: the role of the social norm to work. *Work, employment and society*, 30(2), 309-333.
- Stefana, E., Marciano, F., Rossi, D., Cocca, P., & Tomasoni, G. (2021). Composite indicators to measure quality of working life in Europe: a systematic review. *Social Indicators Research*, 157(3), 1047-1078.
- Steffgen, G., Kohl, D., Reese, G., Happ, C., & Sischka, P. (2015). Quality of work: Validation of a new instrument in three languages. *International journal of environmental research and public health*, 12(12), 14988-15006.
- Steffgen, G., Sischka, P. E., & Fernandez de Henestrosa, M. (2020). The quality of work index and the quality of employment index: a multidimensional approach of job quality and its links to well-being at work. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(21), 7771.
- Stevens, L. K., Neelankavil, J. P., Mendoza, R., & Shankar, S. (2012). *The Economic Competitiveness of Countries : A Principal Factors Approach*. 4(12), 76–90.
- Stewart, F. (2014). Against happiness: A critical appraisal of the use of measures of happiness for evaluating progress in development. *Journal of Human Development and Capabilities*, 15(4), 293-307.
- Stroobants, S. 2. Measuring Peace. *Trade for Peace*, 23.
- Sun, Z. (2021). An empirical study on the relationship between education and economic development based on PVAR model. *Scientific Programming*, 2021(1), 6052182.
- Sunkanmi, O. A., & Isola, A. L. (2014). *Corruption and Economic Growth in Nigeria*. 5(6), 45–56.
- Sylla, N. S. (2013). Measuring labour absorption problems in developing countries: Limitations of the concept of unemployment. *International Labour Review*, 152(1), 27-41.
- Talukdar, M. Z. H., & Parvez, M. A. A. (2017). Measuring the impact of population health and education on foreign direct investment: Panel evidence from 46 countries. *Asian Economic and Financial Review*, 7(12), 1242.
- Tandon, A. (2005). Population health and foreign direct investment: does poor health signal poor government effectiveness?.
- Thi, N., & Lien, K. (2021). *The Effect of Trade Openness on Foreign Direct Investment in Vietnam* \*. 8(3), 111–118.
- Todaro, M. P., & Smith, S. C. (2009). *Economic development*. Pearson education.
- TOMAZIU-TODOSIA, M. I. H. A. E. L. A., APETROI, F. C., MIHALACHE, I. C., & ANTON, E. (2022). THE IMPORTANCE OF HEALTH FOR A COUNTRY'S ECONOMY. THE CASE OF ROMANIA. *EUFIRE 2022*, 396.

- Tran, D. V. (2019). A study on the impact of economic freedom on economic growth in ASEAN countries. *Business and Economic Horizons*, 15(3), 423-449.
- Trapeznikova, I. (2019). *Measuring income inequality Summary measures of inequality differ from one another and give. July*, 1–12.
- Tuominen, E. (2024). Top-end inequality and growth: empirical exploration of nonlinearities and the time dimension. *The Journal of Economic Inequality*, 22(2), 311-331.
- Udovičić, A., & Marošević, K. (2024). Rule of Law and Its Effects on Economic Growth. *Interdisciplinary Description of Complex Systems: INDECS*, 22(5), 510-525.
- Umaru, A., Pate, H. A., & Haruna, A. D. (2015). *The Impact of Insecurity and Poverty on Sustainable Economic Development in Nigeria*. 2(2), 32–48.
- Untari, R., Priyarsono, D. S., & Novianti, T. (2019). *Impact of Information and Communication Technology ( ICT ) Infrastructure on Economic Growth and Income Inequality in Indonesia*. 6(1), 109–116.
- Vakulyk, O., Petrenko, P., Kuzmenko, I., Pochtovyi, M., & Orlovskiy, R. (2020). CYBERSECURITY AS A COMPONENT OF THE NATIONAL SECURITY OF THE STATE. *Journal of Security & Sustainability Issues*, 9(3).
- Valls Martínez, M. D. C., Santos-Jaén, J. M., Amin, F. U., & Martín-Cervantes, P. A. (2021). Pensions, ageing and social security research: literature review and global trends. *Mathematics*, 9(24), 3258.
- Verma, C. S., & Usmani, G. (2019). *Relationship Between Health and Economic Growth in India*. 13(3), 344–356.
- Vilko, J., Karandassov, B., & Myller, E. (2011). Logistic infrastructure and its effects on economic development. *China-USA Business Review*, 10(11).
- Vîrjan, D., Manole, A. M., Stanef-Puică, M. R., Chenic, A. S., Papuc, C. M., Huru, D., & Bănac, C. S. (2023). Competitiveness—the engine that boosts economic growth and revives the economy. *Frontiers in Environmental Science*, 11, 1130173.
- Voyer, P. A., & Beamish, P. W. (2004). The effect of corruption on Japanese foreign direct investment. *Journal of Business Ethics*, 50(3), 211-224.
- Wang, C., Zeng, B., Luo, D., Wang, Y., Tian, Y., Chen, S., & He, X. (2021). Measurements and determinants of multidimensional poverty: Evidence from mountainous areas of southeast China. *Journal of Social Service Research*, 47(5), 743-761.
- Wang, P., & Rukh, B. G. (2021). The effect of information communication technology (ICT) infrastructure availability on FDI inflow in D8 countries. In *E3S Web of Conferences* (Vol. 235, p. 02052). EDP Sciences.
- WCED (1987). *Our Common Future: Brundtland Report*. New York: Oxford University
- Welzel, C., Inglehart, R., & Kligemann, H. D. (2003). The theory of human development: A cross-cultural analysis. *European Journal of Political Research*, 42(3), 341-379.

- Xhindi, T., & Gjika, I. (2022). The effect of corruption on economic development: an empirical analysis of Western Balkans countries. *International Journal of Innovation and Economic Development*, 8(3), 27-38.
- Yang, L. (2017). The relationship between poverty and inequality: Concepts and measurement.
- Zailani, M. N., & Razak, N. A. (2023). *Comparative Analysis of Had Kifayah and Multidimensional Poverty Index as Poverty Measurement in Malaysia*. 13(2), 12–21.
- Zanakis, S. H., & Becerra-fernandez, I. (2005). *Competitiveness of nations: A knowledge discovery examination*. 166, 185–211.
- Ziberi, B. F., Rexha, D., Ibraimi, X., & Avdiaj, B. (2022). Empirical analysis of the impact of education on economic growth. *Economies*, 10(4), 89.
- Zhang, J., Jiang, J., & Zhou, C. (2014). Diplomacy and investment—the case of China. *International Journal of Emerging Markets*, 9(2), 216-235.
- Zhang, X., & Weihua, L. I. U. (2021, December). The rule of law and foreign direct investment. In *2021 3rd International Conference on Economic Management and Cultural Industry (ICEMCI 2021)* (pp. 118-122). Atlantis Press.
- Zhao, C., Dong, X., & Dong, K. (2022). Quantifying the energy trilemma in China and assessing its nexus with smart transportation. *Smart and Resilient Transportation*, 4(2), 78-104.
- Zheng, B. (1997). Aggregate poverty measures. *Journal of economic surveys*, 11(2), 123-162.
- Zlatković, M. (2016). Does Enhancing of the Competitiveness Influence on Foreign Direct Investments in Western Balkan Countries?. *European Journal of Multidisciplinary Studies*, 1(2), 164-173.
- Zmitrowicz, K., & Khan, M. (2014). Beyond the unemployment rate: assessing Canadian and US labour markets since the Great Recession. *Bank of Canada Review*, 2014(Spring), 42-53.

## Webgrafia

- ACLED. (s.d.). *ACLED Conflict Index*. Consultado em 26 de setembro de 2025, em <https://acleddata.com/series/acled-conflict-index>
- Bell, J. A., & Nuzzo, J. B. (2021). *Global Health Security Index: Advancing collective action and accountability amid global crisis*. Nuclear Threat Initiative & Brown University School of Public Health Pandemic Center. Consultado em 27 de setembro de 2025, em <https://www.ghsindex.org/>
- Block, S., Emerson, J. W., Esty, D. C., de Sherbinin, A., Wendling, Z. A., et al. (2024). *2024 Environmental Performance Index*. New Haven, CT: Yale Center for Environmental Law & Policy. Consultado em 25 de setembro de 2025, em <https://epi.yale.edu>
- Burck, J., Uhlich, T., Bals, C., Höhne, N., & Nascrimiento, L. (2024). *Climate Change Performance Index 2025*. Germanwatch; NewClimate Institute; Climate Action Network International. Consultado em 25 de setembro de 2025, em <https://ccpi.org/ranking/>
- Fraser Institute. (s.d.). *Economic Freedom Dataset*. Consultado em 24 de setembro de 2025, em <https://www.efotw.org/economic-freedom/dataset?geozone=world&year=2022&page=dataset&min-year=2&max-year=0&filter=0>
- IMD World Competitiveness Center. (s.d.). *World Competitiveness Ranking 2025*. Consultado em 24 de setembro de 2025, em <https://www.imd.org/centers/wcc/world-competitiveness-center/rankings/world-competitiveness-ranking/rankings/wcr-rankings/>
- Institute for Economics & Peace. (2025). *Global Peace Index 2025: Identifying and measuring the factors that drive peace*. Consultado em 26 de setembro de 2025, em <http://visionofhumanity.org/resources>
- Institute for Economics & Peace. (2025). *Global Terrorism Index 2025: Measuring the impact of terrorism*. Consultado em 26 de setembro de 2025, em <http://visionofhumanity.org/resources>
- Instituto Nacional de Estatística. (2025, janeiro 13). *Índice de preços no consumidor – dezembro de 2024*. Instituto Nacional de Estatística. Consultado em 3 de outubro de 2025, em [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaquas](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas)
- Instituto Nacional de Estatística. (2025). *Taxa de cobertura das importações pelas exportações (%) por localização geográfica (NUTS - 2024); anual*. Consultado em 4 de outubro de 2025, em [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&contecto=pi&indOcorrCod=0012350&selTab=tab0](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contecto=pi&indOcorrCod=0012350&selTab=tab0)
- Jagodzinski, K. (2025, 20 de fevereiro). *Global Soft Power Index 2025: The shifting balance of global Soft Power*. Brand Finance. Consultado em 24 de setembro de 2025, em <https://brandfinance.com/insights/global-soft-power-index-2025-the-shifting-balance-of-global-soft-power>
- Lowy Institute. (s.d.). *Global Diplomacy Index 2024: Country ranking*. Consultado em 24 de setembro de 2025, em [https://globaldiplomacyindex.lowyinstitute.org/country\\_ranking](https://globaldiplomacyindex.lowyinstitute.org/country_ranking)
- Natixis Investment Managers. (2025). *Global Retirement Index 2025*. Consultado em 28 de setembro de 2025, em <https://www.im.natixis.com/en-us/insights/investor-sentiment/2025/global-retirement-index>

- Notre Dame Global Adaptation Initiative. (s.d.). *ND-GAIN Country Index*. Consultado em 25 de setembro de 2025, em <https://gain.nd.edu/our-work/country-index/>
- OECD. (s.d.). *Broadband statistics*. OECD. Consultado em 09 de setembro de 2025, em <https://www.oecd.org/en/topics/sub-issues/broadband-statistics.html>
- OECD. (2023). *PISA 2022 results (Volume I): The state of learning and equity in education*. PISA, OECD Publishing. Consultado em 4 de outubro de 2025, em <https://doi.org/10.1787/53f23881-en>
- OCDE. (s.d.). *Students per teaching staff*. OECD. Consultado em 4 de outubro de 2025, em <https://www.oecd.org/en/data/indicators/students-per-teaching-staff.html>
- OPHI & UNDP. (2024). *Global Multidimensional Poverty Index 2024: Poverty amid conflict*. Oxford Poverty and Human Development Initiative e United Nations Development Programme. Consultado em 4 de outubro de 2025, em <https://ophi.org.uk/global-mpi/2024>
- Our World in Data. (2025). *Democracy Index (EIU)*. Consultado em 23 de setembro de 2025, em <https://ourworldindata.org/grapher/democracy-index-eiu?time=latest>
- Our World in Data. (2025). *Financing education*. Our World in Data. Consultado em 4 de outubro de 2025, em <https://ourworldindata.org/financing-education>
- Our World in Data. (2024). *Financing healthcare*. Our World in Data. Consultado em 4 de outubro de 2025, em <https://ourworldindata.org/financing-healthcare>
- Our World in Data. (2025). *Hospital beds per 1,000 people*. Our World in Data. Consultado em 4 de outubro de 2025, em <https://ourworldindata.org/grapher/hospital-beds-per-1000-people?tab=table&tableSearch=port>
- Our World in Data. (2025). *Medical doctors per 1,000 people*. Our World in Data. Consultado em 4 de outubro de 2025, em <https://ourworldindata.org/grapher/physicians-per-1000-people?tab=table>
- Our World in Data. (2025). *Palma ratio (S90/S40)*. Our World in Data. Consultado em 4 de outubro de 2025, de <https://ourworldindata.org/grapher/palma-ratio-s90s40-ratio>
- PORDATA. (2025). *Coeficiente de Gini*. PORDATA. Consultado em 4 de outubro de 2025, em <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/pobreza/desigualdade-na-distribuicao-dos-rendimentos/coeficiente-de-gini>
- PORDATA. (2024). *Dependência das importações de energia (%)*. PORDATA. Consultado em 4 de outubro de 2025, em <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/ambiente/energias-renovaveis-e-acessiveis/dependencia-das-importacoes-de-energia>
- PORDATA. (2025). *Índice de envelhecimento e outros indicadores de envelhecimento*. PORDATA. Consultado em 4 de outubro de 2025, em <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/populacao/populacao-residente/indice-de-envelhecimento-e-outros-indicadores-de>
- PORDATA. (2025). *Taxa de desemprego por sexo, grupo etário e nível de escolaridade*. PORDATA. Consultado em 4 de outubro de 2025, em <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/emprego/populacao-desempregada/taxa-de-desemprego-por-sexo-grupo-etario-e-nivel-de>
- PORDATA. (2025). *Produto interno bruto (PIB)*. Consultado em 3 de outubro de 2025, em <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/economia/crescimento-e-productividade/produto-interno-bruto-pib>

Transparency International. (s.d.). *Corruption Perceptions Index 2024*. Consultado em 4 de outubro de 2025, em <https://www.transparency.org/en/cpi/2024>

United Nations Development Programme & Mohammed bin Rashid Al Maktoum Knowledge Foundation. (s.d.). *Global Knowledge Index 2024*. Consultado em 27 de setembro de 2025, em <https://www.knowledge4all.com/ranking>

World Bank. (s.d.). *Logistics Performance Index (LPI)*. World Bank. Consultado em 30 de setembro de 2025, em <https://lpi.worldbank.org/international/global>

World Energy Council. (s.d.). *World Energy Trilemma Index 2023*. Consultado em 25 de setembro de 2025, em <https://trilemma.worldenergy.org/>

World Justice Project. (s.d.). *Global Rule of Law Index 2024*. Consultado em 24 de setembro de 2025, em <https://worldjusticeproject.org/rule-of-law-index/global/2024/table>



## Anexos

### A. Logistic Performance Index

Quadro A. 1 Ranking do Logistic Performance Index e Respetivas Pontuações

Ranking	Países	Pontuação
1	Singapura	4,3
2	Finlândia	4,2
3	Dinamarca	4,1
4	Alemanha	4,1
5	Países Baixos	4,1
6	Suíça	4,1
7	Áustria	4
8	Bélgica	4
9	Canadá	4
10	Hong Kong	4
11	Suécia	4
12	Emirados Árabes Unidos	4
13	França	3,9
14	Japão	3,9
15	Espanha	3,9
16	Taiwan	3,9
17	República da Coréia	3,8
18	Estados Unidos da América	3,8
19	Austrália	3,7
20	China	3,7
21	Grécia	3,7
22	Itália	3,7
23	Noruega	3,7
24	África do Sul	3,7
25	Reino Unido	3,7
26	Estónia	3,6
27	Islândia	3,6
28	Irlanda	3,6
29	Israel	3,6
30	Luxemburgo	3,6
31	Malásia	3,6
32	Nova Zelândia	3,6
33	Polónia	3,6
34	Barém	3,5
35	Letónia	3,5
36	Catar	3,5

37	Tailândia	3,5
38	Índia	3,4
39	Lituânia	3,4
40	Portugal	3,4
41	Arábia Saudita	3,4
42	Turquia	3,4
43	Croácia	3,3
44	República Checa	3,3
45	Malta	3,3
46	Omã	3,3
47	Filipinas	3,3
48	Eslováquia	3,3
49	Eslovénia	3,3
50	Vietname	3,3
51	Brasil	3,2
52	Bulgária	3,2
53	Chipre	3,2
54	Hungria	3,2
55	Koweit	3,2
56	Roménia	3,2
57	Botsuana	3,1
58	Egito	3,1
59	Macedónia do Norte	3,1
60	Panamá	3,1
61	Bósnia e Herzegovina	3
62	Chile	3
63	Indonésia	3
64	Peru	3
65	Uruguai	3
66	Antígua e Barbuda	2,9
67	Benin	2,9
68	Colômbia	2,9
69	Costa Rica	2,9
70	Honduras	2,9
71	México	2,9
72	Namíbia	2,9
73	Argentina	2,8
74	Montenegro	2,8
75	Ruanda	2,8
76	Sérvia	2,8
77	Ilhas Salomão	2,8
78	Sri Lanka	2,8
79	Bahamas	2,7

80	Bielorrússia	2,7
81	Jibuti	2,7
82	El Salvador	2,7
83	Geórgia	2,7
84	Cazaquistão	2,7
85	Papua Nova Guiné	2,7
86	Paraguai	2,7
87	Ucrânia	2,7
88	Bangladesh	2,6
89	República do Congo	2,6
90	República Dominicana	2,6
91	Guatemala	2,6
92	Guiné-Bissau	2,6
93	Mali	2,6
94	Nigéria	2,6
95	Federação Russa	2,6
96	Usbequistão	2,6
97	Albânia	2,5
98	Argélia	2,5
99	Arménia	2,5
100	Butão	2,5
101	República Centro-Africana	2,5
102	República Democrática do Congo	2,5
103	Gana	2,5
104	Granada	2,5
105	Guiné	2,5
106	Jamaica	2,5
107	Maurícias	2,5
108	Moldávia	2,5
109	Mongólia	2,5
110	Nicarágua	2,5
111	Tajiquistão	2,5
112	Togo	2,5
113	Trinidad e Tobago	2,5
114	Zimbabué	2,5
115	Bolívia	2,4
116	Camboja	2,4
117	Gabão	2,4
118	Guiana	2,4
119	Iraque	2,4
120	Laos	2,4
121	Libéria	2,4
122	Sudão	2,4

123	Burquina Faso	2,3
124	Fiji	2,3
125	Gâmbia	2,3
126	Irão	2,3
127	Quirguistão	2,3
128	Madagascar	2,3
129	Mauritânia	2,3
130	República Árabe Síria	2,3
131	Venezuela	2,3
132	Cuba	2,2
133	Iémen	2,2
134	Angola	2,1
135	Camarões	2,1
136	Haiti	2,1
137	Somália	2
138	Afeganistão	1,9
139	Líbia	1,9

Fonte: World Bank (s.d.)

## B. Indicadores Compósitos de Qualidade do Trabalho

Quadro B. 1 Indicadores Compósitos de Qualidade do Trabalho

Nome dos Indicadores	Autor(es) dos Indicadores
Subjective Quality of Working Life Index	Vinopal (2009)
DGB Good Work Index	MuWBann (2009)
Austrian Work Climate Index	Preinfalk et al. (2006)
Indicators of Quality of the Labour Market	Caprile and Potrony (2006)
Quality of Work in Flanders	Conselho Económico e Social dos Flandres (2009)
Tangian's proposal	Tangian (2007)
Good and Bad Jobs Index	Ritter e Anker (2002)
Index of the characteristics related to the quality of employment	Sehnbruch (2004)
Index of Job Desirability	Jencks et al. (1988)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em De Bustillo et al. (2009), Muñoz De Bustillo et al. (2011), Steffgen et al. (2015) e Steffgen et al. (2020)

## C. Global Knowledge Index

Quadro C. 1 Sub-índices e Respetivos Ponderadores do Global Knowledge Index

<b>Sub-índices</b>	<b>Ponderador</b>
D1: Educação Pré-Universitária	15%
D2: Educação e Formação Técnica e Profissional	15%
D3: Ensino Superior	15%
D4: Investigação, Desenvolvimento e Inovação	15%
D5: Tecnologias de Informação e Comunicação	15%
D6: Economia	15%
D7: Contexto Envolvente	10%

Fonte: Crespo e Simões (2024)

## D. Global Retirement Index

Rank	Country	Health Sub-Index	Finances in Retirement Sub-Index	Quality of Life Sub-Index	Material Wellbeing Sub-Index	Global Retirement Index
1	Norway	92%	67%	88%	86%	83%
2	Ireland	93%	76%	79%	81%	82%
3	Switzerland	91%	74%	80%	80%	81%
4	Iceland	88%	67%	87%	76%	79%
5	Denmark	88%	62%	85%	83%	79%
6	Netherlands	90%	66%	79%	82%	79%
7	Australia	91%	73%	76%	70%	77%
8	Germany	88%	63%	78%	77%	76%
9	Luxembourg	94%	67%	81%	61%	75%
10	Slovenia	84%	62%	71%	83%	75%
11	Czech Republic	79%	67%	70%	83%	74%
12	New Zealand	88%	72%	74%	60%	73%
13	Singapore	87%	74%	55%	79%	73%
14	United Kingdom	88%	65%	78%	60%	72%
15	Austria	87%	58%	78%	68%	72%
16	Israel	82%	68%	68%	70%	72%
17	Belgium	86%	57%	75%	68%	71%
18	Sweden	92%	66%	87%	48%	71%
19	Malta	82%	65%	62%	72%	70%
20	Canada	87%	68%	72%	55%	70%
21	United States	84%	68%	67%	61%	70%
22	Korea, Rep.	82%	73%	51%	72%	69%
23	Finland	85%	61%	89%	43%	66%
24	Slovak Republic	68%	62%	66%	71%	66%
25	Cyprus	85%	61%	57%	64%	66%
26	Japan	90%	51%	59%	70%	66%
27	France	90%	54%	72%	52%	65%
28	Poland	69%	61%	66%	64%	65%
29	Italy	84%	51%	68%	57%	64%
30	Lithuania	64%	70%	72%	50%	63%
31	Portugal	79%	58%	64%	53%	63%
32	Estonia	71%	69%	71%	40%	61%
33	Hungary	64%	58%	55%	68%	61%
34	Latvia	60%	64%	64%	48%	59%
35	Mexico	49%	64%	56%	49%	54%
36	Russian Federation	52%	47%	48%	66%	53%
37	Chile	70%	69%	57%	26%	52%
38	Greece	71%	46%	57%	37%	51%
39	Spain	84%	58%	70%	16%	48%
40	Brazil	52%	59%	62%	27%	48%
41	China	56%	64%	25%	45%	45%
42	Turkey	65%	47%	33%	32%	42%
43	Colombia	55%	60%	55%	7%	33%
44	India	4%	64%	2%	11%	8%

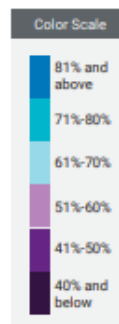


Figura D. 1 Ranking do Global Retirement Index 2025 e Respetivas Pontuações

Fonte: Natixis Investment Managers (2025)

## E. Rule of Law Index

Country/Jurisdiction	Overall Score*	Global Rank	Country/Jurisdiction	Overall Score*	Global Rank
Denmark	0.90	1	Uruguay	0.72	24
Norway	0.89	2	Spain	0.71	25
Finland	0.87	3	United States	0.70	26
Sweden	0.86	4	Slovenia	0.69	27
Germany	0.83	5	Portugal	0.68	28
New Zealand	0.83	6	Costa Rica	0.68	29
Luxembourg	0.83	7	Malta	0.67	30
Netherlands	0.83	8	Cyprus	0.67	31
Ireland	0.82	9	Italy	0.66	32
Estonia	0.82	10	Poland	0.66	33
Australia	0.80	11	Slovak Republic	0.66	34
Canada	0.80	12	Barbados	0.66	35
Austria	0.79	13	Chile	0.66	36
Japan	0.79	14	Antigua and Barbuda	0.64	37
United Kingdom	0.78	15	St. Kitts and Nevis	0.64	38
Singapore	0.78	16	United Arab Emirates	0.64	39
Belgium	0.78	17	Rwanda	0.63	40
Lithuania	0.77	18	Romania	0.62	41
Korea, Rep.	0.74	19	St. Lucia	0.62	42
Czechia	0.74	20	St. Vincent and the Grenadines	0.62	43
Latvia	0.73	21	Namibia	0.61	44
France	0.72	22	Croatia	0.61	45
Hong Kong SAR, China	0.72	23			

Country/Jurisdiction	Overall Score*	Global Rank	Country/Jurisdiction	Overall Score*	Global Rank	Country/Jurisdiction	Overall Score*	Global Rank
Mauritius	0.60	46	Brazil	0.50	80	Niger	0.43	114
Greece	0.60	47	Vietnam	0.50	81	Angola	0.43	115
Grenada	0.60	48	Belize	0.50	82	Honduras	0.42	116
Georgia	0.60	49	Uzbekistan	0.49	83	Türkiye	0.42	117
The Bahamas	0.59	50	Algeria	0.49	84	Mexico	0.41	118
Botswana	0.59	51	Suriname	0.49	85	Guinea	0.41	119
Kuwait	0.58	52	Dominican Republic	0.49	86	Nigeria	0.40	120
Dominica	0.58	53	The Gambia	0.49	87	Congo, Rep.	0.40	121
Jamaica	0.57	54	Ukraine	0.49	88	Gabon	0.40	122
Malaysia	0.57	55	Albania	0.48	89	Zimbabwe	0.40	123
Montenegro	0.57	56	Peru	0.48	90	Mali	0.39	124
South Africa	0.56	57	Colombia	0.48	91	Mozambique	0.39	125
Kosovo	0.56	58	Morocco	0.48	92	Uganda	0.39	126
Bulgaria	0.56	59	Benin	0.48	93	Bangladesh	0.39	127
Senegal	0.55	60	Serbia	0.47	94	Iran, Islamic Rep.	0.39	128
Jordan	0.55	61	China	0.47	95	Pakistan	0.38	129
Ghana	0.55	62	Tanzania	0.47	96	Ethiopia	0.37	130
Argentina	0.55	63	Ecuador	0.46	97	Bolivia	0.37	131
Moldova	0.54	64	Burkina Faso	0.46	98	Mauritania	0.36	132
Kazakhstan	0.54	65	Philippines	0.46	99	Cameroon	0.36	133
Mongolia	0.53	66	Paraguay	0.46	100	Sudan	0.35	134
North Macedonia	0.53	67	Kyrgyz Republic	0.45	101	Egypt, Arab Rep.	0.35	135
Indonesia	0.53	68	Kenya	0.45	102	Congo, Dem. Rep.	0.34	136
Nepal	0.52	69	Zambia	0.45	103	Nicaragua	0.34	137
Malawi	0.52	70	Côte d'Ivoire	0.45	104	Myanmar	0.34	138
Bosnia and Herzegovina	0.52	71	Belarus	0.45	105	Haiti	0.33	139
Panama	0.52	72	Togo	0.45	106	Afghanistan	0.32	140
Hungary	0.51	73	Guatemala	0.44	107	Cambodia	0.31	141
Trinidad and Tobago	0.51	74	Lebanon	0.44	108	Venezuela, RB	0.26	142
Sri Lanka	0.51	75	Liberia	0.44	109			
Tunisia	0.50	76	Sierra Leone	0.43	110			
Guyana	0.50	77	El Salvador	0.43	111			
Thailand	0.50	78	Madagascar	0.43	112			
India	0.50	79	Russian Federation	0.43	113			

Figura E. 1 Ranking do Rule of Law Index 2024 e Respetivas Pontuações

Fonte: World Justice Project (s.d.)

## F. Global Peace Index

RANK	COUNTRY	SCORE	CHANGE	RANK	COUNTRY	SCORE	CHANGE	RANK	COUNTRY	SCORE	CHANGE
1	Iceland	1.095	↔	29	Bulgaria	1.610	↑ 1	57	Sierra Leone	1.887	↑ 2
2	Ireland	1.260	↔	30	United Kingdom	1.634	↑ 2	58	Armenia	1.893	↑ 10
3	New Zealand	1.282	↑ 2	31	Kuwait	1.642	↔	=59	Madagascar	1.895	↓ 6
4	Austria	1.294	↓ 1	32	Norway	1.644	↓ 8	=59	Bosnia and Herzegovina	1.895	↓ 3
5	Switzerland	1.294	↓ 1	33	Italy	1.662	↑ 1	61	Ghana	1.898	↓ 3
6	Singapore	1.357	↔	34	Montenegro	1.685	↑ 5	62	Chile	1.899	↔
7	Portugal	1.371	↑ 1	35	Sweden	1.709	↓ 2	63	Kosovo	1.908	↓ 3
8	Denmark	1.393	↓ 1	36	Poland	1.713	↓ 1	=64	Serbia	1.914	↓ 1
9	Slovenia	1.409	↔	37	Mongolia	1.719	↑ 8	=64	Zambia	1.914	↓ 9
10	Finland	1.420	↑ 1	=38	Romania	1.721	↓ 2	66	Moldova	1.918	↓ 2
11	Czechia	1.435	↑ 2	=38	Vietnam	1.721	↑ 1	67	Uzbekistan	1.926	↑ 2
12	Japan	1.440	↑ 3	40	Taiwan	1.730	↓ 2	68	Cyprus	1.933	↓ 1
13	Malaysia	1.469	↓ 1	41	South Korea	1.736	↑ 2	69	Senegal	1.936	↑ 5
=14	Netherlands	1.491	↔	42	Oman	1.738	↓ 5	70	Liberia	1.939	↑ 6
=14	Canada	1.491	↓ 5	43	Botswana	1.743	↓ 2	71	Malawi	1.955	↑ 14
16	Belgium	1.492	↑ 4	44	Timor-Leste	1.758	↑ 5	72	Jordan	1.957	↓ 2
17	Hungary	1.500	↓ 1	45	Greece	1.764	↓ 3	73	Tanzania	1.965	↓ 8
18	Australia	1.505	↑ 1	46	Argentina	1.768	↑ 5	74	France	1.967	↑ 5
19	Croatia	1.519	↓ 1	47	Laos	1.783	↓ 3	75	Paraguay	1.981	↑ 2
20	Germany	1.533	↓ 3	48	Uruguay	1.784	↔	=76	Nepal	1.987	↑ 8
21	Bhutan	1.536	↔	49	Indonesia	1.786	↑ 3	=76	Angola	1.987	↓ 11
=22	Latvia	1.558	↑ 5	50	Namibia	1.789	↑ 4	78	Kyrgyz Republic	1.988	↑ 5
=22	Lithuania	1.558	↑ 5	51	North Macedonia	1.799	↓ 4	=79	Tajikistan	1.996	↑ 10
24	Estonia	1.559	↓ 2	=52	Albania	1.812	↓ 6	=79	Dominican Republic	1.996	↑ 6
25	Spain	1.578	↔	=52	United Arab Emirates	1.812	↑ 2	81	Tunisia	1.998	↓ 3
26	Mauritius	1.586	↓ 3	54	Costa Rica	1.843	↓ 4	82	Equatorial Guinea	2.004	↑ 15
27	Qatar	1.593	↓ 1	55	The Gambia	1.855	↑ 16	83	Bolivia	2.005	↓ 10
28	Slovakia	1.609	↑ 1	56	Kazakhstan	1.875	↑ 5				

RANK	COUNTRY	SCORE	CHANGE	RANK	COUNTRY	SCORE	CHANGE	RANK	COUNTRY	SCORE	CHANGE
84	Panama	2.006	↑ 4	111	Nicaragua	2.207	↑ 2	138	Ethiopia	2.688	↑ 5
85	Morocco	2.012	↓ 3	112	Benin	2.211	↑ 5	139	Venezuela	2.692	↓ 3
86	Thailand	2.017	↓ 5	113	Uganda	2.217	↑ 12	140	Colombia	2.695	↑ 1
=87	Cambodia	2.019	↓ 12	114	Zimbabwe	2.223	↑ 8	141	Haiti	2.731	↑ 3
=87	Turkmenistan	2.019	↑ 7	115	India	2.229	↔	142	Iran	2.750	↓ 4
89	Trinidad and Tobago	2.020	↓ 17	116	Papua New Guinea	2.230	↓ 9	143	Niger	2.759	↓ 4
90	Saudi Arabia	2.035	↑ 14	117	Gabon	2.238	↓ 1	144	Pakistan	2.797	↓ 4
91	Rwanda	2.036	↑ 12	118	Guinea	2.253	↑ 6	145	Palestine	2.811	↑ 1
92	Algeria	2.042	↓ 1	=119	Lesotho	2.267	↑ 4	146	Turkiye	2.852	↑ 1
93	Jamaica	2.047	↓ 13	=119	Belarus	2.267	↓ 2	147	Iraq	2.862	↑ 3
94	Côte d'Ivoire	2.066	↓ 2	121	Mozambique	2.273	↓ 7	148	Nigeria	2.869	↓ 3
95	Azerbaijan	2.067	↑ 17	122	Djibouti	2.276	↓ 2	149	North Korea	2.911	↔
96	Peru	2.073	↑ 14	123	Bangladesh	2.318	↓ 33	150	Central African Republic	2.912	↓ 2
97	Sri Lanka	2.075	↑ 2	=124	South Africa	2.347	↑ 3	151	Somalia	2.983	↑ 3
98	China	2.093	↓ 11	=124	Honduras	2.347	↓ 4	152	Burkina Faso	3.016	↔
99	Eswatini	2.094	↓ 5	126	Togo	2.381	↓ 7	153	Myanmar	3.045	↓ 2
100	Bahrain	2.099	↓ 7	127	Kenya	2.392	↓ 1	154	Mali	3.061	↓ 1
101	Guinea-Bissau	2.112	↓ 5	128	United States of America	2.443	↔	155	Israel	3.108	↔
102	Cuba	2.123	↓ 2	129	Ecuador	2.459	↔	156	South Sudan	3.117	↑ 2
103	Republic of the Congo	2.132	↓ 5	130	Brazil	2.472	↑ 1	157	Syria	3.184	↓ 1
104	El Salvador	2.136	↑ 1	131	Libya	2.478	↑ 1	158	Afghanistan	3.229	↑ 2
105	Philippines	2.148	↑ 6	132	Eritrea	2.542	↑ 1	159	Yemen	3.262	↑ 3
106	Guyana	2.149	↔	133	Burundi	2.574	↓ 3	160	Democratic Republic of the Congo	3.292	↓ 3
107	Egypt	2.157	↑ 2	134	Chad	2.593	↔	161	Sudan	3.323	↑ 2
108	Guatemala	2.174	↔	135	Mexico	2.636	↑ 2	162	Ukraine	3.434	↓ 3
109	Georgia	2.185	↓ 8	136	Lebanon	2.674	↓ 1	163	Russia	3.441	↓ 2
110	Mauritania	2.204	↓ 8	137	Cameroon	2.683	↑ 5				

Figura F. 1 Ranking do Global Peace Index 2025 e Respetivas Pontuações

Fonte: Institute for Economics and Peace (2025)

## G. Conflict Index

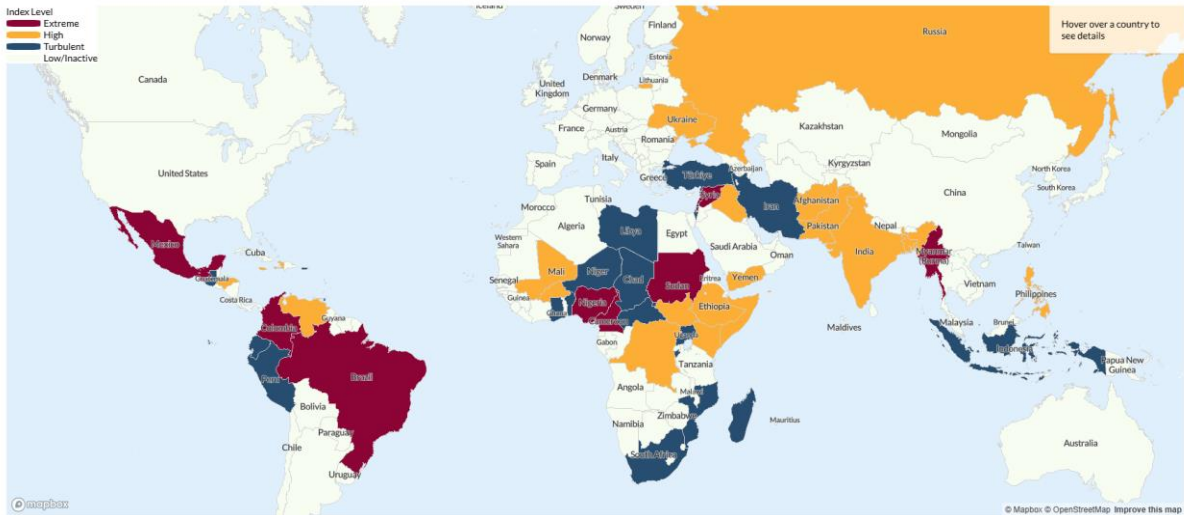


Figura G. 1 Mapa Coroplético do Conflict Index 2024

Fonte: ACLED (s.d.)

## H. Global Terrorism Index

RANK	COUNTRY	SCORE	RANK CHANGE	RANK	COUNTRY	SCORE	RANK CHANGE	RANK	COUNTRY	SCORE	RANK CHANGE
1	Burkina Faso	8.581	↔	28	Thailand	4.63	↑ 1	55	Tanzania	1.573	↓ 11
2	Pakistan	8.374	↑ 2	29	Egypt	4.416	↓ 9	56	Ecuador	1.55	↑ 33
3	Syria	8.006	↑ 2	30	Indonesia	4.17	↓ 2	57	Djibouti	1.461	↓ 7
4	Mali	7.907	↓ 1	31	Burundi	4.043	↑ 1	58	Côte d'Ivoire	1.454	↓ 9
5	Niger	7.776	↑ 5	32	Turkiye	3.968	↓ 2	59	Brazil	1.43	↓ 8
6	Nigeria	7.658	↑ 2	33	Uganda	3.702	↓ 6	60	Netherlands	1.402	↑ 17
7	Somalia	7.614	↔	34	United States of America	3.517	↓ 3	61	Belgium	1.347	↓ 7
8	Israel	7.463	↓ 6	35	Bangladesh	3.03	↓ 1	62	Switzerland	1.265	↑ 12
9	Afghanistan	7.262	↓ 3	36	Greece	2.928	↓ 1	63	Spain	1.256	↓ 8
10	Cameroon	6.944	↑ 2	37	Oman	2.927	↑ 57	64	Lebanon	1.237	↓ 6
11	Myanmar	6.929	↓ 2	38	Jordan	2.913	↑ 40	65	Bosnia and Herzegovina	1.218	↑ 29
12	Democratic Republic of the Congo	6.768	↑ 1	39	Czechia	2.906	↓ 6	66	Norway	1.198	↓ 10
13	Iraq	6.582	↓ 2	40	France	2.712	↓ 2	67	United Arab Emirates	1.178	↑ 18
14	India	6.411	↔	41	United Kingdom	2.639	↑ 2	68	Nepal	1.113	↓ 20
15	Colombia	6.381	↑ 1	42	Algeria	2.415	↑ 4	69	Slovakia	1.023	↓ 1
16	Russia	6.267	↑ 21	43	Tunisia	2.184	↓ 4	70	Tajikistan	0.999	↑ 1
17	Mozambique	6.251	↓ 2	44	Peru	2.062	↓ 3	71	Central African Republic	0.957	↓ 10
18	Iran	6.056	↑ 7	45	Ukraine	2.003	↑ 12	72	Finland	0.949	↑ 22
19	Kenya	5.366	↓ 1	46	Australia	1.973	↑ 13	72	Japan	0.949	↓ 6
20	Philippines	5.166	↓ 1	47	Poland	1.962	↑ 33	74	Italy	0.929	↓ 14
21	Chile	5.162	↓ 4	48	Canada	1.87	↑ 5	75	Saudi Arabia	0.845	↓ 13
22	Yemen	5.08	↑ 1	49	China	1.863	↑ 27	76	Argentina	0.801	↓ 13
23	Chad	5.032	↓ 2	50	Sweden	1.842	↑ 22	77	Ethiopia	0.787	↓ 13
24	Togo	5.004	↑ 2	51	Angola	1.657	↓ 6	78	Kosovo	0.782	↓ 13
25	Palestine	4.93	↓ 4	52	Malaysia	1.626	↑ 35	79	Armenia	0.72	↓ 6
26	Benin	4.802	↓ 2	53	Libya	1.612	↓ 11	79	Denmark	0.72	↑ 15
27	Germany	4.748	↑ 13	54	Senegal	1.578	↓ 7				

RANK	COUNTRY	SCORE	RANK CHANGE	RANK	COUNTRY	SCORE	RANK CHANGE	RANK	COUNTRY	SCORE	RANK CHANGE
81	Venezuela	0.71	↓14	100	Equatorial Guinea	0	↓6	100	Nicaragua	0	↓6
82	Austria	0.582	↓12	100	Eritrea	0	↓6	100	North Korea	0	↓6
82	Mexico	0.582	↓13	100	Estonia	0	↓6	100	North Macedonia	0	↓6
82	Serbia	0.582	↑12	100	Gabon	0	↓6	100	Panama	0	↓6
82	South Korea	0.582	↑12	100	Georgia	0	↓6	100	Papua New Guinea	0	↓6
86	Cambodia	0.423	↑8	100	Ghana	0	↓6	100	Portugal	0	↓6
86	Latvia	0.423	↑8	100	Guatemala	0	↓6	100	Qatar	0	↓6
86	Lithuania	0.423	↑7	100	Guinea	0	↓6	100	Republic of the Congo	0	↓6
89	Cyprus	0.347	↓14	100	Guinea-Bissau	0	↓6	100	Romania	0	↓6
90	Azerbaijan	0.233	↓10	100	Guyana	0	↓6	100	Rwanda	0	↓9
90	Belarus	0.233	↓10	100	Haiti	0	↓6	100	Sierra Leone	0	↓6
90	Ireland	0.233	↓11	100	Honduras	0	↓6	100	Singapore	0	↓6
90	Uzbekistan	0.233	↓10	100	Hungary	0	↓6	100	Slovenia	0	↓6
94	New Zealand	0.217	↓42	100	Jamaica	0	↓6	100	South Africa	0	↓6
95	Iceland	0.123	↓10	100	Kazakhstan	0	↓6	100	South Sudan	0	↓6
96	Eswatini	0.087	↓8	100	Kuwait	0	↓6	100	Sri Lanka	0	↓64
97	Paraguay	0.073	↓13	100	Kyrgyz Republic	0	↓6	100	Sudan	0	↓6
98	Bahrain	0.059	↓8	100	Laos	0	↓6	100	Taiwan	0	↓6
98	Uruguay	0.059	↓7	100	Lesotho	0	↓6	100	The Gambia	0	↓6
100	Albania	0	↓6	100	Liberia	0	↓6	100	Timor-Leste	0	↓6
100	Bhutan	0	↓6	100	Madagascar	0	↓6	100	Trinidad and Tobago	0	↓6
100	Bolivia	0	↓6	100	Malawi	0	↓6	100	Turkmenistan	0	↓6
100	Botswana	0	↓6	100	Mauritania	0	↓6	100	Vietnam	0	↓6
100	Bulgaria	0	↓6	100	Mauritius	0	↓6	100	Zambia	0	↓6
100	Costa Rica	0	↓6	100	Moldova	0	↓6	100	Zimbabwe	0	↓6
100	Croatia	0	↓6	100	Mongolia	0	↓6				
100	Cuba	0	↓6	100	Montenegro	0	↓6				
100	Dominican Republic	0	↓6	100	Morocco	0	↓6				
100	El Salvador	0	↓66	100	Namibia	0	↓6				

Figura H. 1 Ranking do Global Terrorism Index 2025 e Respetivas Pontuações

Fonte: Institute for Economics and Peace (2025)

## I. Economic Freedom of the World Index

Quadro I. 1 Ranking do Economic Freedom of the World Index 2023 e Respetivas Pontuações

Ranking	Países	Pontuação
1	Hong Kong	8,55
2	Singapura	8,50
3	Nova Zelândia	8,33
4	Suíça	8,28
5	Estados Unidos da América	8,10
6	Irlanda	8,05
7	Austrália	8,03
7	Taiwan	8,03
9	Dinamarca	8,02
10	Países Baixos	7,97
11	Canadá	7,92
11	Luxemburgo	7,92
13	Reino Unido	7,88
14	Costa Rica	7,85
15	Finlândia	7,84
15	Alemanha	7,84
17	Japão	7,83
18	Malta	7,82
19	Estónia	7,76

20	Chipre	7,75
21	Maurícia	7,73
21	Espanha	7,73
23	Islândia	7,71
23	Portugal	7,71
25	Geórgia	7,69
26	Chile	7,65
27	Panamá	7,64
28	Guatemala	7,62
29	República Checa	7,61
30	Letónia	7,60
31	Bélgica	7,58
31	Seychelles	7,58
33	Áustria	7,57
33	Lituânia	7,57
35	Albânia	7,56
35	Malásia	7,56
35	Suécia	7,56
38	República da Coreia	7,53
39	Arménia	7,46
39	Israel	7,46
39	Jamaica	7,46
39	Jordânia	7,46
43	Barém	7,41
44	Cabo Verde	7,39
44	França	7,39
46	Itália	7,38
47	República Dominicana	7,37
48	Noruega	7,35
49	Eslováquia	7,33
50	Roménia	7,32
51	Peru	7,30
52	Emirados Árabes Unidos	7,25
53	Montenegro	7,16
53	Uruguai	7,16
55	Grécia	7,15
56	Bulgária	7,13
57	Tailândia	7,10
58	Brunei	7,09
58	El Salvador	7,09
60	Paraguai	7,08
61	Hungria	7,07
62	Filipinas	7,05
63	Eslovénia	7,00
64	Honduras	6,99
65	Indonésia	6,96
66	Arábia Saudita	6,95
67	Croácia	6,94

68	Gâmbia	6,93
69	Botsuana	6,92
70	México	6,91
71	Bahamas	6,90
72	Uganda	6,87
73	Butão	6,84
73	Cazaquistão	6,84
75	Mongólia	6,83
76	Polónia	6,80
77	Camboja	6,79
78	Barbados	6,76
78	Macedónia do Norte	6,76
80	Catar	6,71
81	Quénia	6,68
82	Trindade e Tobago	6,65
83	Omã	6,61
83	África do Sul	6,61
85	Moldávia	6,59
86	Índia	6,58
87	Brasil	6,57
88	Quirguistão (República Quirguiz)	6,56
88	Sérvia	6,56
90	Nepal	6,54
91	Kuwait	6,49
92	Nicarágua	6,43
93	Bósnia e Herzegovina	6,40
94	Colômbia	6,38
94	Marrocos	6,38
94	Namíbia	6,38
97	Ruanda	6,37
98	Benim	6,33
98	Tajiquistão	6,33
100	Equador	6,32
101	Somália	6,28
102	Burquina Faso	6,27
102	Tanzânia	6,27
104	Zâmbia	6,24
105	Moçambique	6,21
105	Vietname	6,21
107	Senegal	6,15
108	China	6,13
109	Libéria	6,12
110	Djibuti	6,10
111	Mauritânia	6,09
111	Papua-Nova Guiné	6,09
113	Costa do Marfim (Côte d'Ivoire)	6,08
113	Fiji	6,08
115	Togo	6,07

116	Bolívia	6,05
117	Madagáscar	6,02
118	Haiti	6,01
119	Belize	5,99
120	Timor-Leste	5,97
121	Lesoto	5,96
122	Bielorrússia	5,92
123	Nigéria	5,89
124	Tunísia	5,88
125	Guiné	5,87
125	Níger	5,87
127	Bangladesh	5,83
128	Gana	5,81
128	Sri Lanca	5,81
130	Azerbaijão	5,80
130	Mali	5,80
132	Laos (República Democrática Popular Lao)	5,65
133	Camarões	5,64
134	Paquistão	5,62
135	Serra Leoa	5,60
136	Comores	5,51
137	Suriname	5,50
138	Guiana	5,47
139	Turquia (Türkiye)	5,44
140	Essuatíni (Eswatini)	5,39
141	Iraque	5,37
142	Guiné-Bissau	5,32
143	Gabão	5,24
143	Líbano	5,24
143	Ucrânia	5,24
146	Angola	5,16
147	Malawi	5,14
148	Federação Russa (Rússia)	5,09
149	Egito, Rep. Árabe	5,08
149	Iémen, Rep.	5,08
151	Congo, Rep. Democrática (RDC)	5,03
152	Burundi	5,01
152	Etiópia	5,01
154	República Centro-Africana	4,96
155	Congo, Rep.	4,85
156	Chade	4,84
157	Líbia	4,80
158	Síria (República Árabe Síria)	4,62
159	Argentina	4,48
160	Mianmar	4,46
161	Irão, Rep. Islâmica	4,37
162	Argélia	4,24
163	Sudão	4,00

164	Zimbabué	3,91
165	Venezuela, RB	3,11

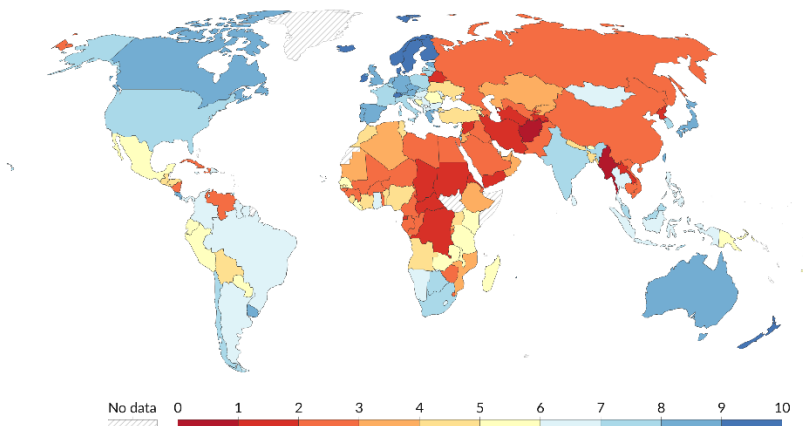
Fonte: Fraser Institute (s.d.)

## J. Democracy Index

### Democracy index, 2024



Data by the Economist Intelligence Unit<sup>1</sup>. Expert estimates of the extent to which citizens can choose their political leaders in free and fair elections, enjoy civil liberties, prefer democracy over other political systems, can and do participate in politics, and have a functioning government that acts on their behalf. The index ranges from 0 to 10 (most democratic).



Data source: Economist Intelligence Unit (2006-2024)

OurWorldinData.org/democracy | CC BY

1. Economist Intelligence Unit The Economist Intelligence Unit publishes data and research on democracy and human rights. It relies on evaluations by its own country experts, supplemented by representative surveys of regular citizens to assess political institutions and the protection of rights. The Economist Intelligence Unit is the research and analysis division of The Economist Group, the sister company of The Economist newspaper. Learn more: [Democracy data: how do researchers measure democracy?](#)

Figura J. 1 Mapa Coroplético do Democracy Index 2024

Fonte: OWID (2025)

## K. Pilares da Competitividade

Quadro K. 1 Categorias e Pilares da Competitividade

<b>Categorias</b>	<b>Pilares</b>
Ambiente Favorável	Instituições
	Infraestruturas
	Adoção de TIC
	Estabilidade Macroeconómica
Capital Humano	Saúde
	Habilidades
Mercados	Mercado de Produtos
	Mercado de Trabalho
	Sistema Financeiro
	Tamanho de Mercado
Ecossistema de Inovação	Dinamismo Empresarial
	Capacidade de Inovação

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Agostinho (2022), Arslan e Tathdil (2012), Cazacu (2015), Jambor & Babu (2016), Kordalska & Olczyk (2016) e Nogueira e Madaleno (2021)

## L. World Competitiveness Yearbook

Quadro L. 1 Fatores e Sub-fatores do World Competitiveness Yearbook

<b>Categoria</b>	<b>Pilares</b>
Performance Económica	Economia Doméstica
	Comércio Internacional
	Investimento Internacional
	Emprego
	Preços
Eficiência Governamental	Finanças Públicas
	Política Fiscal
	Estrutura Institucional
	Legislação Empresarial
	Estrutura Social
Eficiência Empresarial	Produtividade
	Mercado de Trabalho
	Finanças
	Práticas de Gestão
	Atitudes e Valores
Infraestruturas	Infraestrutura Básica
	Infraestrutura Tecnológica
	Infraestrutura Científica
	Saúde e Meio Ambiente
	Educação

Fonte: Agostinho (2022), Arslan e Tathdil (2012) e Stevans et al. (2012)

## M. World Competitiveness Ranking

Quadro M. 1 Top 50 do World Competitiveness Yearbook Ranking 2025 e Respetivas Pontuações

Ranking	Países	Pontuação
1	Suíça	100
2	Singapura	99,4
3	Hong Kong	99,2
4	Dinamarca	97,5
5	Emirados Árabes Unidos	96,1
6	Taiwan	93,7
7	Irlanda	91,3
8	Suécia	90,2
9	Catar	89,9
10	Países Baixos	89,8
11	Canadá	88,7
12	Noruega	86,2
13	Estados Unidos	84,3
14	Finlândia	83,8
15	Islândia	83,5
16	China	82,1
17	Arábia Saudita	82,1
18	Austrália	78,4
19	Alemanha	78,2
20	Luxemburgo	78,2
21	Lituânia	77,7
22	Barém	76,6
23	Malásia	74,8
24	Bélgica	74,6
25	República Checa	73,7
26	Áustria	73,6
27	Coreia do Sul	73,4
28	Omã	72,9
29	Reino Unido	71,9
30	Tailândia	71,3
31	Nova Zelândia	70,2
32	França	69,9
33	Estónia	69,7
34	Cazaquistão	69
35	Japão	68,7
36	Kuwait	68,7
37	Portugal	67,8
38	Letónia	67
39	Espanha	65,8
40	Indonésia	64,3
41	Índia	64,2
42	Chile	62,5

43	Itália	62,5
44	Chipre	61,8
45	Porto Rico	61
46	Eslovénia	59,1
47	Jordânia	57,8
48	Hungria	56,7
49	Roménia	56,6
50	Grécia	55,3

Fonte: IMD World Competitiveness Center (s.d.)

## N. Global Diplomacy Index

Quadro N. 1 Ranking do Global Diplomacy Index e Respetivos Postos Diplomáticos

Ranking	Países/Territórios	Total de Postos Diplomáticos
1	China	274
2	Estados Unidos da América	271
3	Turquia	252
4	Japão	251
5	França	249
6	Rússia	230
7	Reino Unido	225
8	Alemanha	217
9	Itália	206
10	Brasil	205
11	Índia	194
12	Espanha	190
13	Coreia do Sul	187
14	México	161
15	Canadá	157
16	Argentina	150
17	Países Baixos	149
18	União Europeia	143
19	Suíça	141
20	Hungria	140
21	Polónia	135
22	Grécia	134
23	Indonésia	130
24	Arábia Saudita	128
25	Portugal	127
26	Austrália	124
27	Paquistão	121

27	Chile	121
29	República Checa	120
30	Colômbia	117
31	África do Sul	114
32	Bélgica	113
33	Taiwan	110
34	Israel	107
35	Malásia	106
36	Áustria	104
37	Suécia	102
38	Irlanda	98
39	Tailândia	97
40	Vietname	94
40	Filipinas	94
42	Noruega	91
43	Finlândia	90
43	Dinamarca	90
45	Eslováquia	82
46	Bangladesh	80
47	Nova Zelândia	68
48	Lituânia	62
49	Sri Lanca	60
50	Eslovénia	58
51	Costa Rica	52
52	Mongólia	50
52	Singapura	50
54	Letónia	46
54	Estónia	46
54	Myanmar	46
54	Luxemburgo	46
58	Coreia do Norte	43
58	Camboja	43
60	Brunei	42
61	Nepal	40
61	Laos	40
63	Timor-Leste	31
64	Islândia	26
65	Papua-Nova Guiné	21
66	Butão	10

Fonte: Lowy Institute (s.d.)

## O. Soft Power Index

### Global Soft Power Index Top 20

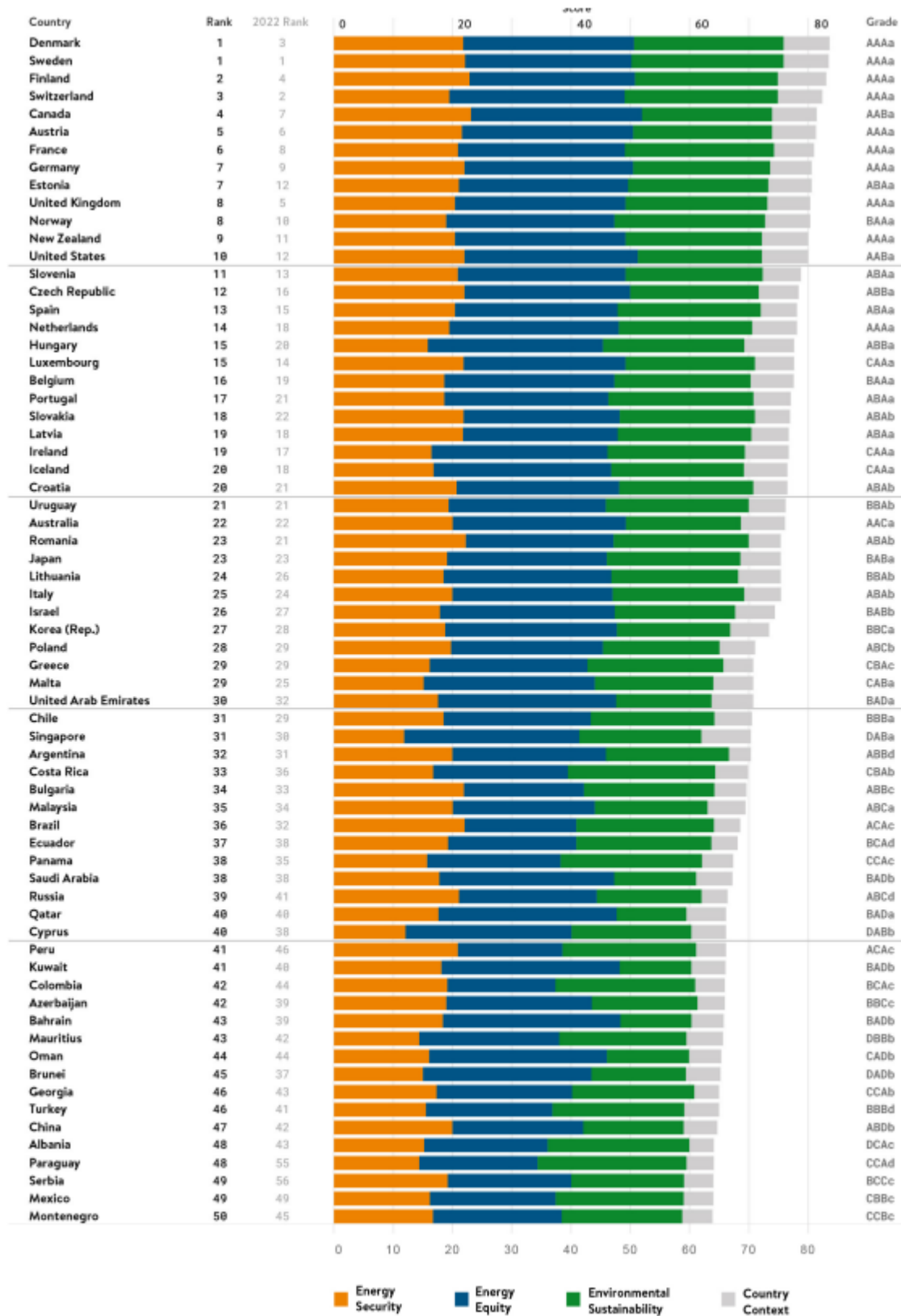
© Brand Finance Plc 2025

	<b>1 =</b>	United States	<b>79.5</b>	78.8	+0.7
	<b>2 ▲</b>	China	<b>72.8</b>	71.2	+1.6
	<b>3 ▼</b>	United Kingdom	<b>72.4</b>	71.8	+0.6
	<b>4 =</b>	Japan	<b>71.5</b>	70.6	+0.9
	<b>5 =</b>	Germany	<b>70.1</b>	69.8	+0.3
	<b>6 =</b>	France	<b>68.5</b>	67.3	+1.2
	<b>7 =</b>	Canada	<b>65.2</b>	64.4	+0.8
	<b>8 =</b>	Switzerland	<b>64.9</b>	62.9	+2.0
	<b>9 =</b>	Italy	<b>62.4</b>	62.0	+0.4
	<b>10 =</b>	United Arab Emirates	<b>60.4</b>	59.7	+0.7
	<b>11 ▲</b>	Sweden	<b>60.3</b>	59.0	+1.3
	<b>12 ▲</b>	South Korea	<b>60.2</b>	58.0	+2.2
	<b>13 ▼</b>	Spain	<b>59.7</b>	59.2	+0.5
	<b>14 ▼</b>	Australia	<b>59.6</b>	58.6	+1.0
	<b>15 ▼</b>	Netherlands	<b>58.7</b>	58.2	+0.5
	<b>16 =</b>	Russia	<b>58.1</b>	57.7	+0.4
	<b>17 =</b>	Norway	<b>56.8</b>	56.8	-
	<b>18 ▲</b>	Denmark	<b>56.5</b>	55.5	+1.0
	<b>19 ▲</b>	Belgium	<b>56.0</b>	55.2	+0.8
	<b>20 ▼</b>	Saudi Arabia	<b>55.6</b>	56.0	-0.4

Figura O. 1 Top 20 no Ranking do Global Soft Power Index 2025 e Respetivas Pontuações

Fonte: Jagodzinski (2025)

## P. Energy Trilemma Index



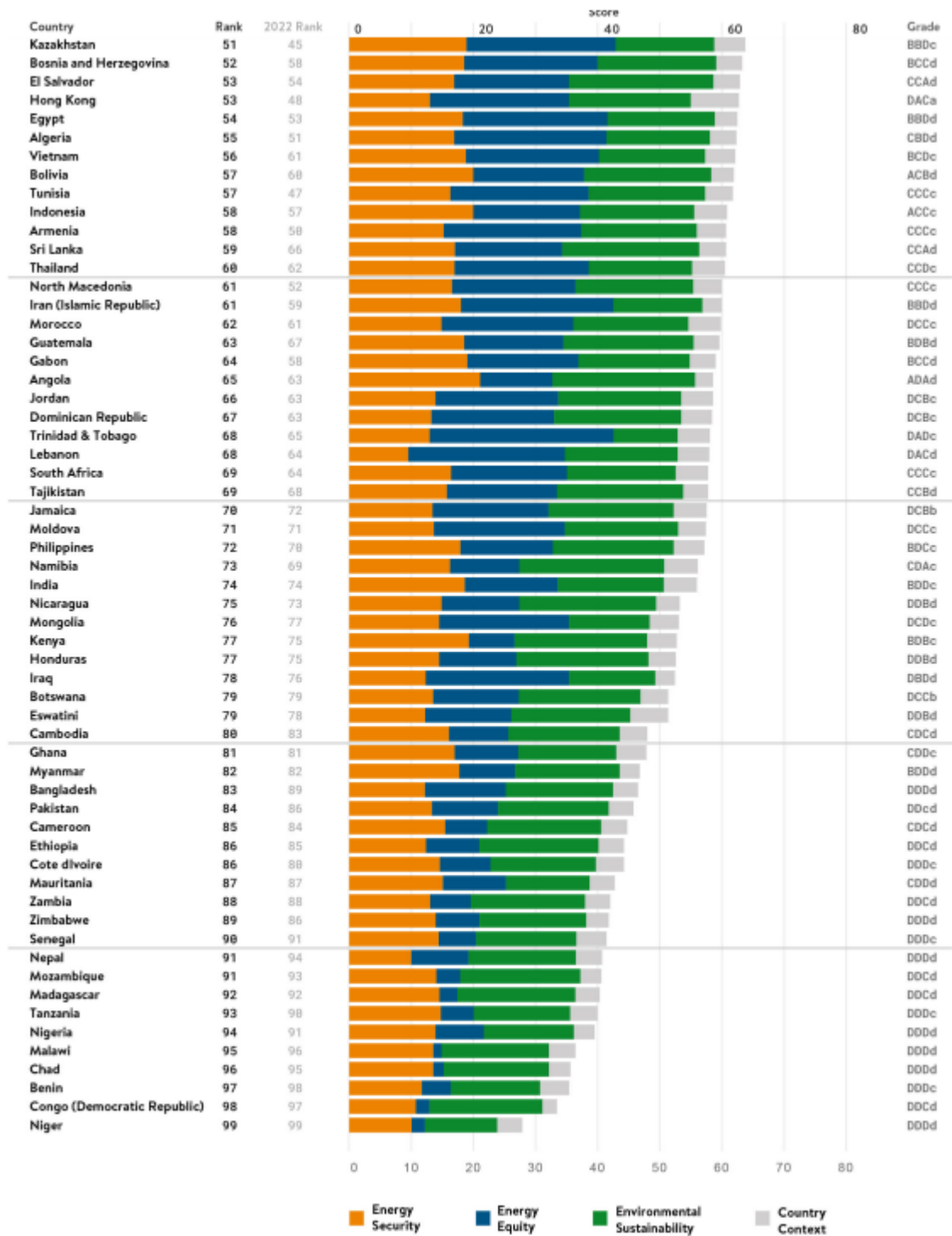


Figura P. 1 Ranking do Energy Trilemma Index 2023 e Respetivas Pontuações

Fonte: World Energy Council (s.d.)

## Q. Environmental Performance Index

RANK	COUNTRY	SCORE	REG	RANK	COUNTRY	SCORE	REG	RANK	COUNTRY	SCORE	REG
1	Estonia	75.7	1	61	Timor-Leste	49.9	5	121	Azerbaijan	40.5	11
2	Luxembourg	75.1	1	62	Serbia	49.8	16	122	Tonga	40.4	16
3	Germany	74.5	2	63	Colombia	49.7	14	123	Honduras	40.2	29
4	Finland	73.8	3	64	Chile	49.6	15	124	Angola	40.1	16
5	United Kingdom	72.6	4	65	Dominica	49.3	16	125	Niger	40.0	17
6	Sweden	70.3	5	66	Botswana	49.2	3	126	Lebanon	39.9	12
7	Norway	69.9	6	67	Guyana	49.0	17	126	Sierra Leone	39.9	18
8	Austria	68.9	7	68	Jamaica	48.5	18	128	Dem. Rep. Congo	39.5	19
9	Switzerland	67.8	8	69	Brunei Darussalam	48.3	6	128	Morocco	39.5	13
10	Denmark	67.7	9	70	Israel	48.0	3	128	Paraguay	39.5	30
11	Greece	67.3	2	71	Seychelles	47.9	4	131	Sudan	39.1	14
12	France	67.0	10	72	Kazakhstan	47.8	3	132	Central African Republic	39.0	20
13	Malta	66.9	11	73	Dominican Republic	47.7	19	132	Mozambique	39.0	20
13	Netherlands	66.9	11	73	Montenegro	47.7	17	134	Sri Lanka	38.8	2
15	Belgium	66.8	13	75	Belize	47.4	20	135	Eswatini	38.7	22
16	Ireland	65.8	14	75	Nicaragua	47.4	20	136	Cameroon	38.6	23
17	Czech Republic	65.5	3	77	Georgia	47.3	4	137	Comoros	38.2	24
18	Slovakia	65.1	4	77	Jordan	47.3	4	138	Maldives	38.1	3
19	Iceland	64.3	15	77	Mauritius	47.3	5	139	Cabo Verde	38.0	25
20	Poland	64.2	5	80	Samoa	47.1	7	140	Nigeria	37.9	26
21	Lithuania	64.1	6	81	Argentina	47.0	22	141	Benin	37.8	27
22	Spain	64.0	16	82	Qatar	46.8	5	142	Gambia	37.6	28
23	Australia	63.1	17	83	Russia	46.7	5	143	Mongolia	37.2	17
24	Slovenia	62.4	7	83	Zambia	46.7	6	143	Türkiye	37.2	19
25	Croatia	62.3	8	85	Peru	46.5	23	145	Ghana	36.9	29
26	Portugal	61.9	18	86	Moldova	46.1	6	145	Kenya	36.9	29
27	Japan	61.4	1	87	Bosnia and Herzegovina	46.0	18	145	Lesotho	36.9	29
28	Canada	61.1	19	87	Fiji	46.0	8	145	Papua New Guinea	36.9	18
29	Italy	60.3	20	89	Grenada	45.8	24	149	Guinea	36.5	32
30	Latvia	60.2	9	90	Thailand	45.7	9	150	Haiti	36.4	31
31	Hungary	59.8	10	91	Bolivia	45.3	25	151	Ethiopia	36.3	33
32	Belarus	58.2	1	91	Tunisia	45.3	6	152	São Tomé and Príncipe	36.2	34
33	New Zealand	57.3	21	93	Vanuatu	45.0	10	153	Chad	35.9	35
33	Romania	57.3	11	94	Armenia	44.9	7	154	Uganda	35.8	36
35	United States of America	57.2	22	95	Kuwait	44.4	7	155	Togo	35.7	37
36	Suriname	56.9	1	96	Kiribati	44.3	11	156	China	35.4	19
37	Bulgaria	56.2	12	97	Mexico	44.2	26	157	Bahrain	35.3	15
38	Bahamas	55.9	2	98	Uruguay	44.1	27	158	Malawi	35.1	38
39	Antigua and Barbuda	55.6	3	99	Namibia	44.0	7	159	Mauritania	34.6	39
40	Costa Rica	55.5	4	100	Senegal	43.8	8	160	Mali	34.5	40
41	Ukraine*	54.6	2	101	Egypt	43.7	8	161	Liberia	34.3	41
42	St. Vincent and Grenadines	54.2	5	102	Tanzania	43.6	9	162	Rwanda	33.9	42
43	Cyprus	53.9	13	103	Bhutan	43.3	1	163	Indonesia	33.6	20
44	Gabon	53.3	1	104	Côte d'Ivoire	42.9	10	164	Burundi	33.5	43
44	Venezuela	53.3	6	105	Kyrgyzstan	42.8	8	165	Nepal	33.1	4
46	Barbados	53.1	7	106	South Africa	42.7	11	166	Guatemala	32.5	32
47	Brazil	53.0	8	107	Uzbekistan	42.6	9	167	Djibouti	32.3	44
47	Singapore	53.0	2	108	Marshall Islands	42.5	12	167	Tajikistan	32.3	12
49	Panama	52.9	9	108	Saudi Arabia	42.5	9	169	Philippines	32.1	21
50	Cuba	52.5	10	110	Burkina Faso	42.2	12	170	Cambodia	31.2	22
50	Trinidad and Tobago	52.5	10	110	Solomon Islands	42.2	13	171	Afghanistan	31.0	5
52	Albania	52.2	14	112	Guinea-Bissau	42.0	13	172	Iraq	30.3	16
53	United Arab Emirates	51.6	1	113	Iran	41.8	10	173	Madagascar	30.1	45
53	Zimbabwe	51.6	2	114	Algeria	41.7	11	174	Eritrea	29.0	46
55	Ecuador	51.3	12	114	Equatorial Guinea	41.7	14	175	Bangladesh	28.1	6
55	Oman	51.3	2	116	El Salvador	41.6	28	176	India	27.6	7
57	Saint Lucia	51.1	13	116	Republic of Congo	41.6	15	177	Myanmar	27.1	23
58	South Korea	50.6	3	118	Malaysia	41.0	14	178	Laos	26.3	24
59	North Macedonia	50.3	15	119	Micronesia	40.8	15	179	Pakistan	25.5	8
60	Taiwan	50.1	4	120	Turkmenistan	40.6	10	180	Viet Nam	24.6	25

\* The Russian invasion led to a sharp decline in economic activity, energy use, and associated GHG emissions in the Ukraine in 2022, so this score might not accurately reflect environmental performance.

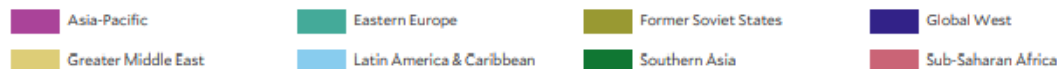


Figura Q. 1 Ranking do Environmental Performance Index 2024 e Respetivas Pontuações

Fonte: Block et al. (2024)

## R. Climate Change Performance Index

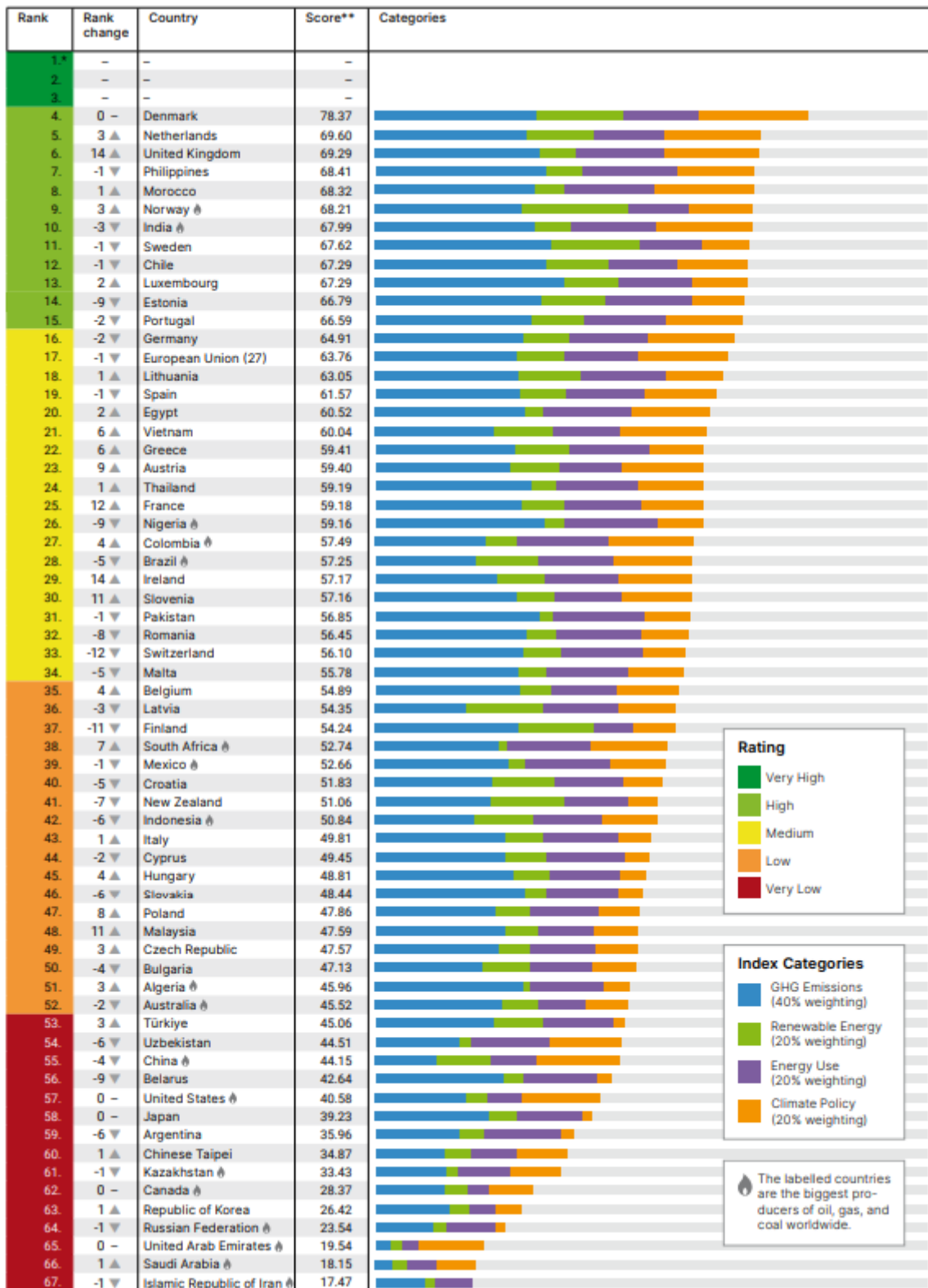


Figura R. 1 Ranking do Climate Performance Index 2025 e Respetivas Pontuações

Fonte: Burck et al. (2024)

## S. Notre Dame Global Adaptation Index

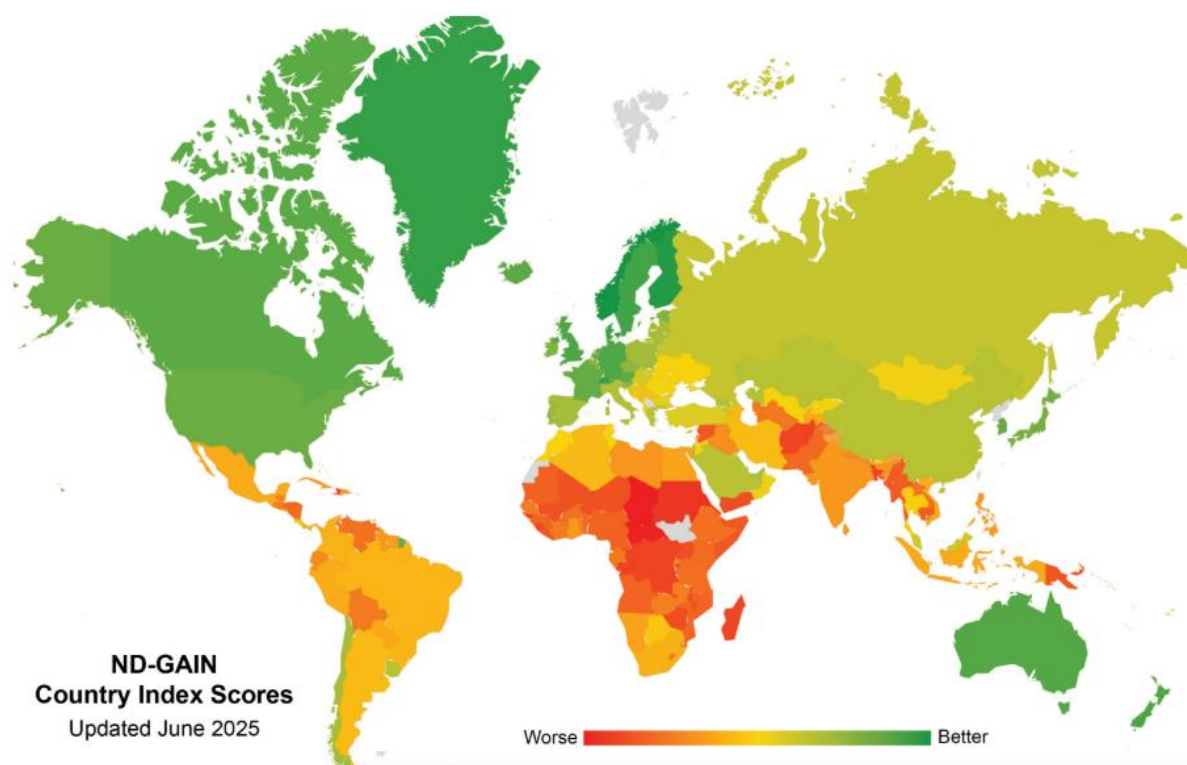


Figura S. 1 Mapa Coroplético Notre Dame Global Adaption Index 2025

Fonte: Notre Dame Global Adaptation Initiative. (s.d.).